



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
TECNOLÓGICA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
MESTRADO ACADÊMICO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE**

SANDRA KAROLLINE DE MELO BATISTA PONTES

**POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS: UM OLHAR SOBRE OS REASSENTADOS DE
BELO MONTE**

**SANTARÉM – PA
2019**

SANDRA KAROLLINE DE MELO BATISTA PONTES

**POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS: UM OLHAR SOBRE OS REASSENTADOS DE
BELO MONTE**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre no Mestrado Acadêmico Interdisciplinar em Ciências da Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Estratégias de Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Professora Dra. Ednéa do Nascimento Carvalho.

**SANTARÉM – PA
2019**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA

P814 Pontes, Sandra Karolline de Melo Batista
Políticas públicas sociais: um olhar sobre os reassentados de belo Monte./ Sandra Karolline de Melo Batista Pontes. – Santarém, 2019.
123 p. : il.
Inclui bibliografias.

Orientadora: Ednéa do Nascimento Carvalho
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação em Ciências da Sociedade, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Sociedade.

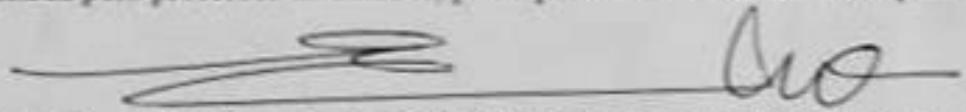
1. Belo Monte. 2. Território. 3. Políticas Públicas. I. Carvalho, Ednéa do Nascimento, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 320.9098115

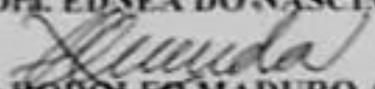


ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

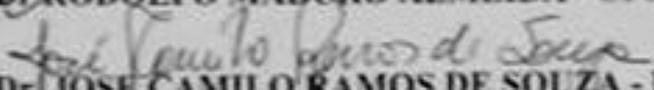
Ao vigésimo sétimo dia do mês de junho do ano de dois mil dezenove, às 09h00min, no Campus Amazônia, sala 309, instalou-se a banca examinadora de dissertação de mestrado do(a) aluno(a) **SANDRA KAROLLINE DE MELO BATISTA PONTES**. A banca examinadora foi composta pelos professores Dr. RODOLFO MADURO ALMEIDA, UFOPA, examinador interno, Dr. JOSE CAMILO RAMOS DE SOUZA, UEA, examinador externo e EDNEA DO NASCIMENTO CARVALHO, UFOPA, orientadora. Deu-se início a abertura dos trabalhos, por parte do Orientador, que, após apresentar os membros da banca examinadora e esclarecer a tramitação da defesa, passou de imediato ao mestrando para que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada **"POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS: UM OLHAR SOBRE OS REASSENTADOS DE BELO MONTE"**, marcando um tempo de 20 minutos para a apresentação. Concluída a exposição, a Profa. EDNEA DO NASCIMENTO CARVALHO, presidente, passou a palavra aos examinadores, para argüirem o (a) candidato (a). Após as considerações sobre o trabalho em julgamento, foi aprovado (aprovado ou reprovado) o (a) candidato (a), conforme as normas vigentes na Universidade Federal do Oeste do Pará. A versão final da dissertação deverá ser concluída no prazo de trinta dias, contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa, sob pena de o (a) candidato (a) não obter o título se não cumprir as exigências acima. Para efeito legal segue a presente ata assinada pelo professor orientador, pelos professores avaliadores e pelo mestrando.



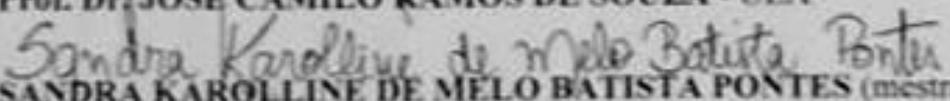
Profa. Dra. EDNEA DO NASCIMENTO CARVALHO (orientadora)



Prof. Dr. RODOLFO MADURO ALMEIDA - UFOPA



Prof. Dr. JOSE CAMILO RAMOS DE SOUZA - UEA



SANDRA KAROLLINE DE MELO BATISTA PONTES (mestranda)

Dedico esta dissertação, bem como as minhas demais conquistas, aos meus amados pais Sandra e Rildo Pontes e minha irmã, Kamilla Pontes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por estar sempre comigo e me ajudar a superar todas as dificuldades.

Agradeço aos meus pais, Sandra e Rildo, pelo apoio, torcida de todos os momentos e por me segurarem com toda força quando surgem as dificuldades, vocês são a minha base e tudo que eu já conquistei foi porque tive vocês perto de mim.

À minha irmã Kamilla e meu cunhado Paulo, porque também sempre me apoiam e me dão suporte.

À minha família, avô, tios, tias, primos e primas por se alegrarem com as minhas conquistas, bem como agradeço a minha avó Jardelina Batista (*in memoriam*), por sempre ter acreditado em mim.

Aos meus amigos, Aline Raíssa, Andressa Paz, Andrew Lucca, Ellen Maia, Gléna Raíra, Giuliana Gonçalves, Istoni Bentes, Pedro Lopes, Felipe Malcher, por serem muito mais do que amigos, por serem meus irmãos, por estarem sempre me apoiando, com palavras, com gestos de carinho e por serem aqueles à quem eu pediria ajuda e com certeza me estenderiam a mão. Também incluo meu amigo Mikael Victor, que dividiu comigo as dificuldades e as alegrias de uma pós-graduação e sempre teve uma palavra para mim, um amigo que o Campo de Públicas me deu.

Às minhas queridas Suirlene Lima, Samantha Corrêa e Williane Pinheiro, por me ouvirem nos momentos difíceis, por se alegrarem comigo nas conquistas e por fazerem a caminhada da vida se tornar mais leve.

Agradeço também a minha Orientadora, Professora Ednéa Nascimento, pelo tempo em que pôde se dedicar a mim para que a minha pesquisa pudesse ser concluída.

Aos meus colegas da turma do Mestrado em Ciências da Sociedade, pelo apoio, amizade e trocas de experiências.

À todos os meus professores do curso de Graduação em Gestão Pública da UFOPA, que mesmo após a conclusão do Bacharelado, nunca deixaram de me apoiar, e representando a todos, cito o Professor Rogério Almeida, meu Orientador de TCC e meu amigo, que me incentivou para o processo de seleção deste

Mestrado quando eu ainda era uma graduanda e que mesmo com o passar do tempo, sempre me ajuda com notícias e matérias sobre Belo Monte e a nossa Amazônia.

Agradeço às pessoas que se disponibilizaram para momentos de entrevistas durante a pesquisa de campo realizada em Altamira, como cito a empresa Norte Energia, a Secretaria Municipal de Integração Social, o escritório do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu – PDRSX, o Movimento Xingu Vivo para Sempre, o Instituto Socioambiental – ISA e a ribeirinha atingida por Belo Monte. Ademais, agradeço à cada uma das pessoas que me receberam, abriram suas casas e disponibilizaram seu tempo para responder aos questionários da pesquisa.

Agradeço também aos amigos Jefferson e Eliane do Consórcio de Municípios Belo Monte, pelo total apoio e auxílio prestado.

Bem como agradeço aos queridos Aduino, Inês Cecília, Ana e André Carvalho e Dândera Farias, em virtude do suporte e assistência concedido a mim para a realização da pesquisa em Altamira.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos concedida.

À Universidade Federal do Oeste do Pará, pela oportunidade de seguir adiante com a minha pesquisa e auxiliar na conquista de um importante título.

Agradeço a sociedade em geral por manter a Universidade pública, gratuita e como um direito à todas as pessoas.

Enfim, à todos que estiveram torcendo e me apoiando durante estes dois anos de Pós-Graduação, muito obrigada.

“As sementes ali se davam bem, o verde se espalhando em sumarentas paisagens. A vida se atrelava no tempo, as árvores escalando alturas. Um dia, porém, ali desembarcou a guerra, capaz de todas as variedades da morte. Em diante, tudo mudou e a vida se tornou demasiado mortal. Vieram da Nação apressados funcionários. Os delegados da capital sempre cumprem pressas quando estão longe de sua origem. E avisaram que os viventes tinham que sair, convertidos de habitantes em deslocados.”

Mia Couto – Estórias Abensonhadas, 2012.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo principal, analisar como se deu o processo de reassentamento das famílias impactadas pela Hidrelétrica de Belo Monte, a partir do cenário da Ilha do Triunfo, uma antiga ilha localizada às proximidades de Altamira, no estado do Pará, a qual foi completamente inundada com a implementação da Usina. Partindo deste objetivo, a pesquisa se divide em três objetivos específicos: Compreender o processo de ordenamento territorial executado na Usina de Belo Monte; entender as políticas públicas implementadas, evidenciando as políticas energéticas e sociais; considerar o processo de efetivação das políticas públicas sociais que envolvem os reassentados de Belo Monte. Com a finalidade de alcançar estes objetivos, esta observação estrutura-se teoricamente sobre a temática conceitual geográfica de território, ordenamento territorial e políticas públicas, refletindo também sobre a concepção de valores identitários que são constituídos no espaço a partir da coletividade; bem como discorre sobre as políticas públicas que abrangem Belo Monte, destacando as políticas energéticas e sociais. Ademais, apresenta os panoramas identificados na pesquisa *in loco*, debatendo e discutindo com cada um dos envolvidos na hidrelétrica de Belo Monte, perpassando por empresa, governo, movimentos sociais, organizações e os próprios ribeirinhos. Em vista disso, esta pesquisa ancora-se no método do Materialismo Dialético, compreendendo a essência dos fenômenos, sua historicidade e os conflitos sociais baseados na unidade dos contrários. A técnica de pesquisa utilizada foi a Análise do Discurso (AD), levando em consideração as ideias de Pêcheux, logo, é uma pesquisa qualitativa, que se apresenta por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com a realização da pesquisa de campo no município de Altamira, efetivada através da aplicação de entrevistas e questionários às partes interessadas, gerando uma reflexão a partir das políticas públicas sociais implementadas e direcionadas principalmente às populações ribeirinhas, visando a minimização dos efeitos à estes reassentados da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Palavras-Chave: Belo Monte. Território. Políticas Públicas. Reassentamento. Populações Ribeirinhas.

ABSTRACT

The main objective of this study is to analyze how the resettlement process of the families impacted by the Belo Monte Hydroelectric Plant occurred, based on the scenario of Ilha do Triunfo, an old island located near Altamira, in the state of Pará, which was completely flooded with the implementation of the plant. Starting from this objective, the research is divided into three specific objectives: To understand the land use planning process carried out at the Belo Monte Plant; to understand the public policies implemented, highlighting the energy and social policies; and to consider the process of implementing the social public policies that involve the resettled people of Belo Monte. In order to achieve these objectives, this observation is theoretically structured on the geographic conceptual theme of territory, territorial planning and public policies, reflecting also on the conception of identity values that are constituted in space from the collectivity; as well as on the public policies that cover Belo Monte, highlighting energy and social policies. Also, it presents the panoramas identified in the on-site research, debating and discussing with each one of those involved in the Belo Monte hydroelectric dam, going through companies, governments, social movements, organizations and the riverside dwellers themselves. In view of this, this research is anchored in the method of Dialectical Materialism, understanding the essence of phenomena, their historicity and the social conflicts based on the unity of the opposites. The research technique used was the Discourse Analysis (AD), taking into account the ideas of Pêcheux, therefore, is a qualitative research, which is presented through bibliographic research, documentary and field, with the conduct of field research in the municipality of Altamira, effective through the application of interviews and questionnaires to stakeholders, generating a reflection from the public policies implemented and directed mainly to riparian populations, aiming to minimize the effects to these resettled people of the Belo Monte Hydroelectric Plant.

Keywords: Belo Monte. Territory. Public policies. Resettlement. Public policy. Riverside populations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Remoção forçada das famílias:	70
Figura 2 - Casa demolida no processo de deslocamento da Ilha do Triunfo:	72
Figura 3 – Entrevistada A:	81
Figura 4 - Secretaria Municipal de Integração Social de Altamira:	82
Figura 5 – Entrevistada B - empresa Norte Energia:	84
Figura 6 – Entrevistada D - Coordenadora Geral do Movimento Xingu Vivo para Sempre:.....	89
Figura 7 - Faixa exposta no Movimento Xingu Vivo, mostrando sempre a defesa ao Rio Xingu e as populações da região:.....	91
Figura 8 – Entrevistadas E e F:	93
Figura 9 – Áreas do RUC Água Azul:	101
Figura 10 – Casa do Seu Raimundo:	102

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Área de Estudo Altamira – Belo Monte:	18
Mapa 2 – Localização da Ilha do Triunfo:	60
Mapa 3 – Distância entre o RUC Água Azul e o centro de Altamira – PA:.....	99

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 - Quantidade de famílias da Ilha do Triunfo:.....	94
--	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantitativo de casas com problemas estruturais:	103
Gráfico 2 – Consideração da Política de Reassentamento:	104

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APP	Área de Proteção Permanente
CMB	Comissão Mundial de Barragens
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CT	Câmara Técnica
DPU	Defensoria Pública da União
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ISA	Instituto Socioambiental
MPF	Ministério Público Federal
MXVPS	Movimento Xingu Vivo Para Sempre
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PDRSX	Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico
PNE	Plano Nacional de Energia Elétrica
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RRC	Reassentamento Rural Coletivo
RUC	Reassentamento Urbano Coletivo
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMIS	Secretaria Municipal de Integração Social
TAUS	Termo de Autorização de Uso Sustentável
UBS	Unidade Básica de Saúde
UHE	Usina Hidrelétrica
UHBM	Usina Hidrelétrica de Belo Monte
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 – TERRITÓRIO, ORDENAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS	24
1.1– ESPAÇO – TERRITÓRIO	24
1.2 – ORDENAMENTO TERRITORIAL	31
1.3 – POLÍTICAS PÚBLICAS.....	42
2 – AS POLÍTICAS EM BELO MONTE	49
2.1 – POLÍTICAS ENERGÉTICAS E A USINA DE BELO MONTE	50
2.2 - POLÍTICAS SOCIAIS E A ILHA DO TRIUNFO	60
3 – OS REASSENTADOS DE BELO MONTE	74
3.1 – RIBEIRINHOS – QUEM SÃO?.....	75
3.2 – PREFEITURA DE ALTAMIRA, NORTE ENERGIA E SEUS PONTOS DE VISTA.....	80
3.3 – MOVIMENTO SOCIAL, ISA E SEUS PANORAMAS.....	88
3.4 – A NARRATIVA RIBEIRINHA.....	93
3.5 – ALÉM DOS RIBEIRINHOS	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
APÊNDICE A	116
APÊNDICE B	117
APÊNDICE C	118
APÊNDICE D	119
APÊNDICE E	120
APÊNDICE F	121
APÊNDICE G.....	123

INTRODUÇÃO

A investigação em questão foi iniciada há alguns anos atrás – muito antes de se pensar na Pesquisa de Dissertação –, por meio da participação em um grupo de estudos que tinha como principal objetivo desenvolver trabalhos científicos voltados a um tema muito debatido atualmente na Amazônia: as usinas hidrelétricas. Isto porque entendemos que nos tempos atuais os olhares visionários de grandes empresas se voltaram para esta região, que abriga recursos naturais em abundância – muitos rios, fauna, flora, minério, dentre outros.

De tal maneira, observamos que as populações tradicionais afetadas por estas grandes hidrelétricas, em diversos momentos e situações, não participam das tomadas de decisão, tampouco de planos de gestão e mitigação de impactos, ficando à margem de políticas que acabam não visualizando o desenvolvimento socioeconômico das mesmas, mas sim, objetivam o lucro e o crescimento de capital de diversas organizações transnacionais.

Neste contexto, percebemos a profunda importância desta temática e responsabilizamos-nos pelo debate da mesma. Assim, o tema rendeu artigos premiados nacionalmente e publicados em anais de congressos e revistas, além de uma Monografia e o Projeto de Pesquisa de Dissertação em questão. Deste modo, iniciamos as discussões que perpassam as políticas públicas sociais pensadas para a população reassentada.

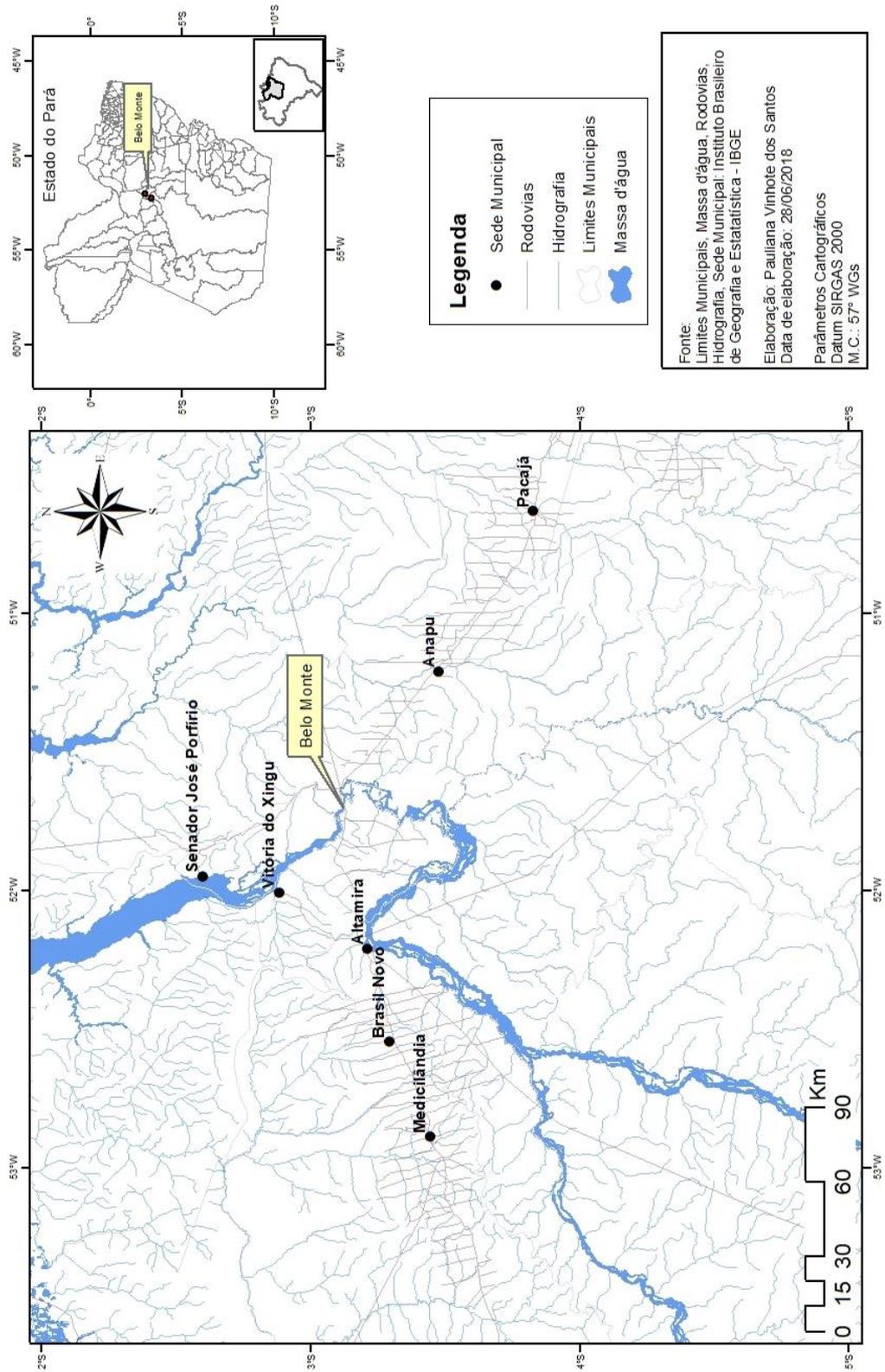
Conforme apresenta Fearnside (2015), a Usina Hidrelétrica de Belo Monte – UHBM, começou a ser planejada na década de 1970, ainda sob o Regime Militar, em um momento no qual o mesmo alardeava como um processo de crescimento econômico, o chamado “pseudo” milagre econômico. Como alternativa para suprir as necessidades, foi instituído o II Plano Nacional de Desenvolvimento. Este plano tinha como objetivo enfrentar a crise, estimulando a produção de bens de capital, insumos básicos, alimentos e energia, sendo assim, a alternativa foi focalizar na construção do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, definido como o maior projeto hidrelétrico nacional deste século, que apresentou inúmeros impactos e um grande embate de resistência pelos povos afetados.

Destarte, Kräutler (2013, p. 7) apresenta a dinâmica que vem incidindo no contexto amazônico, afirmando que “empresas transnacionais buscam transformar papéis em mercadorias, apropriando-se de nossos bens naturais, expulsando famílias de suas terras e aumentando a exploração de operários.”

À vista disso, a Amazônia tem sido inserida no mercado global, com o intuito de fazer desta região o melhor lugar para investimentos. Coelho e Monteiro (2003) discutem que o envolvimento de empresas renomadas de países ricos acarretam em uma desestruturação social, ambiental e econômica que são irreversíveis. E por causa dessa desestruturação, de acordo com Neto (2014), a usina de Belo Monte é responsável pelo deslocamento de mais de oito mil famílias de suas terras naturais.

Portanto, entende-se que aprofundar os conhecimentos sobre a vida cotidiana destes reassentados é de extrema importância, de modo a fazer com que estes povos sejam ouvidos e atendidos por políticas públicas que tenham como foco central os interesses desta grande massa. A pesquisa pretendeu então estudar as populações que foram reassentadas em função da construção da UHBM, que se localiza no município de Vitória do Xingu, à aproximadamente 50 km do município de Altamira, no sudoeste do Estado do Pará, como mostra o Mapa 1.

Mapa 1 – Área de Estudo Altamira – Belo Monte:



Por conseguinte, o estudo busca entender a realidade de uma sociedade que precisou sujeitar-se aos processos de expropriação e espoliação, a fim de atender à implementação de uma política governamental. Assim, a investigação se propôs a responder o seguinte problema: *“Como sucedeu a política de reassentamento das famílias atingidas pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte?”*

Além desta indagação, a pesquisa também conta com algumas questões norteadoras que direcionam a sua análise, as quais são: Quais as questões territoriais debatidas com os atingidos durante o processo de implementação da Usina? Foram efetivadas políticas públicas para minimizar os efeitos negativos da Hidrelétrica? Quais são estas políticas? Os atingidos são alcançados por elas?

Para responder a todas estas perguntas, a pesquisa tem como objetivo geral: Analisar como se deu o processo de reassentamento das famílias impactadas pela Hidrelétrica de Belo Monte, a partir do cenário da Ilha do Triunfo. E especificamente: Compreender o processo de ordenamento territorial executado na Usina de Belo Monte; entender as políticas públicas implementadas, evidenciando as políticas energéticas e sociais; considerar o processo de efetivação das políticas públicas sociais que envolvem os reassentados de Belo Monte.

Com o intuito de auxiliar a execução desta pesquisa, o método científico a ser utilizado, é o Método Materialista Dialético, que se fundamenta no marxismo e possui o intuito de encontrar soluções lógicas, racionais e coerentes para os fenômenos presentes na natureza, na sociedade e no pensamento (TRIVIÑOS, 1987).

O método se constrói no plano da realidade e nas contradições a partir da unidade de contrários, tendo nesta concepção sua categoria essencial, destarte, constatamos que a ideologia dos contrários não se apresenta de modo excludente, mas o inverso disto, ou seja, ao mesmo tempo em que as ideias são contraditórias, elas são complementares, conforme enfatiza Demo (2013). Logo, são “elementos que estão em luta, negam-se e excluem-se mutuamente, mas não podem existir uns sem os outros”, afirma Richardson (2014, p. 48), isto é, o objeto não existe sem o sujeito e vice-versa.

Portanto, no materialismo dialético, os opostos estão em constante relação e isso vai constituir a unidade dos contrários, assim, entendemos que “a contradição é

a fonte genuína do movimento, da transformação dos fenômenos.” (Triviños, 1987, p. 69).

Neste sentido, compreendemos que o uso deste método na pesquisa acontece porque ele é um mecanismo que se baseia na historicidade da sociedade e nas suas contradições, analisando a realidade a partir da contraposição de elementos conflitantes, fazendo jus ao processo existente na Usina de Belo Monte, que contrapõe empresa, governo, movimentos sociais, organizações e o povo atingido.

De acordo com Richardson (2014), o método considera o espaço em que todos os processos ocorrem e também compreende a essência dos fenômenos, baseando-se nos ideais de Marx, que afirma que não existe ciência sem uma análise mais profunda do fenômeno.

Segundo a ideia, entendemos que o materialismo dialético, ao observar o fato histórico e analisar os seus contrários, faz com que seja possível encontrar o agente que o transformou em um novo fato, através do jogo de fases: tese, antítese e síntese; tese é o que gera os contrários, sendo estes, chamados de antíteses. Por conseguinte, as antíteses quando se tornam predominantes, formam as sínteses, construindo então um ato sequencial e cíclico. (DEMO, 2013).

Assim, segundo a teoria de Marx, Demo (2013) ratifica ainda, que as contradições as quais ele se propôs a estudar, se constituíram a partir das lutas e dissensões existentes entre as classes sociais, que tratam de uma dialética de poder apresentada em dois lados, aquele lado que manda mais e aquele que obedece mais. Bem como apresentam dois olhares, o olhar daqueles que estão em cima e prezam pela preservação do poder, e o olhar daqueles que estão embaixo e gladiam por mudanças.

Isto posto, a análise utilizada na pesquisa foi a análise do discurso, que apresenta a concepção de que todo discurso traz um significado oculto, que pode ser interpretado. Desta maneira, nesta técnica de análise, é possível entender tanto aquilo que está explícito, quanto aquilo que não está, pois não se trata somente do que está se falando, mas como está sendo falado, diante disso, observa-se sempre os aspectos verbais, paraverbais (pausas, entonação) e não verbais (gestos, olhares), conforme esclarecem Martins e Theóphilo (2009).

Segundo Pádua (2002), a análise do discurso em sua concepção francesa, norteada por Michel Pêcheux, analisa o sujeito e a construção histórica do discurso, refletindo sobre as condições nas quais ele foi produzido. Além disto, abrange três perspectivas do conhecimento científico, que são: o materialismo histórico, através das formações sociais interligadas à ele; a linguística, a partir da sintática e dos processos de enunciação e a teoria do discurso, que envolve a determinação histórica dos processos.

Logo, entende-se que a linguagem deixa de ser utilizada apenas como instrumento de comunicação e passa a alcançar todos os processos histórico-políticos e sociais, pois considera os conflitos, as relações de poder e a construção de identidades.

Por essa razão, Martins e Theóphilo (2009) dizem que nos relatos, “[...] é comum a inclusão de trechos do material analisado, para ilustrar a interpretação do pesquisador.”, visto que é uma técnica de análise que faz a conexão da linguagem com a exterioridade, ademais, procede de forma subjetiva, pois o sentido do discurso se modifica, podendo significar ao mesmo tempo, defesa ou ataque, dependendo de quem o está empregando e subordinando-se as exigências ou interesses do contexto analisado.

Nesta perspectiva, buscamos contrastar as diversificadas conjunturas, apresentando os debates e analisando cada ente envolvido nos questionamentos de implementação da UHBM, para que seja possível entender esta luta de poder relacionada às políticas públicas. Uma vez que, estas políticas não aspiram atender as primordialidades voltadas ao povo atingido direta ou indiretamente, porém, induzem, o beneficiamento de quem supostamente detém de poderes econômicos e sociais.

À vista disso, a pesquisa tem como cenário principal a Ilha do Triunfo, uma antiga ilha localizada às proximidades de Altamira. O propósito da escolha deste cenário ocorreu como um continuação da pesquisa desenvolvida entre 2016 e 2017 para o Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Gestão Pública, o qual abordava os impactos sociais na vida dos reassentados urbanos. Neste sentido, a pesquisa em questão prossegue aprofundando conhecimentos sobre as famílias atingidas, observando agora o povo ribeirinho que foi atingido pela construção da Hidrelétrica de Belo Monte, a ponto de identificar qual teria sido o destino das muitas

ilhas existentes nesta região do Rio Xingu que deram lugar ao reservatório principal da usina, tendo suas áreas totalmente inundadas. Assim, dentre estas ilhas, escolheu-se a Ilha do Triunfo a partir de pesquisas *a priori*, acerca da temática.

O estudo buscou trazer a realidade destes moradores, que possuíam uma vida ribeirinha e foram deslocados forçadamente para áreas distantes do rio, submetendo-se à um modelo de vida completamente diferente, deixando para trás toda a sua identidade e reprodução social e cultural.

Tendo em vista esta problemática, a pesquisa é de cunho qualitativo, pois de acordo com Triviños (1987), este tipo de pesquisa baseia-se na descrição do fenômeno, absorvendo não somente a aparência, mas também a essência. Explicando sua origem, suas relações, as mudanças ocorridas e as implicações destas em sua vida, sendo possível adentrar em seu íntimo e revelar aquilo que não é visível em uma observação elementar.

A pesquisa qualitativa se define ainda, segundo Demo (2013), pela abertura das perguntas, evitando-se respostas fechadas, dicotômicas e fatais. Desta forma, este tipo de pesquisa se aprofunda na familiaridade, convivência e comunicação, percebendo então as características do objeto, da forma como ele realmente é.

Para tal, o trabalho se utilizou da realização de entrevistas semiestruturadas, que de acordo com Triviños (1987, p. 146) tem como característica realizar questionamentos básicos que se apoiam em teorias relacionadas ao tema da pesquisa e favorecem uma atuação mais consciente do pesquisador no processo de produção dos dados.

Por conseguinte, o processo resultou na pesquisa de campo, com a execução de entrevistas e questionários com roteiros previamente elaborados. Foram aplicadas 5 (cinco) entrevistas aos entes envolvidos nos debates de Belo Monte, os quais temos: a Empresa Norte Energia; a Secretaria Municipal de Integração Social de Altamira, em nome da Prefeitura Municipal; o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu – PDRS; o Movimento Social Xingu Vivo para Sempre e o Instituto Socioambiental – ISA, para mais, 1 (uma) entrevista foi aplicada à personalidade ribeirinha impactada pela Usina. Conjuntamente, foram aplicados 20 (vinte) questionários aos moradores do Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) Água Azul, localizado em Altamira, o que totalizou 26 (vinte e seis) pessoas alcançadas no processo.

Após a pesquisa *in loco* e a coleta dos dados, foi feita a sistematização destes por meio da transcrição do discurso dos sujeitos pesquisados, viabilizando a compreensão e interpretação dos dados levantados, construindo relações com objetividade e precisão, de modo a garantir que nenhuma informação importante se perdesse, permitindo a identificação das ideias relevantes, coletadas com a finalidade de atender aos objetivos e ao problema de pesquisa.

Pensando desta forma e em todos os objetivos propostos, a pesquisa está estruturada em um referencial teórico, subdividido em três capítulos, dispostos da seguinte maneira: o primeiro capítulo apresenta questões conceituais sobre espaço-território, ordenamento territorial e políticas públicas, trazendo também uma abordagem sobre identidade territorial e os valores simbólicos que estão atrelados à construção cultural do território; o segundo capítulo aborda uma discussão sobre as políticas energéticas e as políticas sociais que estão relacionadas com a implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e o terceiro capítulo expõe sobre a realização da pesquisa de campo, executada no município de Altamira – Pará, apresentando debates com todos os entes e sociedade civil, envolvidos nas questões de Belo Monte; além das considerações finais e apêndices.

1 – TERRITÓRIO, ORDENAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Este primeiro capítulo se propõe a entender como o território se fundamenta em suas próprias particularidades e especificidades, ressaltando como o espaço alcança uma solidificação em sua perspectiva relacional, atrelando-se aos mais diversos e complexos vínculos sociais, econômicos, políticos e culturais, através da implementação de políticas públicas voltadas à sociedade.

Desta maneira, o primeiro tópico expressa um estudo conceitual sobre espaço e território, sendo estas abordagens geográficas fundamentais para o tripé que sustenta a dissertação. O segundo tópico discorre sobre o ordenamento territorial e faz um debate primordial sobre identidade e a importância dos valores simbólicos na construção do ser social no espaço geográfico territorial. O terceiro tópico, versa sobre a temática das políticas públicas, debatendo conceitos e o ciclo das políticas públicas, perpassando e compreendendo cada uma de suas fases.

A finalidade é construir um percurso de ordem macro, até chegar-se ao debate mais micro, que corresponde aos resultados da pesquisa, os quais poderão ser encontrados no decorrer do trabalho. Todas estas discussões foram realizadas com base em autores específicos da área, os quais podemos destacar: Almeida (2007); Becker (2010); Castells (1999); Castro (2007); Claval (1999; 2002); Chelotti (2010); Costa (2005); Fernandes (2009); Godelier (1989); Gross (1998); Haesbaert (2004; 2007; 2009); Machado (1997); Medeiros (2009); Muller e Surel (2002); Raffestin (1993); Saquet (2009); Santos (2002); Silva (2012), Teixeira (2002), dentre outros.

1.1 – ESPAÇO-TERRITÓRIO

Tratando-se da correlação entre espaço-território, é necessário assimilar que embora aparentemente possuir o mesmo significado, ambos possuem suas especificidades e designações. O espaço é aquele que se apresenta como uma dimensão da sociedade, que prioriza os processos em sua coexistência, construindo-se como uma transformação da natureza. Enquanto que o território define-se como uma abordagem que prioriza as problemáticas políticas e envolvem

diferentes relações de poder. (HAESBAERT, 2009)

Raffestin (1993, p. 143) também enfatiza essa distinção, trabalhando na ideia principal de que o território se constrói a partir do espaço, e que este se estabelece em ações conduzidas por um sujeito que posteriormente passará a territorializar este espaço. Sendo assim, o autor os caracteriza metaforicamente como uma prisão, exemplificando que o espaço é resultado de uma prisão original, sem modificações ou alterações, enquanto que o território seria uma prisão que o próprio homem constrói para si, marcada por poder e interesses capitalistas.

De tal modo, o território passa a ser produzido por atores por meio da efetivação destes no espaço e das novas relações que passam a existir, sejam atividades produtivas, comunicação, representações simbólicas, malhas e também as relações de poder. Em vista disso, Godelier (1989) apresenta uma definição de território e espaço, enfatizando que ambos apesar das semelhanças, possuem alteridades.

Se designa por territorio la porción de la naturaleza, [...] sobre el que una sociedad determinada reivindica y garantiza a todos o a parte de sus miembros derechos estables de acceso, de control y de uso que recaen sobre todos o parte de los recursos que allí se encuentran [...]. Por «espacio» se entiende tanto una extensión de tierra como una extensión de agua y, en nuestros días, de espacio aéreo; los recursos «explotables» en el interior de estos espacios pueden hallarse tanto en el suelo como en el subsuelo, en la superficie de las aguas o en sus profundidades. (GODELIER, 1989, p. 107).

Maturando então estas definições, Saquet (2009, p. 79) destaca que o território “é o lugar de todas as relações, trunfo, [é um] espaço político onde há coesão, hierarquia e integração através do sistema territorial.” É portanto, um espaço organizado de maneira coletiva e multidimensional, a partir das diversas multiterritorialidades existentes.

Logo, entende-se que apesar das inúmeras definições e distinções, espaço e território se constroem juntos, como Saquet (2009) realça ainda, e enfatiza que um está no outro, por isso, não podem ser trabalhados separadamente, neste caso, percebe-se uma relação mútua, visto que o espaço é indispensável para a produção do território e vice-versa.

Podemos então compreender que esta relação de poder, existente no território, o categoriza em dois sentidos, sendo eles, a apropriação e a dominação. De acordo com Lefebvre (2006), a apropriação se desenvolve em uma relação do

valor de uso, trazendo consigo um lado simbólico que representa as emoções e as experiências vivenciadas pelo indivíduo. E a dominação possui um sentido voltado para o valor de troca, estabelecendo-se de maneira mais concreta e funcional, como afirma Haesbaert (2004).

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica' [...] Enquanto continuum dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeito, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência). (HAESBAERT, 2004, p. 21).

Por conseguinte, interpretamos que o poder a ser incorporado – apropriação ou dominação – pode estar voltado para o âmbito econômico ou para o cultural, tudo vai depender do objetivo ao qual os indivíduos estão representando, sendo assim, Haesbaert (2004) enfatiza que a apropriação deveria prevalecer sobre a dominação, entretanto, não é bem desta maneira que acontece. Por ser mais funcional, a dominação está ligada aos interesses e a acumulação de capital, tendo uma visão muito mais político-econômica, sobressaindo-se da visão cultural e simbólica da apropriação. Desta forma, ele identifica território baseando-se em três vertentes, política, cultural e econômica.

Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado. Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho. (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Em vista disso, entendemos que o território é um espaço repleto de complexidade e pluralidade, pois apresenta a responsabilidade de estas três vertentes. É como identifica Souza (2009), pode ser que uma das vertentes seja melhor visualizada e definida no espaço, sem embargo, não se pode afirmar que as outras não serão significativas ou pertinentes para a formação do território.

O que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam “contemplados” ao se lidar com o conceito de território. (SOUZA, 2009, p. 59)

Por conseguinte, a territorialidade se solidifica como um espaço que engloba todas as relações, sejam elas políticas, econômicas, culturais e sociais, em vista disso, o território acaba sendo a combinação do funcional e do simbólico, logo, Haesbaert (2004, p. 21) afirma que isso acontece “pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de funções quanto na produção de significados.”

Poderíamos falar em dois grandes “tipos ideais” ou referências “extremas” frente às quais podemos investigar o território: um, mais funcional, priorizado na maior parte das abordagens, e outro, mais simbólico, que vem se impondo em importância nos últimos tempos. Enquanto “tipos ideais” eles nunca se manifestam em estado puro, ou seja, todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que seja, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que pareça. (HAESBAERT, 2004, p. 23).

Sendo assim, o território pode ser observado de duas formas, ele pode representar um meio para atingir um fim, como expressa Raffestin (1993), quando volta-se para a acumulação e interesses capitalistas. Todavia, de acordo com Haesbaert (2004), também pode expressar um fim em si mesmo para os hegemônicos, pois é na categorização destes que o território se expressa de forma identitária, assim que, perde-lo acarretaria em um sentimento de desaparecimento.

Deste modo, compreendendo a formação desta identidade, Becker (2010) afirma que o território se constrói na prática, a partir das vivências e experiências do vivido, sendo possível manifestar o seu poder sobre o espaço e se apropriar deste.

O território é o espaço da prática. Por um lado, é um produto da prática espacial: inclui a apropriação de um espaço, implica a noção de limite – um componente de qualquer prática –, manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço. Por outro lado, é também um produto usado, vivido pelos atores, utilizado como meio para sua prática. (BECKER, 2010, p. 19).

Fernandes (2009) traz a ideia de que o território é um espaço de discussão muito amplo e complexo, em vista disso, ele apresenta alguns tipos de territórios, – os quais ele denomina primeiro, segundo e terceiro territórios – de maneira que seja

possível compreender melhor as diferentes tipologias que executam funções distintas e geram as diversas faces da territorialidade.

O primeiro território é o espaço de governança da nação, é o ponto de partida da existência das pessoas. Neste se constituem outros territórios produzidos pelas relações das classes sociais. [...] está organizado em diversas escalas e instâncias. Os estados, províncias, departamentos, municípios são frações integradas e independentes do primeiro território, são diferentes escalas dos espaços de governança. [...] As propriedades privadas não capitalistas, familiares ou comunitárias e as propriedades capitalistas formam o segundo território. Territórios capitalistas e não capitalistas produzem permanente conflitualidades pela disputa territorial. [...] Os segundos territórios são frações do primeiro, mas devem ser distinguidos porque as relações sociais que os produzem são diferentes. [...] O terceiro território é o espaço relacional considerado a partir de suas conflitualidades e reúne todos os tipos de territórios. O caráter relacional, por unir as propriedades fixas e móveis, promove os seus movimentos de expansão e refluxo. Esse movimento é determinado pelas relações sociais e as conflitualidades entre as classes, grupos sociais, sociedade e Estado. [...] O terceiro território está relacionado às formas de uso dos territórios; portanto, às suas territorialidades. [...] O terceiro território nos atinge em todas as escalas e está cada vez mais presente em nosso cotidiano. (FERNANDES, 2009, p. 206-210)

Consoante à Fernandes (2009), percebemos que o terceiro território é o mais presente no cotidiano porque engloba de maneira mais específica as relações e os conflitos sociais, e possui um caráter relacional, associado as formas de uso do território.

Sendo assim, ponderando estas relações sociais que se constituem, identifica-se também que variados laços territoriais são formados no espaço. Destarte, Raffestin (1993, p. 158) salienta, “a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral.”

À vista disso, pode-se identificar, segundo afirma Saquet (2009) que o território se desenvolve a partir de transformações acontecidas no espaço em que a sociedade se constitui, nesta conformidade, ele passa a se apresentar como um meio de apropriação social, fundamentado em inúmeros aspectos e vínculos mútuos.

Deste modo, Bonnemaïson e Cambrézy (1996) percebem que os espaços são, portanto, uma representação da sociedade e exprimem não apenas um valor material, mas também valores históricos, culturais, éticos, espirituais e simbólicos, como também enfatiza Machado (1997).

[No território], estão incluídos não apenas os processos vinculados à esfera da produção, mas também, e talvez de forma mais incisiva, os elementos culturais tais como a linguística, a moral, a ética, a religião, enfim, o conjunto complexo de padrões de comportamento, dado pelas crenças, instituições e valores espirituais e materiais que são transmitidos coletivamente e que caracterizam uma dada sociedade. (MACHADO, 1997, p. 28).

Infere-se então que o território se desenvolve na história e na apropriação de um grupo social, formando a partir daí uma sociedade que consegue incorporar o material e o cultural. (MACHADO, 1997).

Analisar concretamente o território significa entendê-lo como um produto da história da sociedade, e que, portanto, está em constante modificação. Ele é o resultado de um processo de apropriação de um grupo social e do quadro de funcionamento da sociedade, comportando, assim, ao mesmo tempo, uma dimensão material e cultural dadas historicamente. (MACHADO, 1997, p. 26)

Desta forma, constatamos que os elementos culturais existentes na sociedade, relacionam-se gradativamente com o espaço geográfico. A multiculturalidade, como ressalta Haesbaert (2004), retrata uma visão mais complexa e multifária do território, abrangendo distintas relações fundamentadas nos saberes do “vivido”.

O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multi-dimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, tanto no sentido da convivência de "múltiplos" (tipos) de território quanto da construção efetiva da multiterritorialidade. Toda ação que se pretenda efetivamente transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossas territorializações, ou não se alcançará a transformação que almejamos. [...] pensar multiterritorialmente significa pensar tanto em múltiplos poderes (ou "governanças") quanto em múltiplas identidades (em espaços culturalmente mais híbridos) e mesmo em múltiplas funções (a "multifuncionalidade" econômica). (HAESBAERT, 2004, p. 42)

Paralelamente, Fernandes (2009) destaca que para assimilar o que é a multidimensionalidade, deve-se perceber que o território simboliza uma totalidade, e que a mesma é parte da realidade, logo, ao assimilar o território como um todo, é possível conhecer a multidimensionalidade, apesar disso, o autor evidencia que pode-se realizar a análise de apenas uma dimensão do território e isso não irá desvalorizar as demais.

O princípio da multidimensionalidade nos ajuda a compreender melhor o da totalidade, já que são as dimensões que a compõem. As dimensões são formadas pelas condições construídas pelos sujeitos em suas práticas sociais na relação com a natureza e entre si. Nas múltiplas dimensões do território são produzidas relações sociais, econômicas, políticas, ambientais

e culturais. A dimensão une espaço e relação construídos pelas ações e intencionalidades. (FERNANDES, 2009, p. 202).

Assim sendo, evidencia-se que o território se constitui nas várias faces da territorialidade e nas complexas relações sociais, dedicando-se a árdua tarefa de estruturar uma sociedade que esteja baseada no multiculturalismo e na heterogeneidade humana, sendo assim, Becker (2010), identificou que as relações de poder dentro do território, se apresentam a partir da malha territorial vivida, contrastando os conflitos entre o que ela denomina de malha concreta e malha abstrata, que se constroem através de poderes hegemônicos.

Esta ideia do concreto e abstrato, traz Godelier (1989), ele enfatiza que a propriedade se estabelece em um conjunto de regras abstratas, as quais são, o acesso, o controle, o uso e a transmissão de uma realidade social que se torna objeto de discussão da propriedade, deste modo, de acordo com Godelier (1989, p. 106), “sólo hay formas de propiedad cuando sirven de regla para apropiarse de la realidad de un modo concreto.”

Ele afirma ainda, portanto, que a propriedade só passa a existir, de fato, quando esta se constitui em um processo de apropriação concreta, no qual a sociedade utiliza o espaço como meio de subsistência, introduzindo atividades de caça, pesca, agricultura, indústria, entre outros, de maneira que seja possível observar que a referida sociedade encontrou naquele espaço meios e condições essenciais para sua existência.

Por conseguinte, Fernandes (2009) identifica que esta apropriação dos sujeitos constitui um vínculo marcante com o espaço, de maneira que, se este território for esfacelado, esfacela-se também todos os valores identitários e interculturais destes sujeitos.

Os sujeitos produzem seus próprios territórios e a destruição desses territórios significa o fim desses sujeitos. O desapossamento também destrói sujeitos, identidades, grupos sociais e classes sociais. [...] Sujeitos, grupos sociais, classes sociais não existem sem seus territórios. (FERNANDES, 2009, p. 209)

Em conformidade com Haesbaert (2007), podemos então constatar que o território se constrói como um espaço de identidade para os sujeitos, pois é neste espaço que eles se constituem como indivíduos e posteriormente como sociedade. Deste modo, espaço e território assumem papéis muito mais importantes do que simplesmente conceitos de cunho geográfico, são delimitações interligadas à todo

espaço constituído e vivenciado por uma sociedade de modo que é possível se estabelecer uma ligação profunda com a terra, reforçando sua dimensão enquanto representação e valor simbólico. Logo, torna-se evidente que o território se organiza nas mais variadas relações, pois não expressa apenas o sentido natural de limite, fronteira ou estabilidade, mas apresenta conexões, movimento e uma fluidez estabelecida nestas ligações, através do sentido relacional.

Nesta perspectiva, Saquet (2009) realça sobre este sentido relacional, o qual está inteiramente presente no território social:

Na natureza, o homem vive relações. Na sociedade, o homem vive relações. Em ambas, o homem vive relações construindo um mundo objetivo e subjetivo, material e imaterial. O homem vive relações sociais, construção do território, interações e relações de poder; diferentes atividades cotidianas, que se revelam na construção de malhas, nós e redes, constituindo o território. A territorialidade efetiva-se em distintas escalas espaciais e varia no tempo através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais realizadas entre sujeitos e entre estes com seu lugar de vida, tanto econômica como política e culturalmente. (SAQUET, 2009, p. 87).

Portanto, considera-se que espaço e território se alicerçam por meio de um valor simbólico, vivenciado nas ligações coletivas entre os indivíduos sociais. Posto isto, Haesbaert (2004) constata que é possível incorporar relações econômicas e também culturais, uma vez que estas relações estão ligadas a forma como as pessoas se utilizam do território, como se organizam e à maneira como instituem uma relevância para o lugar em que vivem, assim, percebe-se a importância do simbólico para a formação das identidades culturais existentes no território.

1.2 - ORDENAMENTO TERRITORIAL

De acordo com Gross (1998, p. 3), ordenamento territorial “puede ser entendido como la acción y efecto de colocar las cosas en el lugar que consideremos adecuado.” Por conseguinte, verificamos que seria então o ato de criar uma relação de equilíbrio no espaço. Relação esta que deve estar baseada na harmonia correta de todos os componentes do território.

Em vista disso, observa-se que o ordenamento territorial surgiu no intuito de atribuir ao Poder Público responsabilidades referentes às ocupações do espaço e a celeridade dos processos de deslocamento das forças produtivas, haja vista que, a

aceleração desses processos pode suscitar em um desequilíbrio e um ordenamento desorganizado, firmado em contradições e desperdícios. (SOARES, 2009).

Buscar entendimento sobre ordenamento territorial, abre discussão para entender os conceitos-base que juntos formam esta concepção – ordem e território. Haesbaert (2006) destaca esses conceitos.

A “ordem” vem sempre acompanhada de seu par indissociável, a “desordem”, que não deve simplesmente, *a priori*, ser combatida, pois ela pode estar sendo a manifestação de uma nova ordem, de um novo ordenamento. [...] O território, enquanto relação de apropriação e/ou domínio da sociedade sobre o seu espaço, não está relacionado apenas à fixidez e à estabilidade (como uma área de fronteiras bem definidas), mas incorpora como um de seus constituintes fundamentais o movimento, as diferentes formas de mobilidade. (HAESBAERT, 2006, p. 117).

Posto isto, Figueiredo (2005) expressa o que seria o ordenamento territorial, o qual se configura como um instrumento de planejamento, habilitado para a solução de conflitos e a redução das desigualdades regionais, fortalecendo as potencialidades de cada região.

O ordenamento territorial constitui a expressão territorial das políticas econômica, social, cultural e ecológica. Nesse sentido, seu entendimento caminha na direção de um “disciplinamento” no uso do território, de modo a compatibilizar, ou, ao menos, diminuir eventuais conflitos existentes nas diversas ações públicas e privadas que alteram dinamicamente os conteúdos físicos, sociais, econômicos e culturais contidos no território. (FIGUEIREDO, 2005, p. 63)

O ordenamento se estabelece na concepção da espiral evolutiva a qual Moreira (1993) propõe – e Morin (1998) também enfatiza –, trabalhando a dinâmica de que a ordem resulta em uma desordem, capaz de produzir organização e posteriormente uma nova ordem. Logo, infere-se que ordem e desordem se complementam, haja vista que a desordem é imprescindível para que o universo possa desenvolver-se.

A ideia de desordem, além de não poder ser eliminada do universo, é necessária para concebê-lo na sua natureza e evolução. [...] Um universo completamente determinista seria desprovido de inovação e, portanto, de evolução. Um mundo absolutamente determinista e um mundo absolutamente aleatório são dois mundos pobres e mutilados. Um, incapaz de nascer – o mundo do aleatório –, e o segundo, incapaz de evoluir. (SOARES, 2009, p. 73).

Por conseguinte, Moreira (2006, p. 76) ressalta que, “o ordenamento não é, pois a estrutura espacial, mas a forma como a estrutura espacial territorialmente se auto-regula no todo das contradições da sociedade, de modo a manter a sociedade funcionando segundo sua realidade societária.” Desta maneira, o ordenamento tem

como objetivo assumir a administração dos conflitos existentes no espaço. (SOARES, 2009).

Santos (2005, p. 51) destaca então que é primordial estabelecer objetivos do ordenamento, de modo que seja notório assimilar porque a política de ordenamento é necessária. Estes objetivos são: “1) o desenvolvimento socioeconômico equilibrado das regiões; 2) a melhora da qualidade de vida; 3) a gestão responsável dos recursos naturais; 4) a utilização racional do território (com clareza dos critérios de racionalidade empregados).”

Destarte, entendemos que estes objetivos convertem o ordenamento territorial em um instrumento de gestão mais coerente e equilibrado, assim, vemos em Gross (1998) que esta política se exterioriza como um meio de reconhecimento dos impactos causados pelas múltiplas intervenções humanas no ambiente natural, no intuito de posteriormente ser possível engendrar medidas capazes de mitigar estes impactos.

Desde esta perspectiva, una estrategia de ordenamiento del territorio implica prever con antelación los impactos en el ambiente que ocasionan las actividades humanas, algunas de los cuales pueden provocar serios deterioros y ser de carácter irreversible – de manera que se puedan tomar medidas de mitigación o evitarlos antes de que ocurran. [...] Nuestras ciudades están creciendo en forma segregada, rodeadas por cinturones de pobreza con espacios públicos muy precarios, en ambientes sociales y físicos fuertemente degradados. Asimismo, las ciudades dificultosamente se conforman morfológica y espacialmente, observándose una pérdida de legibilidad e identidad y una expresión de determinados valores culturales que no es compartida por la mayoría de sus habitantes. En síntesis, un deterioro de la calidad de vida de sus habitantes y una insuficiente calidad ambiental del asentamiento humano. (GROSS, 1998, p. 4).

Obtendo essa discussão como espelho, verificamos que o ordenamento territorial necessita ser planejado e elaborado com base nas grandes e mais diversas problemáticas sociais, urbanas e locais, de maneira que todos os recursos naturais sejam implementados e executados de maneira eficiente, garantindo que o crescimento econômico seja estruturado de forma equilibrada e atenda gradualmente as potencialidades do território. (GROSS, 1998).

Por conseguinte, Moraes (2005) evidencia que o ordenamento territorial contorna uma visão mais global do espaço, abrangendo biomas, macrorregiões e cidades, além de espaços de interesse estratégicos como unidades de conservação e zonas de fronteira, logo, constata-se que o ordenamento se fundamenta como um planejamento que aborda o território em sua totalidade.

O ordenamento territorial busca, portanto, captar os grandes padrões de ocupação, as formas predominantes de valorização do espaço, os eixos de penetração do povoamento e das inovações técnicas e econômicas e a direção prioritária dos fluxos (demográficos e de produtos). Enfim, ele visa estabelecer um diagnóstico geográfico do território, indicando tendências e aferindo demandas e potencialidades, de modo a compor o quadro no qual devem operar de forma articulada as políticas públicas setoriais, com vistas a realizar os objetivos estratégicos do governo. A meta do ordenamento territorial é a compatibilização de políticas em seus rebatimentos no espaço, evitando conflitos de objetivos e contraposição de diretrizes no uso dos lugares e dos recursos. Pensa-se o Estado como agente regulador e harmonizador, e não como gerador de impactos negativos (sociais, ambientais e econômicos). O ordenamento territorial é um instrumento de articulação transectorial e interinstitucional que objetiva um planejamento integrado e especializado da ação do poder público. (MORAES, 2005, p. 45)

Assim, compreende-se que a política de ordenamento territorial busca construir um diagnóstico do território, apresentando todas as demandas e potencialidades existentes, captando os padrões de ocupação e tornando conhecido os impactos negativos, sejam eles sociais, econômicos ou ambientais. Segundo Costa (2005, p. 56), “está-se diante de um movimento de diferenciação interna de largo espectro, cujos vetores, que o impulsionam, são de natureza multidirecional, [...] relacionados aos usos divergentes, competitivos e conflitivos dos lugares e das suas potencialidades intrínsecas.”

[...] Em suma, ordenar o território na atual conjuntura, requer, como pressuposto, diversificar o foco e as escalas de análise, identificar a forma como os macrovetores se capilarizam nos infindáveis circuitos espaciais, conceber essa complexidade como associada à acelerada e recente urbanização e à mudança da base técnica produtiva do país, destacando-as como as forças motrizes que têm impulsionado a especialização/diferenciação dos lugares. Com isso, obter uma síntese aproximada do novo mosaico socioespacial e regional do país, redesenhar as regiões, ressaltar os novos eixos e a nova logística territorial nacional e, ao cabo, refazer a sua representação cartográfica, uma condição técnica e operacional indispensável para os passos subsequentes. (COSTA, 2005, p. 56)

Neste sentido, voltamos ao debate da “espiral evolutiva” de Moreira (1993), entendendo que ordenar é criar o ciclo: ordem > desordem > nova ordem, isto é, para que seja possível redesenhar uma determinada região, é necessário que haja uma reconstrução deste ambiente, identificando-o em suas pluralidades, particularidades, sobretudo, em sua totalidade.

Redesenhar o espaço – ordenar/reordenar – em concordância com Bohrer e Dutra (2009), é em tal caso, elaborar o planejamento de maneira distinta, de modo a abranger táticas capazes de solucionar embates nas mais diversas relações

(naturais ou socioeconômicas), dispondo de estratégias que focalizem na sustentabilidade, sempre no intuito de gerar um aproveitamento satisfatório dos recursos naturais e ambientais, empenhando-se para o melhoramento do bem-estar social.

Em vista disso, Almeida (2007) verifica que o ordenamento territorial é um mecanismo de gestão, logo, o seu caráter normativo, fiscalizador e controlador, deve estar em consonância com uma política que resguarde todo o espaço, cessando o pensamento de que somente alguns setores serão atendidos ou beneficiados por esta política.

Deste modo, Costa (2005) destaca que as políticas de ordenamento territorial são partes totalmente necessárias nas estratégias de desenvolvimento de um país, por isso, é imprescindível que as desigualdades socioespaciais e os desequilíbrios regionais existentes sejam combatidos a partir de uma gestão satisfatória e de novos modelos de reordenamento, que estejam voltados para o planejamento regional, de modo que estas regiões possam ser constituídas como espaços político-territoriais efetivos, capazes de contribuir para o desenvolvimento do espaço.

Ordenar o território é pensar e atuar no conjunto das forças que modelam atualmente o desenvolvimento do país, a partir de um olhar da União sobre o conjunto das regiões e lugares e de uma estratégia que vise, sobretudo, a coordenar as políticas territoriais setoriais e emprestar a elas uma necessária racionalidade técnica, no atual contexto do planejamento marcado pela dispersão. (COSTA, 2005, p. 58)

Entende-se portanto que ordenamento vai muito mais além da ideia básica de implementação da política, ordenar é pensar no desenvolvimento social, na melhoria da qualidade de vida, no uso sustentável dos recursos. Em linhas simples, ordenar é criar um equilíbrio entre o território e as relações sociais, como afirma Gross (1998).

La falta de una gestión adecuada, sin unidad y coherencia funcional, ha derivado en ciudades que, por una parte, han perdido eficiencia como proveedoras de servicios y calidad de hábitat residencial y de equipamientos, y, por otra, la racionalidad en la forma como se relaciona su crecimiento con el medio natural, que facilita la convivencia humana y fomenta el desarrollo social y personal. Ante la pérdida de calidad de vida, es necesario llevar a cabo una política que oriente la dinámica poblacional en su relación con el uso del territorio, en una forma más equilibrada y sostenida, a diferentes escalas y niveles de agregación. (GROSS, 1998, p. 4)

Por conseguinte, Haesbaert (2006) apresenta quatro objetivos centrais que podem suscitar um reordenamento mais consistente, de maneira que conseguimos criar um paralelo às ideias que os autores acima também enfatizaram.

a) diminuir as desigualdades sócio-espaciais e o correspondente grau de exclusão sócio-econômica da população; b) aumentar o nível de democratização e representatividade dos espaços políticos a partir tanto da descentralização espacial do poder quanto da tomada de decisões com efetiva participação, seja da população como um todo, seja de grupos de “experts” locais; c) fomentar o comprometimento público com as iniciativas a serem executadas através não apenas do resgate e fortalecimento de identidades territoriais homogêneas, “tradicionais”, mas que dêem conta, efetivamente, também, do amálgama ou combinação específica entre múltiplas identidades culturais “locais”; d) trabalhar sempre num des-reordenamento que integre múltiplas escalas, o que envolve não cair nem [...] no regionalismo reacionário ou no nacionalismo exacerbado. (HAESBAERT, 2006, p. 121)

Sendo assim, identifica-se que as políticas de ordenamento territorial devem formar uma rede de representatividade e participação nas tomadas de decisão, posto isto, Castro (2007) ressalta que o ordenamento territorial se manifesta como um contraponto à dinâmica devastadora de ampliação das fronteiras, salientando que os atores assumem papéis significativos no aprimoramento das estratégias socioespaciais, não importando se possuem motivação individual ou coletiva.

A presença do Estado no ordenamento territorial implica exigências em gestão e governança. [Este] deve estar preparado para o desafio de atender o interesse público, [...] é importante ressaltar o papel da sociedade no processo de planejamento e de controle das ações do Estado. Sua participação ativa e qualificada nas discussões e no monitoramento da ação estatal é essencial para definir os lugares sociais da participação. [...] Na formulação de uma política de ordenamento territorial ou de macropolíticas de desenvolvimento, por mais detalhadas que sejam e ainda que sejam derivadas de um processo de mobilização da sociedade, há diversas dimensões a considerar para garantir sua exequibilidade. É fundamental entender o ordenamento territorial como um processo, produto de disputas e fruto de relações entre atores e interesses. Para implementá-lo, é ainda necessário considerar os desafios enfrentados pela sociedade e saber se ela está efetivamente preparada para construir alternativas sustentáveis econômica, social e ambientalmente. (CASTRO, 2007, p. 121)

Posto isto, constatamos que o ordenamento territorial é um mecanismo, que possui a responsabilidade de reordenar o espaço, estabelecendo o procedimento da mediação de conflitos, podendo ouvir todos os atores envolvidos direta e indiretamente neste espaço. Caracteriza-se sobretudo como um instrumento de gestão, capaz de monitorar as ações do Estado, assegurando um desenvolvimento socioeconômico, fundamentado na sustentabilidade social, na melhoria do bem-estar social e principalmente, na não alteração da paisagem geográfica. (CASTRO, 2007).

Deste modo, compreendemos que espaço e território coexistem e não podem ser trabalhados de maneira separada, assim sendo, Medeiros (2009) identifica que o

espaço é necessário para demarcar a existência do território e este é a plena condição para que o espaço torne-se humanizado.

Salienta-se ainda que o território traz enraizado em si inumeráveis valores, representações simbólicas, ritos, culturas e memórias. É o espaço em que a sociedade pode se identificar enquanto ser social pertencente à um determinado lugar, regado de afirmação identitária e sentimentos afetivos. Posto isto, Medeiros (2009) enfatiza então que o território se concebe como um espaço de identidade ou de identificação:

O território é, de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento [...] Não se pode julgar perigoso o território porque ele traz em si esta noção de poder e de afirmação identitária. Esta é uma realidade que está inscrita no espaço e no tempo e que lhe dá a garantia de existência. Negar o território é o risco da crise. O território é pois, esta parcela do espaço enraizada numa mesma identidade e que reúne indivíduos com o mesmo sentimento. (MEDEIROS, 2009, p. 217)

Segundo Chelotti (2010, p. 171), “a identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial.” Portanto, entende-se que o território se constitui como uma parte do espaço, no qual a sociedade estabelece relações interculturais e interpessoais, fundamentada a partir da interação entre a sociedade e o meio ambiente.

Existe um consenso de que toda identidade é uma construção social. Assim, os diferentes grupos sociais, ao longo do tempo, criaram significados, construindo identidades, sejam elas vinculadas a uma determinada cultura, ideologia, religião, etnia, territorial, dentre outros. (CHELOTTI, 2010, p. 171).

Logo, se assimila que o espaço ocupado passa a ser muito mais do que uma área de terra delimitada, é o lugar no qual é possível retirar fontes de subsistência, para que assim se crie um elo significativo, como enfatiza Raffestin (1993, p. 158) que “os homens vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas.”

A ocupação do território é compreendida como uma das vivências mais significativas, cujo sentido está no seu entrelaçamento com as demais ações substantivas que participam deste mesmo processo de constituição e formação do movimento social. (MEDEIROS, 2009, p. 218).

Percebe-se portanto que esta identidade se institui a partir de um processo de formação e construção da sociedade, sendo reflexo de uma multiculturalidade vivenciada por valores culturais, simbólicos e sentimentos identitários.

(HAESBAERT, 2009).

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. (SANTOS, 2002, p.96).

Podemos concordar com Santos (2002) quando expressa que para um determinado povo, território é trabalho, é comida, é família, é lar e também é vida. Pode-se até ir mais fundo, território envolve “tudo” que determinada sociedade possui. E por razões diversas, muitas vezes esta sociedade precisa despir-se de seu “tudo” para que outros possam usufruir de sua terra em outra finalidade, é o que Medeiros (2009) chama de desenraizamento.

Neste processo de desenraizamento e de busca de enraizamento estes agricultores [...] vêem suas múltiplas raízes se partirem ao perderem sua paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a casa, os vizinhos [...] O encontro com uma nova realidade certamente provocará uma desterritorialização dos processos simbólicos, quebrando muitas vezes as coleções organizadas pelos sistemas culturais com novas ressignificações e redimensionamentos dos objetos, coisas e comportamentos e isso tudo, certamente, imbricado de conflitos. [...] O que ocorre, é um duplo processo inserido neste ato de sair e de chegar, pois, ao mesmo tempo em que expressa as ilusões daqueles que saem, expressa também o sofrimento daqueles que atravessam a fronteira do desconhecido. (MEDEIROS, 2009, p. 224-225)

Constata-se assim que o processo de desterritorialização viabiliza a quebra dos processos simbólicos e acarreta em uma perda de identidade para a sociedade. Medeiros (2009, p. 224), continua a enfatizar que “criar uma identidade num espaço desconhecido, onde cada dia é um novo conhecer, exige desses [...] um grande esforço. Entre erros e acertos vão construindo uma nova territorialidade.”

Conseqüentemente, Haesbaert (1999) evidencia que a idealização da identidade está associada à definição de realçar as diferenças interpessoais existentes entre os seres, capaz de provocar um diálogo ou mesmo um embate.

[...] A identidade implica uma busca de reconhecimento que se faz frente à alteridade, pois é no encontro ou no embate com o outro que buscamos nossa afirmação pelo reconhecimento daquilo que nos distingue e que, por isto, ao mesmo tempo, pode promover tanto o diálogo quanto o conflito com o outro. (HAESBAERT, 1999, p.175)

Em vista disso, Haesbaert (2007) enfatiza também que o território se organiza de maneira simbólica e coletiva, expressando significados culturais, emocionais e

até mesmo espirituais, pois apresenta inúmeras relações entre seres sociais, que estão dispostos a viver em comunidade e fazer com que desta vivência se construa uma relação entre pessoas e natureza. De tal modo, a sociedade desenvolve um sentimento de pertença à um determinado lugar, como salienta Raffestin (1993), exteriorizando uma afeição e uma relação significativa entre os moradores da área, aperfeiçoando a ideia de identidade e ligando a comunidade ao seu espaço vivido.

Sendo assim, Pollice (2010) esclarece que o território é então o ambiente no qual a sociedade que ali vive, se reconhece enquanto ser pertencente àquele lugar, fincando ali suas raízes simbólicas, sejam individuais ou coletivas.

O território, [é] um espaço relacional que se constrói no tempo como produto de um processo de sedimentação cultural; um processo que tem o seu motor próprio na relação identitária que se instaura entre uma comunidade e o espaço da qual esta se apropria. [...] Em síntese, o território pode ser entendido como aquela porção do espaço geográfico na qual uma determinada comunidade se reconhece e se relaciona no seu agir individual ou coletivo. (POLLICE, 2010, p. 8)

Logo, entendemos que é como realmente enfatiza Claval (2002), ao afirmar que o pertencimento e os valores simbólicos não são frutos de um sentimento raso e simplista, ao contrário disto, é algo que se constrói de maneira complexa e afetiva, interligando experiências e lembranças vivenciadas e perpassadas pelas diversas gerações, construindo uma relação de integração entre o indivíduo e o meio ao qual está relacionado. Ademais, ele continua salientando que estas experiências vividas servem para caracteriza-lo enquanto ser social e cultural.

A identidade aparece como uma construção cultural. Ela responde a uma necessidade existencial profunda, a de responder à questão: “quem sou eu?” Ela o faz selecionando um certo número de elementos que caracteriza, ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepções da natureza, do indivíduo e do grupo. (CLAVAL, 1999, p. 15).

De tal maneira, segundo Bonnemaïson (2000, p. 128), “o território nasce de pontos e marcas sobre o solo: ao seu redor se ordena o meio de vida e se enraíza o grupo social”. Posto isto, percebemos com Pollice (2010), que a identidade territorial desenvolve-se a partir das vivências enquanto seres sociais, construídas com base na cultura, na religiosidade e nos costumes vivenciados em coletividade.

O território de fato é interpretado como fonte de criação dos valores, que pode ser alimentada somente ligando mecanismos de identificação dos atores locais. O território, entendido como espaço de pertença, torna-se assim um produto afetivo, social, simbólico, a partir do qual se constroem as identidades locais retrospectivas e prospectivas. (POLLICE, 2010, p. 9)

De acordo com Vargas (2006), o território baseia-se na ideia de sistematizar tradicionalmente a identidade de uma comunidade, de forma que é possível integrar suas características no modo de vida desta sociedade, criando uma relação entre o espaço vivido e aquele que ainda há de ser, além da vinculação homem-natureza, na qual Chelotti (2010, p. 173) ressalta que “a partir de relações específicas com homem versus meio, as sociedades historicamente construíram identidades territoriais próprias, com seus signos, símbolos e pertencimentos.”

Por conseguinte, Chelotti (2010) afirma ainda que existem dois tipos de sociedades, aquelas que se influenciam pela excessiva globalização, perdendo e/ou alterando suas características culturais e há aquelas que resistem a lógica global dominante, sendo capazes de fortalecer as identidades locais e ainda produzir novas identidades.

Estamos diante de uma profunda relativização do conceito de identidade, pois devido ao avanço do processo de globalização encontra-se cada vez mais desvinculado de seus lugares, regiões, territórios históricos. [...] Mesmo que o processo de globalização tenha avançado nos últimos anos, aprofundando a expansão do modo de produção capitalista, acelerando as trocas comerciais, acreditamos que existem elementos culturais que são preservados, mantidos, ou reinventados, principalmente, pelas chamadas populações tradicionais, podendo-se destacar o modo de vida camponês e seu universo simbólico que resiste a esse processo globalizante que insiste em destruir o diferente na tentativa de unificar tudo e a todos num único mercado global. (CHELOTTI, 2010, p. 172).

Assim, nota-se que mesmo por meio do imenso processo de globalização, diversas comunidades tradicionais resistem aos seus valores simbólicos, culturais e costumeiros, que não se esvanecem com o tempo, mas ao contrário disto, estruturam-se como a base para a idealização de uma sociedade que mantenha estes valores enraizados e entranhados em suas experiências, reflexionando em um elemento ativo, o qual é capaz de formar um processo de identificação social. (CHELOTTI, 2010).

A identidade não é um fenômeno estático, mas dinâmico, fruto da incessante interação entre uma determinada comunidade e o seu espaço relacional. Isto não quer dizer negar a existência de valores identitários radicados no tempo e no espaço, mas, antes, evidenciar os riscos de uma cristalização das identidades históricas, sobretudo quando estas últimas são propostas como critérios ordenadores do presente e referências projetuais para o futuro. (POLLICE, 2010, p. 10)

Deste modo, entende-se que a identidade se engendra como um espaço simbólico dinâmico, que busca refletir os valores construídos através de diversas

gerações, identificando que elas não se perdem e nem se apagam com o tempo, mas são formas de mostrar como a sociedade futura se comportará, tendo como alicerce as instruções de seus antepassados.

Pensando então nestes valores simbólicos, compreendemos que a construção social da identidade, segundo Castells (1999, p. 24), baseia-se em três concepções, as quais são: 1) a identidade legitimadora; 2) identidade de resistência e 3) identidade de projeto. A identidade legitimadora é introduzida por instituições dominantes, as quais têm o objetivo de racionalizar e expandir sua dominação em relação aos atores sociais e que atende as visões impostas pelo nacionalismo.

A identidade de resistência, faz jus ao nome, e trata de atores que se veem como desvalorizados ou censurados a partir da lógica da dominação, e que por isso, acabam criando movimentos de resistência que tenham como base princípios diferenciados dos existentes na sociedade. E por último, temos a identidade de projeto, que ocorre quando os atores sociais criam uma nova identidade, que se estabelece a partir de suas culturas, de maneira que é capaz de redefinir o papel destes atores na sociedade.

Castells (1999) apresenta ainda três concepções de identidade, as quais são: identidade legitimadora; identidade destinada à resistência e identidade de projeto. Por conseguinte, ele explica a ideia principal destas identidades, mostrando que cada uma resulta em um produto peculiar essencial na composição da sociedade.

A identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil, ou seja, um conjunto de organizações e instituições, bem como uma série de atores sociais estruturados e organizados, que, embora às vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural. [...] A identidade destinada à resistência, leva à formação de comunas, ou comunidades. [...] É provável que seja esse o tipo mais importante de construção de identidade em nossa sociedade. Ele dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão. [...] O terceiro processo de construção da identidade, a identidade de projeto, produz sujeitos, [...] sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que são constituídos a partir de indivíduos. São o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência. (CASTELLS, 1999, p. 25-26).

Deste modo, é possível compreender que estas ideologias sobre identidade são essenciais para compreender o modo como as sociedades se constituem, visto que identificamos que a organização da sociedade é tecida a partir de um contexto baseado em relações de poder, nessa conformidade discernimos que estes

diferentes tipos de identidade são construídas e definidas com base no contexto social ao qual estão relacionadas.

O espaço jamais aparece como um suporte neutro na vida dos indivíduos e dos grupos. Ele resulta da ação humana que mudou a realidade natural e criou paisagens humanas e humanizadas. Os lugares e as paisagens fazem parte da memória coletiva. A lembrança do que aconteceu no passado dá forte valor sentimental a certos lugares. (CLAVAL, 2002, p. 24)

Assim, constatamos que o território se apresenta como um espaço de reconhecimento e pertencimento dos sujeitos que se identificam porque nascem em um mesmo lugar, falam a mesma língua, conhecem todos os vizinhos e suas histórias e por isto, fazem parte do mesmo grupo, logo, são capazes de construir experiências individuais e coletivas para o viver em sociedade. (CLAVAL, 2002)

Por conseguinte, vemos então o quão importante é a identidade cultural para que o processo de territorialização seja formado, conforme enfatiza Pollice (2010).

[...] emerge com clareza a relação de interdependência que liga as duas categorias conceituais assim delineadas: identidade e território. Uma relação cumulativa, enquanto se, por um lado, a identidade territorial gera e orienta os processos de territorialização, por outro lado estão as mesmas ações de territorialização a reforçar o processo de identificação entre a comunidade e o seu espaço vivido. (POLLICE, 2010, p. 9)

Conclui-se portanto que identidade está profundamente ligada à uma interação entre o ser social e seu espaço, assim, podemos dizer que não há território sem um reconhecimento simbólico do lugar por aqueles que nele habitam, haja vista que identidade territorial caracteriza-se também como identidade social, a partir das relações existentes. (HAESBAERT, 1999).

1.3 – POLÍTICAS PÚBLICAS

Expressar o conceito de políticas públicas como algo concreto e conciso, não é fácil. E essa dificuldade existe porque falar de “política” compreende falar de seus mais variados conceitos e significações, deste modo, Muller e Surel (2002, p. 10), enfatizam que “este termo cobre, ao mesmo tempo, a esfera da política (*polity*), a atividade política (*politics*) e a ação pública (*policies*).”

Assim, quando se trata especificamente da *polity* ou esfera da política, tange sobre a diferenciação entre a sociedade civil e o mundo da política. Adiante, quando o termo refere-se à atividade política, está se tratando sobre a política em tese, com

seus inúmeros debates para obtenção de cargos políticos, debates partidários, dentre outros. E por fim, quando trata-se da ação pública, é o momento em que são implementadas políticas que possam de fato assegurar o atendimento das necessidades vivenciadas pela sociedade, através da efetivação de programas de ação pública. (MULLER E SUREL, 2002).

Por isto, de acordo com Silva (2012), pode-se enfatizar que as políticas públicas no Brasil passaram a estruturar-se de forma mais concreta na década de 1990, quando instituiu-se no país a Reforma Administrativa do Estado, a partir do Estado Democrático de Direito, que retornou após vinte anos marcados pela Ditadura Militar Brasileira.

Segundo Trevisan e Bellen (2008), são três os principais motivos da expansão das políticas públicas.

Em primeiro lugar, pelo deslocamento na agenda pública. Durante os anos 1970, a agenda pública se estruturou em torno de questões relativas ao modelo brasileiro de desenvolvimento, onde a discussão limitava-se aos impactos redistributivos da ação governamental e ao tipo de racionalidade que conduzia o projeto de modernização conservadora do regime ditatorial. [...] Em segundo lugar, não obstante o fim do período autoritário, constatou-se que os obstáculos à consecução de políticas sociais efetivas continuaram existindo, o que serviu para fortalecer os estudos sobre políticas. [...] Em terceiro lugar, a difusão internacional da ideia de reforma do Estado e do aparelho de Estado passou a ser o princípio organizador da agenda pública dos anos 1980-90, o que provocou uma proliferação de estudos de políticas públicas. (TREVISAN E BELLEN, 2008, p. 532).

Compreende-se portanto que a partir desta expansão, foram definidas novas escalas de planejamento estatal, tendo como base diversos países europeus, que focalizavam em uma abordagem mais territorial, o qual caracterizava o território como um espaço de mediação social e de incidência de políticas públicas, tornando-se o lugar ideal para a realização de um planejamento estatal. (SILVA, 2012).

Dois fenômenos importantes ganharam destaque nesse cenário. O primeiro refere-se à tendência à descentralização administrativa das políticas públicas, no contexto do pacto federativo, com o município passando a exercer um papel mais estratégico. O segundo diz respeito à garantia de uma maior participação da população, seja no planejamento, implementação ou avaliação dessas políticas, tanto diretamente como por meio de suas organizações representativas. (SILVA, 2012, p. 149)

Deste modo, Silva (2012) enfatiza ainda que surgiram no Brasil diversas políticas públicas ancoradas nesta abordagem territorial e na representatividade social, assim, a participação da sociedade passou a ter uma grande relevância, garantindo a ressignificação do que se entendia por “público”, transformando a idealização

apenas da atuação governamental em uma abordagem na qual fosse possível destacar as forças sociais.

Alves (2015) destaca que conforme o Estado foi se desenvolvendo, tornou-se mais complexo e gerou áreas especializadas para a implementação de cada política, como as políticas de saúde, educação, segurança, habitação, transportes, trabalho, dentre muitas outras. Estas políticas constituem-se como uma ponte que interliga os interesses da sociedade e os interesses do político. Logo, ele salienta que de um lado está o eleitor e cidadão, descrevendo suas prioridades de uma forma bem simples, segundo a sua própria visão e as suas necessidades. E do outro lado está o político, que dá prioridade às funções do Estado e ao governo. Deste modo, o ponto principal do debate é entender quem deveria então ter a prioridade na implementação destas políticas. Lahera (2006) faz uma discussão muito interessante ressaltando esta questão.

¿Qué ideas son ganadoras en la discusión social? Es indudable que algunas personas y corporaciones tienen mayor capacidad de incluir, jerarquizar y excluir temas en la discusión social. Así, la agenda pública se constituye como un juego de poder en donde se construyen legitimidades e ilegitimidades y el ordenamiento de unos valores a otros, aunque sea de manera implícita. Parte de la esencia de la democracia es que los intereses particulares compitan y confluyan en la formación de las políticas públicas. Pero, como en todo juego, debe haber reglas comunes para quienes participan [...] Así, la agenda pública incluye muchos puntos de vista, incluso contradictorios, y la participación es un bien que se distribuye de manera muy heterogénea. (Lahera, 2006, p. 82).

Percebemos então que o autor enfatiza que a agenda para implementação das políticas públicas, se constitui como um jogo de poder, aonde os interesses de cada um vão competir e se conflitar, entretanto, ele finaliza abordando que a agenda pública possui muitos pontos de vista e que uma maneira de conhecer todas estas visões é através da participação, que mostrará tudo de maneira mais heterogênea. Isto posto, se complementa a ideia de Alves (2015), que ressalta que é necessário construir um equilíbrio na implementação destas políticas, estabelecendo prioridades e construindo um planejamento transparente e que esteja focado em suas efetivações.

Desta maneira, exemplificamos mais especificamente o conceito de políticas públicas, que traz Teixeira (2002).

São diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso,

políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. (TEIXEIRA, 2002, p.2).

Assim sendo, interpreta-se que as políticas públicas são a forma que o poder público utiliza para solucionar as problemáticas existentes na sociedade, principalmente para aquelas pessoas que se encontram em situações de grande vulnerabilidade social, de modo que seja possível a partir disso, ampliar os direitos de cidadania desta população e garantir o desenvolvimento da sociedade.

Logo, Heidemann (2009) enfatiza que uma sociedade se desenvolve a partir das políticas públicas que são construídas e implementadas.

[...] o desenvolvimento de uma sociedade resulta de decisões formuladas e implementadas pelos governos dos Estados nacionais, subnacionais e supranacionais em conjunto com as demais forças vivas da sociedade, sobretudo as forças de mercado em seu sentido lato. Em seu conjunto, essas decisões e ações de governo e de outros atores sociais constituem o que se conhece com o nome genérico de políticas públicas. (HEIDEMANN, 2009, p. 28).

É possível compreender que a formulação de políticas públicas está relacionada à interação entre o governo, os atores sociais e também o próprio povo, que precisa ter suas necessidades atendidas, para que seja possível desenvolver-se da maneira correta. Heidemann (2009, p. 29) reforça ainda que “[...] um processo de desenvolvimento que cristaliza as desigualdades sociais, ou que destrói a natureza, por exemplo, não será visto como um bem público. Desenvolve-se o que, para quem, com que benefício e a que custo?”

Neste sentido, percebe-se que a implementação de uma política deve assegurar que as necessidades do povo sejam atendidas de modo que não se sobressaiam desigualdades e interesses advindos apenas de uma classe social mais abastada de poderes econômicos e políticos. Sendo assim, Teixeira (2002, p. 3) enfatiza que “essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social.”

Por esta maneira, a participação da sociedade nos debates e discussões são de extrema importância para que as políticas públicas implementadas, sejam de fato efetivadas. Salienta-se então que a riqueza de uma sociedade pode ser medida através de suas discussões públicas e pela capacidade de transformação que ela traz consigo, deste modo, o propósito da democracia encontra-se na capacidade de

educar os cidadãos para construir uma boa representatividade pública. (LAHERA, 2006).

Posto isto, Pinto (2008) exemplifica como acontece o processo de formulação das políticas públicas, o qual é dividido em alguns processos:

A incorporação de problemas na agenda dos governos, ponto de partida para a elaboração de propostas de políticas públicas e de ação governamental, envolve uma série de etapas que têm início com o “acatamento” de um assunto pelo governo, podendo-se identificar, assim, a forma como ele chega ao debate público e como captura a atenção dos elaboradores da política (definição da agenda), daí gerando opções de política pública. Em seguida, torna-se necessária a legitimação da decisão, momento no qual se busca apoio político dos atores envolvidos com a política pública, para a obtenção da sua aprovação. Finalmente, implementa-se a política formulada, através da operacionalização em programas e projetos pelas áreas competentes. (PINTO, 2008, p. 28).

A partir disso, muitos métodos foram estabelecidos para que o processo decisório das políticas públicas obtivesse uma melhor compreensão. Pinto (2008, p. 28) esclarece ainda que estas teorias “foram formuladas para tentar explicar questões como a tomada de decisão, a formulação e a implementação de políticas, podendo-se destacar a teoria da escolha racional, o incrementalismo, [...] o ciclo da política pública, [...]”.

Dentre estas teorias, podemos destacar o ciclo das políticas públicas, que segundo Raeder (2014), é uma ferramenta utilizada para que a ideia sobre a formação e todo o ciclo que uma política pública cursa, se torne mais clara, dinâmica e de fácil entendimento, deste modo, o autor destaca então cinco fases que compõem o desenvolvimento de uma política pública.

A partir de referências mais recentes sobre o tema é que se optou, aqui, pelo reconhecimento de cinco fases: (1) percepção e definição de problemas; (2) formação da agenda decisória; (3) formulação de programas e projetos; (4) implementação das políticas delineadas; (5) monitoramento e avaliação das ações planejadas. (RAEDER, 2014, p. 128).

A primeira fase, que trata da definição dos problemas, diz respeito ao fato de conseguir perceber na sociedade alguns problemas que podem ser considerados prioritários para possíveis resoluções, sendo assim possível construir indicadores de urgência para determinadas problemáticas. Na segunda fase, é o momento em que de fato a agenda é formada, e nela se especifica todas as políticas que serão implementadas, levando em consideração o programa de governo e o planejamento orçamentário estabelecido previamente. Após a identificação dos problemas e a

formação da agenda, é chegado o momento de formular programas e projetos que serão os principais responsáveis pelo direcionamento das atividades executadas. (RAEDER, 2014).

A quarta fase, é a de implementação das políticas públicas que foram delineadas. Este é o ponto em que tudo o que foi planejado, se transforma em ação prática e palpável, sendo necessário que exista uma consonância entre quem formulou a política e quem a executará, para que os seus objetivos principais sejam corretamente alcançados. E a última fase, se refere ao monitoramento e a avaliação das políticas que já foram implementadas. Neste momento, as avaliações possuem como objetivo principal realizar diagnósticos que mostrem os resultados alcançados pela política, por isso, o autor trata como a fase de encerramento do ciclo da política pública, já que a finalidade é a resolução completa das problemáticas que foram anteriormente identificadas. (RAEDER, 2014).

Garcia (2015) ressalta ainda a importância da fase de avaliação, discutindo que avaliar é o ato de analisar o valor de algo em relação a um objetivo, sendo possível julgar com base em um referencial de valores, para posteriormente saber tomar a melhor decisão. “No setor público, a avaliação é ao mesmo tempo um medidor de eficácia e um veículo de responsabilidade. Nesse sentido, é um instrumento indispensável ao governo”, enfatiza Garcia (2015, p. 259).

Ademais, o autor debate também, a ideia de uma outra fase além da avaliação, que seria o momento do monitoramento, entendendo que também é um processo importante para assegurar-se de que as políticas estão sendo de fato eficazes e se estão atendendo aos objetivos que foram propostos no momento de sua implementação.

Quem não monitora os problemas que deve resolver e o resultado das ações com as quais pretende enfrenta-los não sabe o que acontece por conta do seu agir e nem que mudanças provocou com a sua ação. Não sabe por onde anda, não consegue avaliar a eficiência e a eficácia de suas intervenções. Para monitorar é necessário tornar preciso o problema, demarca-lo e medi-lo com rigor, conhecer suas principais determinações e desenhar ações específicas com o poder de eliminar ou minimizar as causas fundamentais que o geram. [...] O monitoramento apresenta-se, então, como um requisito imprescindível para o exercício da avaliação que se pretenda um instrumento de gestão. Quem monitora, avalia. Quem avalia, confirma ou corrige, exercendo o poder de dirigir consciente e direcionalmente. (GARCIA, 2015, p. 260).

Ramos e Schabbach (2012) identificam que o bom monitoramento das

políticas, deve identificar os objetivos que a políticas se propôs a alcançar, além de elaborar indicadores que consigam monitorar o progresso das metas estabelecidas, e por fim também devem estabelecer metas que sejam temporais para cada indicador. Ademais, compreende-se que avaliação e monitoramento caminham sempre juntos, produzindo informações e diagnósticos sobre as políticas públicas implementadas.

Em uma conceituação abrangente, a avaliação e o monitoramento de programas consistem na verificação da adequação do desenho à sua finalidade e aos objetivos pretendidos, da correlação entre os serviços prestados e as metas definidas estrategicamente, dos efeitos (resultados e/ou impactos) mensuráveis e, por fim, da lógica de eficiência subjacente, ou seja, examinar se os benefícios advindos da política compensam seus custos. (RAMOS E SCHABBACH, 2012, p. 280).

De acordo com Castro (2014), na Amazônia da década de 1970, percebemos que as políticas implementadas não foram eficientes, ao contrário disso, acabaram acarretando muitos efeitos e resultados tidos como negativos, mesmo assim, não deixaram de ser executadas. Dentre estas políticas podemos identificar: o Programa Grande Carajás (PGC); a criação de empresas de ferro, como a ALBRAS-ALUNORTE e ALUMAR; a implementação da SUDAM; a abertura da rodovia Transamazônica; a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí; e muitas outras.

Neste contexto, já haviam sido realizados muitos estudos que comprovavam as inúmeras consequências destas políticas que estavam sendo planejadas e implementadas, entretanto, não se fez muito para reverter e anos depois os problemas tornaram-se visíveis, principalmente a perda de riquezas naturais e o aumento do desmatamento, a partir da implementação destas políticas que se sustentavam na ideologia do desenvolvimento regional, gerando um grande desrespeito às populações da região. (CASTRO, 2014).

Sendo assim, é necessário compreender que as políticas públicas precisam passar por todo um processo até serem de fato implementadas, e todo este processo acontece para que a política em questão seja um processo que garanta à melhoria da qualidade de vida e busque atender as necessidades da sociedade civil. Logo, esta política precisa abarcar a participação da população que será afetada com a implementação, a ponto de solucionar os conflitos e os objetivos que foram estabelecidos.

2 – AS POLÍTICAS EM BELO MONTE

Para iniciarmos o segundo capítulo, é necessário entender sobre este grande empreendimento que estamos tratando, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, localizada no Rio Xingu. Belo Monte começou a ser planejada em meados da década de 1970, teve seu projeto inicial modificado diversas vezes e iria ser chamada de Usina Kararaô, porém, esse nome representava um grito de guerra da tribo indígena Kaiapó¹ e foi então alterado a partir de muita luta e resistência dos povos indígenas. Voltou aos debates e discussões tendo sua construção iniciada em 2011, é a maior hidrelétrica inteiramente brasileira, alcançando uma capacidade total de 11.233 megawatts.²

Entendendo então o nosso objeto, o segundo capítulo vem apresentar uma discussão sobre as políticas energéticas e sociais relacionadas com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Realizando uma contextualização no primeiro tópico de como surgiram as políticas energéticas no Brasil e a construção das diversas usinas hidrelétricas na região amazônica, refletindo desde o primeiro momento em que Belo Monte foi planejada, no período de 1970 durante a Ditadura Militar brasileira, até o momento em que teve sua construção iniciada em meados de 2011, sendo possível analisar todos os impactos desta grande construção na vida da população atingida e entender a finalidade real destas políticas de desenvolvimento na Amazônia.

O seguinte tópico expõe uma discussão sobre as políticas públicas sociais, trazendo a conceituação deste tipo de política e identificando sua origem no período da Revolução Industrial, estreitando o debate para as políticas sociais implementadas no contexto de Belo Monte, tendo como ponto específico a política de reassentamento executada para aqueles que foram atingidos pela construção da usina, finalizando com uma abordagem sobre o público alvo da pesquisa: os moradores da Ilha do Triunfo, localizada onde hoje é a casa de força principal da Usina de Belo Monte, caracterizando os moradores da Ilha e o processo de deslocamento compulsório ao qual eles tiveram que se submeter.

¹ Ver Fainguelernt (2016, p. 250).

² UHE Belo Monte, a maior usina hidrelétrica 100% brasileira. Disponível em: <https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/uhe-belo-monte/a-usina>. Acesso em: 15/07/2019.

As discussões do capítulo tiveram como base diversos autores da área, os quais destacamos: Becker (2012); Bermann (2012); Carvalho (2009); Fainguelernt (2016); Ferraço (2016); Fearnside (2015); Gonçalves et al (2016); Hernandez (2012); Hofling (2001); Leite (1991); Lima et al (2016); Magalhães (2017); Neto (2014); Pinto (2002); Silveira (2016); dentre outros.

2.1 – POLÍTICAS ENERGÉTICAS E A USINA DE BELO MONTE

O Brasil teve seu desenvolvimento no setor elétrico impulsionado com o início da Revolução Industrial, no período da década de 1930, no qual a principal finalidade naquele contexto era mudar a economia base do país, para que fosse possível deixar de ser um país exportador, para se tornar um país de industrialização própria. Este processo de desenvolvimento perpassou por governos democráticos e também ditatoriais, iniciando a exploração de carvão e minério, que resultou na implementação da Eletrobrás e do Fundo Nacional de Eletrificação. (FERRAÇO, 2016).

Assim, Bermann (2012) destaca, portanto, a intensificação de apropriação da região amazônica, através da exploração de seus recursos naturais.

Por sua vez, no território amazônico se intensificou o processo de apropriação dos recursos naturais – bens minerais – para exportação. [...] E a bacia hidrográfica amazônica passou a ser identificada única e exclusivamente pelo seu potencial hidrelétrico. Estavam dadas as pré-condições para a apropriação dos recursos naturais na Amazônia: por um lado, a disponibilidade de minérios, e, por outro, os recursos hídricos monopolizados para a produção de energia elétrica. Dessa forma, a região se insere no sistema capitalista de produção globalizado como fornecedora de bens primários de origem mineral [...] exportados na forma bruta ou transformados em metais primários [...], produtos de alto conteúdo energético, baixo valor agregado e degradadores do meio ambiente. (BERMANN, 2012, p. 7).

Deste modo, percebe-se que as políticas energéticas brasileiras, tomaram este impulso na era do então Presidente Getúlio Vargas. Neste sentido, Karpinski (2017) enfatiza:

Sobre a política energética propriamente dita, é possível afirmar que na “era Vargas” o Estado passou a considerar a energia como uma prioridade política do governo nacional. Entendo que a promulgação do Código das Águas em 1934 foi o início de uma profunda transformação do setor hidroenergético brasileiro que, até então, estava sob o domínio, quase que exclusivamente, de companhias estrangeiras. Desta forma, o Estado inicia um processo de centralização institucional do setor de energia.

(KARPINSKI, 2017, p. 963).

A partir deste momento, os governantes brasileiros passaram a conjecturar a implementação de usinas hidrelétricas como uma alternativa para saída da crise vivenciada no século XX, logo, os rios foram avaliados e analisados para que fosse possível constatar níveis de aproveitamento energético. Ainda segundo Karpinski (2017, p. 964), “através de estudos avançados de estimativas e potencial energético do país, o Brasil passou a constituir um discurso que positivava a instalação de hidrelétricas e que estas trariam a energia capaz de acelerar o crescimento e o progresso econômico.”

De acordo com Ferraço (2016), esse progresso adveio com o Golpe Militar de 1964, momento em que a política energética brasileira voltou ao seu caminho desenvolvimentista, entretanto, este período estável da economia não atingiu a população de classe mais baixa, que teve que lidar com a perda de direitos civis, políticos e também com a diminuição de seus salários. Mesmo com essas desigualdades econômicas entre a sociedade, o Brasil não parou de crescer, neste tempo também foi criada a Petrobrás, em 1971, e logo ela se tornou conhecida mundialmente como a maior exploradora de petróleo do mundo.

O país sustentava-se energeticamente por meio do petróleo, porém, em 1973 veio à tona a primeira crise, e conforme o tempo foi passando, outras e outras crises vieram. Foi então que em 1974 instituiu-se o II Plano de Nacional de Desenvolvimento Econômico – PND, que tinha como finalidade modificar a dependência energética do Brasil, saindo do petróleo e passando a investir na implementação de usinas hidrelétricas. (FERRAÇO, 2016).

O Brasil tem uma estrutura tecnológica e institucional arraigada em decisões políticas tomadas num período em que questões ambientais não tinham a relevância que têm hoje. A trajetória iniciada no setor energético na década de 1970 solidificou-se até os dias de hoje e impõe uma continuidade na tomada de decisões no que se refere à implementações de novos projetos energéticos revelando um efeito de trancamento no âmbito tecnológico e institucional. (FERRAÇO, 2016, p. 34).

Deste modo, Carvalho (2009) acrescenta que o planejamento energético implementado no país atendia ao crescimento do mercado, pois pensava-se que para o Brasil crescer, era necessário que ele se adequasse aos métodos de crescimento dos países desenvolvidos, sem estar atento a qualidade de vida da população.

Assim, o mercado era projetado pelo lado da oferta e a expansão do sistema era planejada sem que se questionasse a efetiva importância, para a sociedade, dos projetos que consumiriam a energia oferecida, [...] visava prioritariamente à expansão da oferta, não tendo nenhum interesse pela análise crítica das atividades econômicas nas quais seria utilizada a energia a ser gerada, muito menos por uma avaliação de sua real importância para o bem estar da sociedade que, afinal, deveria ser o objetivo permanente do planejamento. (CARVALHO, 2009, p. 71)

Logo, observa-se que o planejamento energético tornou-se uma prática cada vez mais ativa no cenário brasileiro, embora exigissem alguns sacrifícios da sociedade e apresentasse impactos ao meio ambiente e à vivência da população atingida.

A vislumbração da elite política e econômica do país em se tornar a 5ª economia mundial é o principal agente na intensificação em se ampliar o potencial energético. Tal iniciativa, por certo impõe maiores impactos ao país como um todo, sobretudo em comunidades que vivem próximas às margens de rios e neles mantêm relação orgânica extraíndo dos canais fluviais seu sustento. (SIEBEN E JÚNIOR, 2012, p. 184).

Sendo assim, Carvalho (2009, p. 84) enfatiza que na construção de grandes projetos hidrelétricos, “desconsidera-se o fato de que aumentar diretamente a oferta de energia estimulará ainda mais o crescimento de consumo, colocando, no futuro, problemas que poderiam ser evitados.”

Problemas estes que são vivenciados pelos povos da região Amazônica, que se tornou o centro de implementação de políticas, principalmente de cunho energético, marcadas pelo surgimento de grandes impactos sociais e ambientais, conforme descreve Silveira (2016).

Esse alerta permite chegarmos à conclusão de não haver de fato uma diferença significativa entre as políticas implementadas nas décadas passadas e as propostas atuais para a Amazônia. Assim se observa porque, por mais que reestruturem o sistema produtivo na região, as políticas existentes objetivam sobretudo a “produção capitalista do espaço regional”. Ou seja, verificamos que os grandes novos projetos continuamente trazem consigo mais dos velhos problemas. (SILVEIRA, 2016, p. 28).

Entende-se, portanto, que as políticas implementadas não buscam desenvolver a população da região, mas sim o aumento da produção de capital, de maneira que acaba existindo também certa negligência quando se refere aos impactos, como enfatiza Fearnside (2015, p. 91), “barragens inundam cachoeiras que dificultam a navegação e as eclusas associadas às barragens permitem a passagem de barcaças para transporte de commodities, principalmente a soja.”

Assim, Ferraço (2016, p. 43) também enfatiza as problemáticas advindas da

implementação de grandes usinas hidrelétricas.

A construção dessas usinas gerou muita discussão e protestos por causar grande impacto social e ambiental nas comunidades vizinhas e biodiversidade da área alagada pelo represamento dos rios. Apesar disso o governo justifica a necessidade da construção de novas usinas para evitar o racionamento e a falta de energia no país. De fato esta afirmação é uma propaganda para justificar os projetos porque quem realmente se beneficia com a energia gerada pelas hidrelétricas são as indústrias eletro-intensivas, que consomem a maior parte da energia proveniente das hidrelétricas [...], o Governo não esclarece a população sobre o fato de que existe 50% de probabilidade de a energia produzida vá para a indústria, e que a metade desta indústria pertence aos setores eletro-intensivos, que objetiva primeiramente a produção para o mercado internacional, com exportação de alto conteúdo energético. (FERRAÇO, 2016, p. 43)

Deste modo, a teoria inicial é de que a construção de barragens hidrelétricas acarreta em um vetor de desenvolvimento para o país, pois oferece a energia indispensável para suprir necessidades básicas da população e atrair novos investimentos, o que pode movimentar a economia local. Entretanto, a instalação dessas usinas não vem atrelada à um real melhoramento de vida da população atingida, e ao invés disto, surgem com o intuito real de serem pontes para o crescimento do capital de grandes empresas, de acordo com Alcoforado (2012).

A prioridade dada às grandes hidroelétricas no Brasil segue a tradição adotada a partir da implantação do sistema elétrico interligado na década de 1960 de privilegiar a utilização de usinas hidroelétricas de grande porte para obter menor custo de geração devido à economia de escala que se obtém, além de atender os interesses das empreiteiras de grandes obras do País, grande beneficiária da execução dessas obras. (ALCOFORADO, 2012, p. 126).

Em conformidade à isto, Fainguelernt (2016) também retrata o verdadeiro objetivo voltado ao aumento do capital de grandes empresas.

Apesar dos questionamentos crescentes acerca da magnitude dos impactos de grandes centrais hidrelétricas na região amazônica, o “lobby hidrelétrico” e os interesses das grandes empreiteiras associadas ainda não permitiram uma ruptura do modelo de grandes barragens no Brasil e, assim, a matriz energética do país ainda se apoia na modalidade “limpa” do recurso água. (FAINGUELERNT, 2016, p. 247).

Logo, Fainguelernt (2016) afirma ainda que muitas problemáticas não são levadas em consideração na discussão de efetivação, além de serem investimentos que não possuem um planejamento adequado e uma licença ambiental eficiente e eficaz.

No que diz respeito à construção de grandes hidrelétricas na região, existe uma repetição de um mesmo padrão de política pública, que desrespeita a legislação ambiental brasileira e os direitos das populações tradicionais atingidas pela obra, que na maioria das vezes, são consideradas “entraves”

ao desenvolvimento econômico. (FAINGUELERNT, 2016, p. 259).

É possível observar que a população atingida precisa se adequar aos parâmetros destes grandes empreendimentos, sendo então levada aos assentamentos construídos a partir de condicionantes da hidrelétrica, no entanto, são ambientes que não possuem infraestrutura social de transporte, educação, saneamento e saúde.

A configuração do território no planejamento de ações públicas, no que diz respeito ao desenvolvimento regional e seu enfrentamento diante das dissonâncias, principalmente entre os setores produtivos, mostra-se central para a discussão das questões relacionadas aos fatores de degradação socioambiental decorrentes do modelo de desenvolvimento vigente, pois se trata de aspecto comumente negligenciado no planejamento de políticas públicas. (SILVEIRA, 2016, p. 32)

Assim, discute-se que a construção de usinas hidrelétricas pode aprofundar mudanças na apropriação do território, alterando as estruturas espaciais e as relações entre sociedade e natureza. (SILVEIRA, 2016). Neste contexto, é possível compreender que os impactos advindos deste tipo de construção, são os mesmos em todas as situações, sempre que uma usina hidrelétrica é construída e instalada, causam os mesmos prejuízos para populações de territórios diferentes, mas ainda assim não deixam de ser implementadas, pois possuem como objetivo levar mais desenvolvimento energético para o país, no entanto, não se entende à que custo.

Encontramos estudos que partilham aspectos “comuns” no caso das implantações de Hidrelétricas. Apenas como exemplo, podemos citar os processos de deslocamento compulsório, desterritorialização, estratégias governamentais e de empresas contratadas para a instalação rápida dos seus projetos, inúmeros estudos ambientais “cegos” aos graves problemas socioambientais advindos da construção da barragem, os processos de resistência dos movimentos sociais e o desrespeito à cultura material e imaterial das populações tradicionais. Entretanto, parece que essa produção advinda de mais de três décadas de pesquisas junto às populações atingidas, [...] não têm apontado mudanças significativas na política hidroenergética do nosso país. Isto porque a cada novo processo de instalação de hidrelétricas, os mesmos problemas são denunciados. [...] (KARPINSKI, 2017, p. 962)

Hernandez (2012) também reitera as problemáticas que surgem à partir destes grandes empreendimentos e afirma que as hidrelétricas instaladas na Amazônia são sinônimos de situações que assolam o meio ambiente natural e as populações afetadas.

As usinas hidrelétricas do Complexo do Rio Madeira (Santo Antonio e Jirau, Rondônia) e o projeto de Belo Monte são exemplos de desfiguração dos processos de licenciamento ambiental, apesar de terem um discurso

sempre em voga de necessária sustentabilidade ambiental. Os empreendimentos, no entanto, são tributários de tristes constatações: audiências públicas não efetivas, pressão sobre analistas ambientais, oitivas indígenas não realizadas, Estudos de Impacto Ambiental (EIA) insuficientes e mal elaborados, ausência dos proponentes dos projetos nas audiências públicas realizadas no Senado Federal, na Câmara dos Deputados e no Ministério Público Federal. (HERNANDEZ, 2012, p. 796).

Igualmente, Sieben e Junior (2012) enfatizaram que muitos impactos advêm destas construções, porque este objetivo de desenvolver a região fica somente como uma teoria, pois na prática, sempre existem os inúmeros e diversos impactos, aos quais as populações atingidas precisam se submeter.

Experiências anteriores mostraram que a implantação de uma usina hidrelétrica sempre ocasionou grandes transformações para o ambiente e as populações atingidas. As empresas, grupos ou consórcios muitas vezes ou jamais se preocupam com os impactos negativos que tais empreendimentos acarretarão. (SIEBEN E JUNIOR, 2012, p. 189).

Nesta conjuntura, eles afirmam também que a Amazônia brasileira tem sido o alvo de instalação destas usinas hidrelétricas, pois as regiões sul e sudeste do país apresentam preços de terras muito altos para possíveis indenizações.

A política energética está se expandindo com mais intensidade para os rios da região norte do país. Esta matriz energética já desterritorializou os sujeitos e represou os rios de planalto nas regiões Sul e Sudeste. A população das regiões Sudeste e Sul está mais esclarecida com os efeitos das hidrelétricas e a valorização da terra das regiões meridionais aumentou os custos com as indenizações. Os rios da região Norte são o novo alvo constituindo uma verdadeira monocultura das águas. (SIEBEN E JUNIOR, 2012, p. 189).

Deste modo, percebemos que o foco principal é a expansão energética do Brasil através dos rios da região norte, caracterizando uma espécie de monocultura das águas, expressão apresentada por Pinto (2002).

Observando portanto por este ângulo, Nascimento (2017) focaliza sobre a amplitude dos projetos de construção de usinas implementadas na região amazônica:

A dimensão de grandeza dos projetos de construção de hidroelétricas na região no Brasil pode ser observada em 1987 quando o Governo Federal publicou o Plano Nacional de Energia Elétrica, que propunha, entre os anos de 1987 a 2010, a construção de 165 usinas hidrelétricas, sendo 40 delas na Amazônia Legal. (NASCIMENTO, 2017, p. 1).

Decerto, clarifica-se a ideia do novo modelo de desenvolvimento que estava sendo imposto à região, apresentado como projetos “estratégicos e estruturantes [...] emergenciais e necessários para o progresso/desenvolvimento”, assim diz

Hernandez (2012, p. 799). E continua afirmando que as expectativas para a expansão energética e econômica são muito altas e por isso se associam ao discurso de implementação para uma segurança energética do país, logo pode-se ver os resultados destes projetos emergenciais.

Em termos de construção de grandes hidrelétricas tem redundado na concessão de territórios e recursos naturais para grandes empresas, em processos de licenciamento ambiental apressados, na caracterização deficiente de consequências sociais e ambientais, na condução de projetos sob forte pressão política. [...] O avanço dos projetos hidrelétricos em andamento e propostos na bacia amazônica é real. O volume de recursos necessários para dar prosseguimento a estes projetos é imenso. Supera meia centena de bilhões de reais. (HERNANDEZ, 2012, p. 807).

Todavia, mesmo com a articulação de possíveis criações de políticas de mitigação à população e ao meio ambiente, todos estes projetos de usinas hidrelétricas estão relacionados à inúmeros impactos e prejuízos que não foram bem planejados e setados de maneira eficiente, como diz Fearnside (2015).

A história da construção de barragens na Amazônia está cheia de exemplos de problemas que impediram o processo de licenciamento cumprir a sua finalidade, independente se os problemas constituem uma violação da lei. Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) no Brasil são sempre altamente favoráveis aos projetos propostos, minimizando seus impactos e exagerando seus benefícios. (FEARNSIDE, 2015, vol. 2, p.292)

E é neste contexto, que se encaixa a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, vinculada a muitos conflitos e embates, conforme discutem Coelho et al (2010).

O projeto da Hidrelétrica de Belo Monte foi planejada há mais de 35 anos (desde a criação da Eletronorte, subsidiária da Eletrobrás, em 1975), do período dos governos militares ditatoriais (1964-1985) até os governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (dois mandatos – de 2003-2010) este projeto foi várias vezes alterado. [...] Assim, na primeira década de 2000, o projeto ressurgiu cercado de polêmicas e dúvidas quanto à sua viabilidade econômica, sua real pertinência, seus impactos e seus benefícios sociais. Enfim, este projeto acirra divisões entre economistas, mesmo desenvolvimentistas, entre governos, federais e estaduais, e demais atores sociais. (COELHO ET AL, 2010, p. 88).

Pode-se ressaltar que a execução da Usina de Belo Monte é como um modelo a ser seguido tratando-se da expansão do potencial energético da Amazônia, entretanto, é uma referência que desaprecia os povos da região. “A usina de Belo Monte é o paradigma para o processo de expansão da fronteira hidrelétrica na bacia amazônica. Um paradigma marcado pela negação da democracia e pela desconsideração às populações tradicionais da região.” Bermann (2012, p. 7).

Portanto, como afirma Fearnside (2015, p. 292), em Belo Monte, muito “mais

importante do que as questões jurídicas são os impactos subestimados do projeto e os exageros dos benefícios, bem como um processo de tomada de decisão que é cego para ambos.” Logo, percebe-se que a implementação desta usina está vinculada a diversas problemáticas e um histórico de conflitos, os quais Nascimento (2017) enfatiza:

A polêmica que envolve a construção da Usina Hidrelétrica - UHE de Belo Monte vem desde 1975 quando se iniciaram os estudos sobre o potencial hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, localizada no Estado do Pará, região norte do país. Obra justificada pelo contexto do “milagre econômico”, da expansão industrial e conseqüente busca por alternativas mais baratas de energia. [...] Desta forma, a Hidrelétrica Belo Monte ficou mundialmente conhecida não só pelo seu gigantismo como grande projeto de investimento e terceira maior hidrelétrica do mundo, mas por conta de sua impressionante história de conflitos entre os grupos diretamente e indiretamente impactados pelo empreendimento: representantes do Estado, grandes empreiteiras, bancos, comunidades indígenas, população ribeirinha, ambientalistas, políticos etc. (NASCIMENTO, 2017, p. 1-2)

Em conformidade com Bermann (2012), o projeto inicial de Belo Monte, foi rejeitado em 1989, por movimentos sociais que incluíam indígenas, populações ribeirinhas, ativistas e outros atores de visibilidade, no entanto, o projeto foi alterado e retomado em 2005, com base nas estratégias do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento.

Neste contexto, a usina de Belo Monte está projetada para ser construída no rio Xingu, a 40 km rio abaixo, após a cidade de Altamira, com canais estendendo-se por mais 10 km, na localidade designada como sítio Pimentel, no sudoeste do estado do Pará, a 1.000 km da capital Belém. A potência instalada prevista é de 11.233 MW, tendo sido estimada, operacionalmente, a média assegurada de apenas 39%, correspondente a 4.428 MW médios. O lago da usina abrangerá uma área de 668 km² (conforme o edital de licitação), embora o EIA/Rima indicasse 516 km². (BERMANN, 2012, p. 8).

Deste modo, é possível compreender que a Usina de Belo Monte ancora-se em altíssimas proporções, sendo considerado um mega empreendimento, que teve sua construção iniciada em 2011 e a inauguração da primeira turbina em 2016, como afirma a empresa Norte Energia³.

Logo, igualmente entende-se que toda esta mega proporção, gerou muitos conflitos advindos da construção da usina, sendo eles os mais variados possíveis, assim, é necessário perceber o processo de modificação que alterou

³ A História de Belo Monte – Cronologia. Disponível em: <https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/uhe-belo-monte/historico>. Acesso em: 19/11/2018.

significativamente os recursos naturais e a relação entre homem e o seu ambiente, tanto de maneira econômica e sociocultural, como no sentido territorial. Ademais, como identifica Gonçalves et al (2016), é preciso que se esclareça estas alterações territoriais.

Também [deve-se] compreender as alterações da dinâmica territorial em virtude do modelo de implementação de grandes projetos na Amazônia desde o regime militar, com notada ênfase na abertura da rodovia Transamazônica e na implantação de projetos integrados de colonização, até os dias de hoje, em que a instalação de usinas hidrelétricas em rios de grande porte, como o Xingu, o Madeira e o Tapajós, associada à exploração do subsolo mediante grandes empreendimentos de mineração, configuram o modelo de desenvolvimento adotado para a região. (GONÇALVES ET AL, 2016, p. 200)

Percebe-se, portanto que a implementação de uma usina hidrelétrica precisa levar em consideração muitos aspectos, dentre eles ambientais, sociais, culturais e econômicos, haja vista que um projeto como este, de grande porte, que tem como objetivo construir um desenvolvimento para a região, em sua maioria, acabam acarretando em grandes impactos ao meio ambiente e também a população afetada direta ou indiretamente, populações ribeirinhas, comunidades indígenas e quilombolas, colonos e muitos outros. (GONÇALVES ET AL, 2016).

Segundo afirma Fainguelernt (2016), Belo Monte desempenha ainda mais um papel fundamental para o crescimento econômico do país, que é o de ser exportadora da energia que produz, ou seja, além de todos os impactos que sua construção acarretou, esta mesma população precisa lidar com a situação de ver a energia elétrica produzida ali, ser enviada para outras regiões do Brasil.

A região ainda desempenha um papel de exportadora de energia para atender a demanda de outras regiões do país e acelerar o crescimento econômico, como é o caso da região Sudeste – Norte de MG - que receberá toda a energia gerada por Belo Monte. (FAINGUELERNT, 2016, p. 248).

De natureza igual, também afirma Becker (2012):

Os recursos da Amazônia serão mais uma vez utilizados para abastecer o Centro-Sul e as empresas de alumínio[...]? Essa nova dinâmica deverá gerar benefícios para a Amazônia? Ou, pelo contrário, à região serão destinados apenas os impactos sociais e ambientais perversos? (BECKER, 2012, p.789)

Neste cenário, entende-se que a implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte incorpora um contexto mais amplo, provocando um debate sobre as políticas que tem sido implementadas no país e que repercute diretamente na região Amazônica, como observa Fainguelernt (2016).

A conjuntura analisada envolve uma reflexão mais profunda sobre o setor energético e à exploração de recursos hídricos no país e a partir do caso de Belo Monte, algumas lições podem ser aprendidas para futuros empreendimentos hidrelétricos: (I) as questões sociais e ambientais não devem ser colocadas em segundo plano diante dos imperativos de um modelo de desenvolvimento econômico associado à noção de progresso; (II) as condições de desenvolvimento e as contradições durante o processo de licenciamento ambiental de Belo Monte sugerem um caráter autoritário do projeto da usina, que evidencia a necessidade de uma concepção mais social, humana e democrática de sociedade; (III) Por fim, o desafio relacionado à formulação de soluções energéticas persiste, pois dimensões fundamentais da sustentabilidade ainda não foram devidamente valorizadas no planejamento e no desenvolvimento de políticas públicas. (FAINGUELERNT, 2016, p. 261).

Pode-se então refletir sobre esta questão, analisando realmente quais são os benefícios que ficam para a população da região? Vemos que muitos são os atingidos e grandes são os impactos, no entanto, poucos são os beneficiários, que na maioria das vezes, não vivem na região e nem conhecem a realidade do povo amazônida. “Será que os benefícios econômicos das intervenções na Amazônia continuarão sendo mais importantes do que os custos ambientais [e sociais] das grandes obras de desenvolvimento?” (FAINGUELERNT, 2016, p. 248).

Bermann (2012) salienta que as construções destes grandes empreendimentos surgem como uma alternativa de esconder suas reais finalidades, fazendo um discurso irreal e ilusório.

A tendência crescente de anúncios de construção de usinas hidrelétricas geralmente se ampara na ideia sempre iminente de uma crise de suprimento anunciada para um futuro próximo. É recorrente o argumento do “apagão” para justificar essas megaobras. A ele, sempre vem acompanhada a alegação de que nosso país precisa de energia para crescer e que essas usinas vão trazer a energia que o país precisa, ou que nossa população consome pouca energia e que usinas como Belo Monte são necessárias para assegurar a qualidade de vida para todos os brasileiros. Este discurso é ilusório e falacioso, construído a partir de uma apregoada existência de um “interesse geral” que o governo brasileiro tem como missão garantir. (BERMANN, 2012, p. 15).

Assim, é possível perceber então o motivo pelo qual uma obra gigantesca como esta é construída, apesar de seus inúmeros impactos e tantas manifestações de populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas, movimentos sociais e muitos outros, que lutam pelos direitos destas pessoas que na maioria das vezes não são ouvidas. Entende-se que Belo Monte se iguala as demais políticas de desenvolvimento implementadas na Amazônia, que em tese trarão benefícios e melhorias para as pessoas, mas que porém, na prática funcionam de outra maneira, fazendo prevalecer o sistema capitalista e aqueles que possuem mais recursos

econômicos. (BERMANN, 2012).

Pensar em hidrelétricas, é pensar no aumento dos níveis energéticos do país, mas ao mesmo tempo, é deixar de pensar no povo que vive ali e retira daqueles rios todos os seus sustentos. Pensar em hidrelétricas é pensar em levar desenvolvimento, mas ao mesmo tempo, é deixar que grandes empresas usufruam dos recursos naturais amazônicos. Pensar em hidrelétricas é traçar políticas públicas sociais para todos que na teoria são muito bonitas, mas que na realidade não correspondem com grande parcela do que prometem, deixando uma população sempre à margem das problemáticas resultantes.

2.2 - POLÍTICAS SOCIAIS E A ILHA DO TRIUNFO

Tratando-se portanto destas políticas públicas sociais, é necessário compreender que a implementação delas precisa garantir o atendimento das necessidades e a melhoria na qualidade de vida das pessoas, desta maneira, precisamos enfatizar o cenário principal do objeto, a Ilha do Triunfo, que se localizava à margem esquerda do rio Xingu, conforme se observa no mapa abaixo, identificado através da localização apresentada por Lima et al (2016).

Mapa 2 – Localização da Ilha do Triunfo:



Fonte: Google Earth, 2019.

A ilha do Triunfo abrigava famílias ribeirinhas, que faziam uso da pesca, da agricultura e diversas outras atividades. Com a construção de Belo Monte, a ilha foi inundada e os moradores tiveram que deixar o local, o escopo do estudo está então na compreensão da nova vida destas pessoas, a partir da implementação de políticas públicas sociais voltadas para eles, identificando se eles são realmente atendidos por estas políticas e se sentem assegurados com elas.

Assim, constatamos, segundo Behring e Boschetti (2009), que não existe um período específico que marque o início das políticas sociais, pois os movimentos e as lutas de classes tornaram-se mais efetivos com o avanço do capitalismo no passar do tempo. Logo, acredita-se que a origem destas políticas está relacionada com as ações da massa democrática e ao surgimento dos Estados-nação na Europa, no século XIX, a partir da transição do chamado capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, da Segunda Guerra Mundial.

Deste modo, entende-se que as políticas sociais:

[...] São desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. (BEHRING E BOSCHETTI, 2009, p. 51).

Assim, para que as políticas sociais sejam executadas de maneira efetiva, de modo a garantir a assistência à sociedade, é necessário inicialmente entender todo o contexto político, econômico e as lutas de classes existentes naquele determinado cenário. (BEHRING E BOSCHETTI, 2009).

A análise das políticas sociais sob o enfoque dialético precisa considerar alguns elementos essenciais para explicar seu surgimento e desenvolvimento. O primeiro é a natureza do capitalismo, seu grau de desenvolvimento e as estratégias de acumulação prevalentes. O segundo é o papel do estado na regulamentação e implementação das políticas sociais, e o terceiro é o papel das classes sociais, [...] não se pode explicar a gênese e desenvolvimento das políticas sociais sem compreender sua articulação com a política econômica e a luta de classes. (BEHRING E BOSCHETTI, 2009, p. 44)

Neste contexto, ressalta-se ainda, que na elaboração de uma política social é imprescindível também detectar quais são os reais interesses do Estado em frente às classes sociais, concluindo quem estará sendo beneficiado com as suas ações, podendo ser a sociedade – que realmente necessita – ou organismos internacionais, detentores de poderes econômicos, os quais são interessantes para os investimentos estatais.

No âmbito político, é imprescindível compreender o papel do estado e sua relação com os interesses das classes sociais, sobretudo na condução das políticas econômica e social, de maneira a identificar se dá mais ênfase aos investimentos sociais ou privilegia políticas econômicas; se atua na formulação, regulação e ampliação (ou não) de direitos sociais; se possui autonomia nacional na definição das modalidades e abrangência das políticas sociais ou segue imperativos dos organismos internacionais; se investe em políticas estruturantes de geração de emprego e renda; se fortalece e respeita a autonomia dos movimentos sociais; se a formulação e implementação de direitos favorece os trabalhadores ou os empregadores. Enfim, deve-se avaliar o caráter e as tendências da ação estatal e identificar os interesses que se beneficiam de suas decisões e ações. (BEHRING E BOSCHETTI, 2009, p. 44)

Pode-se entender que estes interesses estão relacionados à reestruturação do sistema capitalista, que se desenvolveu para atender aos benefícios de acumulações econômicas em uma escala global, criando-se um paradoxo nas sociedades capitalistas que utilizam da própria acumulação de capital como uma fonte de exclusão social, e depois mascaram políticas beneficiárias de grandes empregadores, caracterizando-as como políticas de interesse comum, como enfatiza Gonçalves (2008, p. 20), “o paradoxo é que a mesma economia que cria os excluídos em massa confia à sociedade a tarefa de reincluí-los, não na economia, mas no tecido social, [...] por meio das políticas públicas de caráter social institucionalizadas pelo Estado.”

De tal maneira, Leite (1991) também salienta esta questão, debatendo a ideia de que a economia e/ou mercado que desfavorece as classes sociais, é o mesmo que tenta envolvê-los posteriormente, por meio de demandas de cunho social.

Mercado que, por seu próprio automatismo, produz pobreza e desigualdades acentuadas. Em suma, mercado que produz uma "questão social" que tende a questionar a própria legitimidade da estrutura de classes sociais. É precisamente nesse conflito que o Estado intervém, modificando o jogo das forças de mercado através de políticas sociais, cujo sentido nivelador corresponde à prevalência do princípio de justiça social, que orienta a ampliação dos direitos sociais, tanto em termos dos grupos por eles abrangidos, quanto no que concerne à esfera de proteção social considerada necessária. (LEITE, 1991, p. 121)

E por conseguinte constata-se que na realidade, as políticas públicas sociais não correspondem ao intuito de interromper as desigualdades existentes na sociedade, pois de acordo com Behring e Boschetti (2009), são problemáticas que advêm da exploração do capital e se instauram no meio da sociedade.

Se a política social é uma conquista civilizatória e a luta em sua defesa permanece fundamental, podendo ganhar em países como o Brasil uma radicalidade interessante, ela não é a via de solução da desigualdade, que é intrínseca a este mundo, baseado na exploração do capital sobre o trabalho,

no fetichismo da mercadoria, na escassez e na miséria em meio a abundância. (BEHRING E BOSCHETTI, 2009, p. 46)

Entretanto, as lutas sociais que foram travas pelas classes subalternas nos séculos XIX e XX, trouxeram uma nova interpretação sobre as políticas sociais e a cidadania, no processo de ampliação do Estado, no qual foi possível garantir um sistema mais representativo e com a extensão dos direitos políticos de classes baixas da sociedade, sendo possível negociar os interesses da sociedade e criar um espaço de consenso social acerca de projetos sociais. (LEITE, 1991).

Dimensão que envolveu, evidentemente, não só o reconhecimento da legitimidade das demandas dos subalternos - e, portanto, de uma "questão social" - mas seu atendimento através de políticas sociais implementadas pelo Estado no campo da educação, saúde, seguridade social, habitação etc. (LEITE, 1991, p. 123).

Desta forma, Leite (1991) reforça ainda que políticas sociais e cidadania estão sempre se relacionando um com o outro, e que esta relação aconteceu a partir das lutas sociais, nas quais foi possível conquistar mais liberdade e direitos humanos não somente para as classes minoritárias, mas para a sociedade em geral, assegurando o papel de uma relação fundamental à humanidade.

Dimensão que não estaria dissociada, no entanto, da consciência de que a equação políticas sociais/cidadania resultou das lutas sociais e políticas que conquistaram, para o presente, a afirmação de que as liberdades e os direitos humanos se ampliam com o desenvolvimento da participação política e com a substantivação da democracia representativa pelas políticas sociais. Este o sentido do processo de ampliação do Estado e da cidadania, que representaram a aproximação possível entre os valores de igualdade e liberdade nas sociedades modernas. O sistema representativo e a universalização dos direitos civis, políticos e sociais constituem, no ideário democrático, conquistas que não se restringem às classes subalternas. São imprescindíveis à humanidade. (LEITE, 1991, p. 130).

Hofling (2001) também enfatiza esse período inicial das políticas públicas no século XIX, a partir da Revolução Industrial, salientando que neste contexto passaram a existir diversos conflitos advindos de controvérsias entre o capital e as relações de trabalho.

Políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais. As políticas sociais [...] se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social. (HOFLING, 2001, p. 31)

Neste contexto, entende-se que as políticas públicas sociais são uma maneira de dar voz àquelas populações que não possuem poderes econômicos, tampouco políticos, para que desta maneira seja possível diminuir as desigualdades. Assim, Allegretti (2008, p. 40) destaca que “a resolução de conflitos via políticas públicas ocorre quando um segmento social utiliza o poder econômico ou político que deriva de sua inserção na estrutura econômica, ou de poder, na forma de pressão organizada, visando conquistar suas reivindicações.”

Allegretti (2008) aponta também que no Brasil, as políticas sociais começaram a se evidenciar na década de 1970, a partir do expressivo aumento de manifestações sociais e a instauração de organizações, que tinham como objetivo assegurar direitos para essas populações mais pobres – ribeirinhos, pescadores, extrativistas e outros – que eram marginalizados e não possuíam nenhum poder, mas que dependiam exclusivamente dos recursos naturais para sua própria subsistência.

No final da década de 1970, em várias partes do país, há um crescimento significativo do número das organizações e manifestações no campo com uma ampla gama de objetivos: pela autonomia dos sindicatos, contra os grandes projetos agrícolas, minerais e de infra-estrutura, pela reforma agrária, contra a política agrícola, pelos direitos dos atingidos por barragens, entre outros. (ALLEGRETTI, 2008, p. 41)

Na região amazônica, os conflitos sociais também se intensificaram neste período, advindos a partir da intervenção do Estado nas ocupações de grandes propriedades de terra para instauração de políticas desenvolvimentistas, que seguiam o modelo sistematizado pelos ditadores militares. (ALLEGRETTI, 2008).

Na Amazônia, no mesmo período, os conflitos sociais emergiram sob a égide da intensificação da intervenção do Estado no processo de ocupação de novas terras e em consequência dos elevados índices de concentração fundiária que resultaram da aplicação de um modelo de desenvolvimento formulado pelo governo militar. [...] Nesse sentido, os movimentos sociais surgidos naquele momento se aproximariam do modelo clássico de conflito de classe entre camponeses e grandes proprietários. (ALLEGRETTI, 2008, p. 41).

Percebe-se, portanto, que os movimentos sociais foram extremamente importantes para a sociedade civil, pois se voltavam para a defesa dos grupos minoritários, questionando e assegurando mais direitos à eles através da força social de uma coletividade, sendo possível instituir política a partir da sociedade civil, como observa Gohn (2002), quando identifica o conceito de movimentos sociais.

Ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil (GOHN, 2002, p. 251).

Assim, segundo Hernandez (2012), compreende-se que estes movimentos sociais são significativos, sobretudo nos debates a respeito da construção de grandes projetos hidrelétricos na região amazônica, que resultaram de muitos conflitos sociais para a população atingida. Desta maneira, os grupos minoritários atingidos – juntamente com organizações sociais – conseguem expressar-se de modo crítico à estas políticas de desenvolvimento, manifestando suas reais necessidades e suas opiniões.

Existe forte oposição por parte das comunidades ribeirinhas e indígenas, com certa capilaridade nos meios de comunicação, no Ministério Público, em parcelas da comunidade científica e nas redes digitais, aos projetos de hidrelétricas em curso, aos processos de licenciamento ambiental e às obras de infraestrutura. Existe também um posicionamento bastante crítico que se manifesta por meio de organizações não governamentais ligadas à defesa dos direitos humanos e à conservação do meio ambiente. (HERNANDEZ, 2012, p. 799).

Hernandez (2012) frisa ainda que estas organizações preocupam-se com as mudanças que ocorrem no modo de vida das populações que são atingidas por estas obras hidrelétricas e que por este motivo precisam deslocar-se de um lugar à outro, pois seu lugar de habitação passará a ser ocupado por uma usina hidrelétrica. Deste modo, é necessário entender então como o Estado classifica esta população mediante o conceito de “atingido”, para que sejam inseridos nas políticas de reassentamento e mitigação de impactos.

Um dos aspectos mais problemáticos na caracterização de consequências sociais e ambientais, na sequência de atos administrativos e processuais do licenciamento ambiental, é a construção dos conceitos de ‘área de influência’ e, principalmente, de ‘área diretamente afetada’, presentes nos termos de referência para licenciamento ambiental. Esses conceitos fazem parte de acepções patrimonialistas relacionadas ao conceito de ‘atingido’. Assim, o ‘atingido’ diretamente é aquele que tem seu terreno alagado, quando é reconhecido como proprietário. A aplicação do conceito também se estende às áreas de construção direta, às linhas de transmissão, aos canteiros de obras etc. (HERNANDEZ, 2012, p. 796)

Constatamos então que uma pessoa atingida, conforme os termos legais do licenciamento ambiental, é aquela que tem sua propriedade alagada pela construção da usina, entretanto, de acordo com a *World Commission on Dams* – Comissão Mundial de Barragens (2000), o conceito de “atingido” é muito mais amplo, pois envolve debates complexos que estão inter-relacionados com o deslocamento.

Displacement is defined here as referring to both 'physical displacement' and 'livelihood' displacement (or deprivation). In the narrow sense displacement results in the physical displacement of people living in the reservoir or other project area. This occurs not only from the inundation of reservoirs but from the installation of project facilities and associated infrastructure. [...] However, the inundation of land and alteration of riverine ecosystems – whether upstream or downstream – also affects the resources available for land- and riverinebased productive activities. In the case of communities dependent on land and the natural resources base, this often results in the loss of access to traditional means of livelihood, including agricultural production, fishing, livestock grazing, fuelwood gathering and collection of forest products, to name a few. Not only does this disrupt local economies, it effectively displaces people – in a wider sense – from access to a series of natural resource and environmental inputs into their livelihoods. This form of livelihood displacement deprives people of their means of production and dislocates them from their existing socio-cultural milieu. The term 'affected' thus applies to people facing either type of displacement. (WCD, 2000, p. 103)

À vista disso, compreendemos que esta Comissão define que os atingidos são todas aquelas pessoas que enfrentam tanto o deslocamento físico – necessitando serem levados à um outro local – quanto o deslocamento de seus modos de vida, resultando para eles em um grande sentimento de perda de identidade, culturas e costumes. A Comissão Mundial de Barragens (2000) trata ainda das inúmeras pessoas deslocadas a partir das grandes hidrelétricas construídas em todo o mundo, enfatizando que é muito comum existirem famílias ribeirinhas que vivem próximas aos rios e se utilizam dele para sua subsistência e de suas famílias. Deste modo, sociedades inteiras ficam submersas por reservatórios de usinas e grandes rios transformam-se em barragens.

While many have benefited from the services large dams provide, their construction and operation have led to many significant, negative social and human impacts. The adversely affected populations include directly displaced families, host communities where families are resettled, and riverine communities, especially those downstream of dams, whose livelihood and access to resources are affected in varying degrees by altered river flows and ecosystem fragmentation. More broadly, whole societies have lost access to natural resources and cultural heritage that were submerged by reservoirs or rivers transformed by dams. (WCD, 2000, p. 16)

Hernandez (2012) coloca então em discussão a hidrelétrica de Belo Monte, que por ser uma obra de tamanha grandiosidade e tendo seus demasiados impactos, foi responsável pelo deslocamento de muitas pessoas e suas famílias, às quais foram amparadas por políticas sociais de mitigação, contudo, houve famílias não beneficiadas por estas políticas, seja pelo fato de não terem sido reconhecidas como populações atingidas ou porque muitas destas políticas não foram efetivas e

eficazes para sanar os impactos existentes.

Um exemplo oportuno para evidenciar esta disparidade conceitual é o caso de Belo Monte e seu processo de licenciamento ambiental, no qual as regiões ribeirinhas e suas populações ameaçadas pela formação do trecho de vazão reduzida não foram consideradas como diretamente afetadas, não obstante a constatação de profundas alterações futuras em seus modos de vida e mesmo sem evidências da garantia de segurança hídrica. A desconsideração de pareceres dos técnicos do IBAMA e de pesquisadores de equipes independentes, associada à ausência de debates públicos amplos, evidenciam um distanciamento do aprofundamento conceitual, necessário para que as consequências ambientais e sociais dos vários projetos hidrelétricos propostos pelo governo brasileiro, com superposição cada vez mais frequente com áreas protegidas, sejam efetivamente caracterizadas. (HERNANDEZ, 2012, p. 797).

De acordo com Neto (2014), às famílias que foram então reconhecidas como atingidos e moradores de área diretamente afetada, tiveram três alternativas. A primeira seria aceitar uma indenização em dinheiro, com quantia estipulada mediante a área de seu terreno, a segunda seria a opção de carta de crédito, no qual o próprio atingido buscaria um terreno e posteriormente a empresa Norte Energia faria a compra da área – o que é de certo modo inviável, pois a população conta com muitos analfabetos, que não possuem conhecimentos suficientes sobre especulação e compra de imóveis – e a terceira seria aceitar uma moradia nas áreas de reassentamento construídas no município de Altamira, como política para atender à esta população atingida.

Dentre estas opções disponíveis, observa-se que as famílias que aceitaram indenizações em dinheiro não conseguiram adquirir novos imóveis, pois com a instalação da usina de Belo Monte, os valores imobiliários sofreram exorbitantes alterações e o valor estipulado para os terrenos não seria suficiente para adquirir outro, bem como se constatou que a carta de crédito também não foi de fato um benefício para as famílias. E para aquelas que escolheram receber uma casa dos reassentamentos, tiveram que se sujeitar à critérios e regras pré determinados pela Norte Energia. Estima-se, portanto, que o número de pessoas reassentadas a partir da construção da Usina de Belo Monte, ultrapassou 22 mil pessoas, distribuídos em mais de 6 mil lotes em áreas urbanas e rurais. (NETO, 2014).

Fica cada vez mais evidente a necessidade de se ter um marco jurídico-político diferenciado para as áreas que são objeto de grandes obras de infraestrutura, como projetos hidrelétricos. Os impactos destes empreendimentos são de grande envergadura e provocam consequências permanentes nos espaços em que se instalam. A necessidade de uma maior intervenção e uma regulação diferenciada, especialmente no campo imobiliário, deve ser considerada tendo em vista resguardar a integridade

das populações diretamente afetadas. Estes sujeitos, em muitos casos, acabam sofrendo consequências negativas de um projeto cunhado em nome do desenvolvimento social e ambiental e, por isso, devem ser respeitados em sua integridade. (NETO, 2014, p. 56).

Posto isto, se pode notar que a construção de Belo Monte trouxe consigo o aumento da matriz energética brasileira, porém trouxe também muitas situações complexas e que ainda precisam estar no centro das discussões – mesmo que a construção da obra já esteja praticamente finalizada.

Por conseguinte, entende-se que a população continua experienciando os impactos negativos deste grande projeto e neste contexto, é possível destacar principalmente a população ribeirinha – aqueles que vivem ou viviam em uma relação direta com o rio e seus recursos – por este motivo, Silva et al (2017) afirmam que é necessário reflexionar sobre as políticas sociais implementadas, ressaltando que estas precisam estar em consonância com as necessidades destas pessoas, para que eles também vivenciem a mitigação dos impactos advindos da usina.

Nem reparação nem compensação, nas situações de danos socioambientais, podem recompor os danos causados. Não há indenização possível, isto é, não se voltará a uma situação indene, sem dano. A compensação e reparação poderão trazer de volta uma parte da antiga vida dos povos e a possibilidade da natureza restaurar a biodiversidade existente num processo de resiliência que deverá levar muito tempo ainda. Exatamente por isso todos os passos para as reparações e compensações aos povos e à natureza devem ser seriamente pensados, entendidos e queridos pelos povos que têm que ser ouvidos e consultados. (SILVA ET AL, 2017, p. 68)

Assim, se constata que estas populações precisam ser percebidas e ouvidas pelo Estado, de modo que seja possível assegurar a sua integridade física e cultural, permitindo-se que continue existindo uma vivência coletiva daqueles ribeirinhos que foram atingidos. À vista disso, Silva et al (2017) continuam enfatizando a importância deste debate.

Além da disponibilização de áreas, seja por meio da restituição, ou sendo impossível a restituição devido aos impactos ambientais negativos gerados, seja por meio da aquisição de áreas alternativas com características iguais ou semelhantes, é importante que as comunidades possam reconhecê-las como adequadas para seu modo de vida e aí ser possível reconstruírem seu território tradicional. (SILVA ET AL, 2017, p. 74).

Para que fosse então continuado este modo de vida em um território tradicional, foi prometido à população, a construção dos reassentamentos urbanos coletivos (RUC) para a população da área urbana e reassentamentos rurais coletivos (RRC) para os de área rural. Os RUC's foram então construídos, todavia, o

mesmo não aconteceu com os RRC's e os ribeirinhos afetados não tiveram direito de continuar vivendo em áreas próximas ao rio, como reitera Barreto (2015).

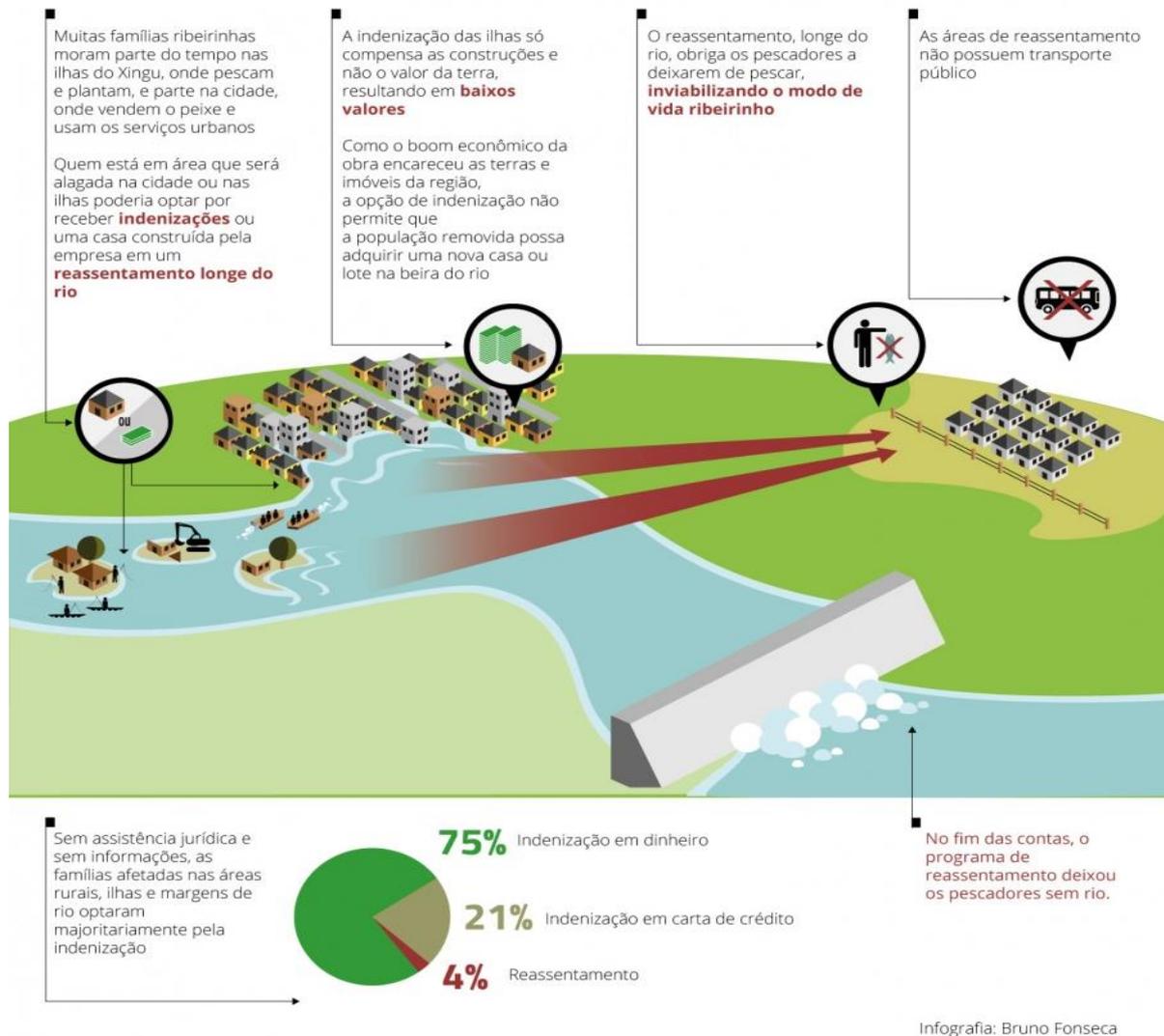
A implantação do reassentamento coletivo rural para os atingidos pela usina hidrelétrica (UHE) de Belo Monte constitui uma ficção. Apesar de previsto nos compromissos assumidos pela empresa responsável pela obra, esse reassentamento não foi construído, causando, assim, consequências negativas para as famílias atingidas: i) elas tiveram cerceado o direito de opção pelo reassentamento, pois deveriam ter, à sua escolha, essa modalidade de atendimento ou o recebimento de indenização em dinheiro; ii) foram forçadas a receber indenizações em dinheiro, consideradas injustas, com valores pautados no aspecto físico da casa e que não refletiam o valor dos imóveis na região; e iii) com indenização baixa, muitos não puderam se restabelecer na área rural e foram para a cidade. Outros ingressaram em uma batalha judicial para anular o negócio jurídico/contratos firmados com a empresa. Trata-se de uma verdadeira violação ao direito à moradia, alimentação e trabalho, já que na área rural o imóvel também é fonte de subsistência das famílias. (BARRETO, 2015, p. 115).

Similarmente, Leite (2015) também evidencia o não cumprimento da construção destes reassentamentos rurais coletivos:

Os reassentamentos rurais coletivos, apesar de previstos e formalmente apresentados como uma opção para as famílias que tinham que escolher uma forma de compensação, não foram implantados. Esse processo – que ocorreu três anos atrás com os antigos habitantes das áreas de instalação das estruturas da usina – vem se repetindo, de maneira tão ou mais grave, com os ribeirinhos e moradores de ilhas do Xingu, populações tradicionais que vivem majoritariamente da pesca. Os dados demonstram que a conversão de populações ribeirinhas em populações exclusivamente urbanas ou agricultoras vem se consolidando, devido à ausência de opções que assegurem sua manutenção na beira do rio. (LEITE, 2015, p. 1).

Podemos constatar na Figura 01, que apresenta as mudanças vivenciadas pelos povos ribeirinhos.

Figura 1 - Remoção forçada das famílias:



Fonte: ISA – Instituto Socioambiental, 2015.⁴

Como podemos observar na figura acima, as famílias ribeirinhas que moravam nas ilhas do Rio Xingu, tiveram suas vidas completamente modificadas, isto porque a maioria dessas pessoas não tiveram as instruções e informações necessárias e acabaram optando por escolher um valor de indenização, que era muito baixo, com isso, as pessoas não conseguiram adquirir áreas que se localizassem próximas ao rio.

Desta forma, após Belo Monte, essas pessoas localizam-se em sua maioria, na cidade longe de qualquer evidência ribeirinha, assim, constatamos a quebra do

⁴ Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/dossie-belo-monte-remocao-das-familias-provoca-perda-do-modo-de-vida-ribeirinho>. Acesso em: 06/12/2018.

modo de vida ribeirinho, deixando para trás toda a cultura e costumes que eram por eles vivenciados.

Magalhães (2017) também discute sobre esta nova vida das populações ribeirinhas do Rio Xingu:

O que foi destruído foi exatamente o modo tradicional como viviam os ribeirinhos do médio rio Xingu, a partir de uma complexa territorialidade que combinava ilhas, terra firme e a cidade de Altamira, com substanciais alterações na vida social e na produção que se verificavam em acordo com as variações sazonais. Destruído violentamente, tanto porque o desastre ambiental provocado pela construção da barragem já é em si violento, quanto pelo modo como se deu o processo de expulsão. (MAGALHÃES, 2017, p. 31).

Em conformidade à isto, Gonçalves et al (2016) ressaltam que a área na qual atualmente se localiza a Usina de Belo Monte, abrigava inúmeras ilhas nesta região do Rio Xingu e dentre estas podemos destacar a Ilha do Triunfo, composta por famílias que viviam de modo tradicional e cercados de muita cultura e costumes próprios daqueles que usufruem do rio em sua cotidianidade.

As ilhas do Triunfo, da Barriguda e de Tracuí fazem parte da área insular da grande curva do rio Xingu nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu. [...] Estas ilhas abrigam uma população depositária de ricos traços históricos-culturais, mas pouco relatados em trabalhos. Sua origem é diversa, havendo pessoas de outros municípios do Pará e de outros estados, também índios e filhos de índios que chegaram à região em diferentes momentos e ali se instalaram, aprendendo a lidar com a floresta e com o rio, extraindo dali o sustento (GONÇALVES ET AL, 2016, p. 250).

Lima et al (2016), também caracterizam os moradores da Ilha do Triunfo e enfatizam como o processo de deslocamento compulsório foi doloroso para eles, como se pode observar na Figura 02, que mostra uma casa totalmente demolida na Ilha.

A população da Ilha do Triunfo é composta por vários grupos familiares entre eles pescadores, agricultores, pilotos de embarcações, ribeirinhos e há também quem use a ilha apenas para ponto de apoio de pesca ou áreas de lazer. Verifica-se que o tratamento destinado aos moradores da Ilha do Triunfo, [...] são os mesmos destinados às populações de áreas rurais. Outro sim, não foram considerados no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e no PBA [Plano Básico Ambiental] que a intervenção local fosse menos imperativa e dolorosa. Dessa forma, estes moradores foram removidos de sua ilha, mantendo a rotina de ação da Norte Energia [...] O Ministério Público Federal (MPF) ao observar a realocação dos ribeirinhos, constatou que a mesma não contemplava ou não propiciaria condições de continuidade de seu modo de vida aos remanejados. (LIMA ET AL, 2016, p. 14).

Figura 2 - Casa demolida no processo de deslocamento da Ilha do Triunfo:



Fonte: Lima et al (2016, p. 26)

A Ilha do Triunfo hoje abriga o reservatório principal da Usina de Belo Monte, denominado Reservatório Xingu, e os moradores, acostumados à vida que tinham, passaram por um processo de desterritorialização muito difícil, como descrevem ainda Lima et al (2016).

A desterritorialização dos ribeirinhos da Ilha do Triunfo ocorreu em dois momentos, [...] O primeiro ocorreu quando foram informados pelos funcionários das empresas terceirizadas contratadas pela Norte Energia, responsáveis pelos cadastros socioeconômicos, que teriam que sair da ilha. [...] O segundo momento ocorreu quando sofreram a remoção compulsória, tendo como marco a mudança de localização, sendo as casas destruídas e queimadas [...], totalizando a frustração pelo rompimento do vínculo. (LIMA ET AL, 2016, p. 26).

Claramente percebe-se que os moradores da Ilha do Triunfo passaram por momentos de quebra em sua identidade e cultura, que estão diretamente ligados com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Neste contexto, é necessário entender que a usina está construída e o que permanece agora é a necessidade da elaboração de políticas públicas sociais que tenham como objetivo minimizar os impactos desta obra na vida dos atingidos, analisando de que maneira eles podem voltar a ter a vida que tinham anteriormente, mesmo que de modo parcial, sob a condição de que as suas raízes tradicionais não venham a se perder em favor de políticas desenvolvimentistas que almejam o lucro econômico de grandes empresas e deixam para trás todo o conhecimento empírico vivenciado e construído por comunidades ribeirinhas da região amazônica, como enfatiza Gonçalves (2008).

A grande questão para o gestor de políticas públicas é de natureza epistemológica. Trata-se de conhecer, para além dos indicadores quantitativos de renda e de pobreza, quem está recebendo a política pública e como a ressignifica? Em que contexto? Quais as mediações de ordem simbólica e política que a atravessam? (GONÇALVES, 2008, p. 22)

Deste modo, entende-se que as políticas públicas sociais precisam ser implementadas com a finalidade de assegurar benefícios à população que teve os seus direitos violados – moradores da Ilha do Triunfo –, seja de forma direta ou indireta, para fins de implementação de grandes obras, como é o caso da Usina de Belo Monte. Logo, estas políticas precisam passar por todo o processo de formulação, implementação, monitoramento e avaliação, garantindo que sejam eficazes e eficientes, atingindo quem realmente precisa se beneficiar com elas.

3 – OS REASSENTADOS DE BELO MONTE

O terceiro capítulo abre discussões para entender na prática o estudo proposto durante toda a dissertação. Vale ressaltar que esta investigação advém da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso, que foi iniciada em 2016 e apresentava as famílias reassentadas na zona urbana de Altamira – PA, logo, pode-se compreender que a pesquisa de campo se desencadeou a partir daquele momento. Para trabalhar então com os reassentados ribeirinhos, realizou-se nova visita *in loco* à Altamira, em janeiro de 2019, na qual foi possível ouvir e entender todos os envolvidos nas questões de Belo Monte, viabilizando a realização de uma abordagem completa sobre o estudo.

O primeiro tópico traz uma abordagem conceitual e teórica necessária para se compreender a categoria estudada, que são os ribeirinhos, população muito comum na região amazônica. O tópico subsequente inicia os debates vivenciados *in loco*, contextualizando primeiramente o diálogo com representante da Prefeitura Municipal de Altamira, especificamente da Secretaria Municipal de Integração Social – SEMIS; trazemos também a conversação com representante da empresa responsável por Belo Monte, a Norte Energia, e abordamos ainda a entrevista com representante do escritório do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, responsável pela implementação de políticas públicas à partir da construção da Usina.

O terceiro tópico expõe os conteúdos discutidos com representante do movimento social Xingu Vivo para Sempre e também com representante do Instituto Socioambiental – ISA, apresentando como são as suas atuações no apoio às populações atingidas. O quarto tópico retrata os ribeirinhos e a nova vida que eles possuem agora, explana também sobre a realidade dos ribeirinhos da Ilha do Triunfo e conta a história de uma ribeirinha atingida por Belo Monte.

O quinto e último tópico apresenta um cenário além do proposto inicialmente e faz uma abordagem sobre os moradores de um dos reassentamentos urbanos (RUC's) de Altamira, entendendo que os efeitos de Belo Monte também tem sido desastrosos à eles.

Para embasamento das discussões, utilizamos autores como: Herrera et al (2016); Francesco e Carneiro (2015); Magalhães (2017); Santos et al (2012); Silva (2017), dentre outros, além é claro das entrevistas coletadas no campo para

fundamentação da pesquisa.

3.1 – RIBEIRINHOS – QUEM SÃO?

Para tratarmos sobre esta população tão importante, é necessário antes de tudo entendermos quem são os ribeirinhos. Sem dúvida não é uma tarefa fácil, na verdade para quem está do lado de fora do contexto é muito complexo entender a afeição presente entre ribeirinhos, o rio e a natureza, afinal, é uma experiência particular deles e só eles vão conhecer ao certo, no entanto, vamos identificar alguns conceitos que podem nos fazer descobrir um pouco mais sobre o sentimento existente por detrás da palavra “ribeirinho”.

Magalhães (2017) identifica que ribeirinho é uma categoria que detém muitas denominações existentes nos campos do Brasil, tendo como local principal a Amazônia, pelos seus inúmeros rios e áreas de floresta. Assim, os ribeirinhos apresentam como características especiais, uma relação significativa com os ambientes naturais.

Trata-se de uma fração do campesinato, cuja produção se caracteriza pela combinação de múltiplas atividades (pluriatividade) e se destina em graus variados e, ou alternados à subsistência e ao mercado. Essa alternatividade subsistência/mercado assim como essa combinação de atividades guarda correlação com as variações sazonais - cheias e secas - e com os recursos naturais disponíveis, bem como com a forma como a terra para produzir se lhes apresenta: terra firme e vazante; terra firme e ilha; baixões e morros e outras combinações culturalmente definidas. (MAGALHÃES, 2017, p. 29).

Deste modo, podemos entender que esta relação com o rio tem grande relevância no bem estar de muitas famílias ribeirinhas que combinam diversas atividades de produção, variadas conforme as chuvas e a seca no inverno e no verão amazônico. Além disso, as produções também atendem as necessidades de cada família, por isso não existem quantidades fixas de produção, é possível que em um determinado período uma família produza mais e em outro, produza menos, haja visto o fato de muitos contarem sempre com um apoio de parentes ou vizinhos, que mantém entre si uma relação de companheirismo e reciprocidade. (MAGALHÃES, 2017).

Dentre estas variadas atividades exercidas, incluem-se os ciclos de produção que se fizeram presentes na Amazônia, como o ciclo da borracha, exploração da castanha, comercialização de peles de animais – que foi proibida na década de 1980 – a exploração do ouro, dentre outros. No entanto, esses ciclos tiveram tempos de

auge que chegaram ao fim e mesmo assim, muitas famílias permaneciam vivendo às margens do rio, como enfatizam Francesco e Carneiro (2015).

[...] muitas famílias permaneceram na região desde a primeira migração associada à borracha. Essas atividades e produtos que se sucediam garantiam uma renda maior, muitas vezes momentânea, mas era na multiplicidade de atividades e na relação cada vez mais profunda de vivência e conhecimento da floresta e dos rios que as famílias se sustentaram e as gerações foram se seguindo. (FRANCESCO E CARNEIRO, 2015, p. 12)

Assim, compreende-se que essa vivência na floresta foi se tornando algo indispensável para eles e os fez adquirir conhecimentos próprios sobre a natureza, como por exemplo, saber os ciclos naturais existentes, os melhores períodos de plantação ou de pesca e muitos outros, como ressaltam Lira e Chaves (2016).

A dinâmica produtiva nas comunidades ribeirinhas guia-se pela relação homem-natureza. Nessa região, os agentes sociais utilizam seus saberes tradicionais, acumulados de geração em geração, instituindo múltiplas relações com o ambiente natural e os recursos locais, como por exemplo, os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte da madeira, da pesca, do roçado, os sistemas de manejo dos recursos naturais, utilizando tais informações no seu dia a dia. Entende-se, também, que as práticas produtivas encontram-se pautadas por uma dinâmica peculiar, e não em função das relações de produção para atender as demandas do mercado. São relações de respeito ao meio ambiente e de manutenção da subsistência de seus grupos. (LIRA E CHAVES, 2016, p. 74).

Neste contexto, Silva (2017) sublinha que eles passaram então a construir identidades e costumes que os tornaram parte daquele lugar, como um ambiente de pertencimento para eles.

[...] o rio é uma paisagem natural e essencial para a população ribeirinha, [...] É onde se entrelaça as tramas e dramas sociais que constroem a maneira de viver do ribeirinho com seus conhecimentos, fazeres e sociabilidades do dia-a-dia. E como espaço simbólico ele é a centralidade do fantástico, invenção e produto das crenças, lendas, e mitos em conjunto com a floresta e o mundo das águas, estes são ambientes essenciais na construção cultural ribeirinha e logo, um importante referencial para a constituição da identidade na Amazônia. (SILVA, 2017, p. 9).

Portanto, nota-se que este sentimento de pertença está relacionado não somente às raízes do ribeirinho em um processo histórico repassado entre as gerações, mas também relaciona-se com as próprias experiências que ele vivencia no espaço, durante a sua formação enquanto ser humano, morador e pertencente àquele meio. (SILVA, 2017).

Santos et al (2012) também ressaltam esta relação de identidade cultural e pertencimento.

O rio pode ser considerado como uma extensão dos lotes das famílias, pois há uma interação e complementação de espaços ecológicos, econômicos e principalmente cultural. Desse modo, as populações que habitavam e habitam as margens do rio, precisam ter a sua identidade preservada e reconhecida. É necessário reconhecer a sua capacidade de produzir instrumentos para tornar eficaz sua relação com o meio: é preciso ainda entender os padrões de comportamento socialmente transmitidos que embasam essas comunidades humanas. (SANTOS ET AL, 2012, p. 10).

Tem de se considerar também que o povo ribeirinho pertence não só ao beiradão do rio, mas possui uma relação estrita com a cidade, possuindo na maioria das vezes uma residência no rio e outra no ambiente urbano, todavia, a relação que ele mantém com este espaço está sempre ligada à comercialização de seus próprios produtos ou ao acesso à serviços públicos de saúde, educação e outros, como afirmam Francesco e Carneiro (2015).

Tais características favoreceram um tipo de ocupação geograficamente dispersa ao longo do rio, no beiradão e nas ilhas, com uma conexão permanente por vezes em forma de residência, com a cidade ou a vila mais próxima, onde é comercializada a produção, são adquiridos produtos industrializados e se tem acesso aos serviços públicos de saúde e educação. (FRANCESCO E CARNEIRO, 2015, p. 13).

Magalhães (2017) também fala sobre essa relação com a cidade e esclarece que os ribeirinhos costumam ter essa dupla moradia.

[...] este modo de viver implica também uma relação muito estreita com a cidade ou, melhor dizendo, com o lugar onde se encontra principalmente a educação. O valor dado à educação se universalizou, resultando em sacrifícios à família e, ou à unidade doméstica que precisa se alternar entre a cidade e o rio, resultando, portanto, em separações provisórias para atender às necessidades da educação. Além disso, precisam se relacionar com a cidade para acesso às políticas sociais, atendimento à saúde, ou mesmo para se relacionar com o mercado. Esta necessidade se explicita no que é denominado dupla moradia ou bi localidade; ou seja, uma casa na beira e uma casa na cidade, na rua. (MAGALHÃES, 2017, p. 30).

Em vista disso, percebe-se que o ribeirinho não deixa de ser ribeirinho por ter uma outra residência, ou ainda não se pode dizer que é uma pessoa com muitos recursos financeiros. O que na realidade se entende, de acordo com Francesco e Carneiro (2015), é que são beiradeiros – aqueles que vivem à beira do rio, no beiradão – que exercem variadas funções. Foram chamados de seringueiros no ciclo da borracha, de gateiros na época da comercialização de peles, garimpeiros no período da extração de ouro e de muitos mais. São agricultores, extrativistas, caçadores, pescadores, que compõem a economia conforme as suas demandas, estes ribeirinhos só tem a sua existência ameaçada, quando os seus locais de

produção – rio e floresta – passam a sofrer algum risco.

[...] essas famílias sempre organizaram o trabalho individual, o trabalho familiar e mesmo o trabalho entre as famílias de forma diversa e complementar. [...] A redução dessa capacidade de resiliência e da diversidade de atividades – que garantem a existência dessas famílias há gerações – só é ameaçada com a supressão – ou impossibilidade do uso – dos rios e matas que utilizam e sobre os quais possuem um conhecimento amplo e localizado. (FRANCESCO E CARNEIRO, 2015, p. 13).

Isto posto e analisando o cenário da região, podemos constatar que a existência destas famílias tem sido ameaçada. Eles estão experienciando um processo de transformação em seu modo de vida através dos planos e projetos implementados, o que tem acarretado situações muito difíceis de adaptação, pois em muitos casos, é necessário que eles saiam de seu local de habitação, como afirma Silva (2017).

Nos últimos 60 anos na Amazônia se estabeleceu diversas tentativas de desenvolvimento alimentadas pela ideologia de integração para a região. Com a elaboração e implementação de planos, projetos e programas se estabeleceu um esforço de trazer pessoas e gerar desenvolvimento econômico na região. Esperava-se que com os megaprojetos houvesse uma evolução nos empreendimentos para melhorar a economia e limitar as probabilidades de países estrangeiros tentarem dominar as populações nativas e os recursos naturais. No entanto os resultados das políticas não foram satisfatórios, estes contribuíram para a drástica transformação da Amazônia levando-a a um longo processo de expansão demográfica, mudanças culturais dos nativos e outras. (SILVA, 2017, p. 6).

Dentre estes projetos implementados na Amazônia, podemos então enfatizar a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que a partir de sua construção desabrigou inúmeros ribeirinhos da região, descaracterizando-os enquanto povos e comunidades tradicionais. Segundo Herrera et al (2016, p. 7), “as consequências geradas com a UHE Belo Monte mostram que a Amazônia ainda é cerceada por desigualdades, expropriações socioculturais e ambientais tal como trinta (30) ou quarenta (40) anos atrás”.

Herrera et al (2016) seguem enfatizando o quanto esta brusca mudança em favor do capital foi cenário da instabilidade territorial pela qual as populações ribeirinhas passaram e continuam passando.

[...] o conflito pelo poder marca a deterioração das histórias dos saberes sujeitados, não hegemônicos e a superposição por parte dos sujeitos hegemônicos (agentes do capital) sobre aqueles, mormente após a construção da UHE Belo Monte. [...] Ratifica, a instabilidade territorial e o rompimento com a alteridade dos modos de vida passados, das comunidades ribeirinhas tradicionais. (HERRERA ET AL, 2016, p. 9).

Com o início da construção de Belo Monte, a empresa Norte Energia realizou

um cadastramento com cada uma das famílias, enfatizando que a partir daquele momento, nenhuma benfeitoria poderia ser feita há mais no terreno e que eles deveriam aguardar o reassentamento para o qual seriam levados, no entanto, de acordo com Pontes (2017) a população ribeirinha não foi reconhecida como um grupo social representativo, assim, não houve nenhum estudo que caracterizasse seu modo de vida, o que os levou a ser o último grupo a ser deslocado para outras áreas.

Assim sendo, no âmbito geral, eram cerca de 1.175 pessoas residentes na região onde, hoje, está situado o principal reservatório da usina de Belo Monte. [...] Algumas famílias foram reassentadas longe das margens do Rio Xingu e, acrescentamos que outras famílias não lograram permanecer nos locais onde foram reassentadas, migrando para o centro urbano, passando a viver em condições muito precárias. (PONTES, 2017, p. 9).

Neste contexto, não foram consideradas as relações existentes entre os ribeirinhos e o seu território, tampouco, as suas relações sociais entre familiares e vizinhos, causando a desestruturação da sociedade ribeirinha, gerando a perda de identidades culturais e a paralisação de suas atividades econômicas, dependentes do rio e da natureza. Por isto, como forma de auxiliar e buscar direitos para os ribeirinhos deslocados por Belo Monte, em 2016 iniciou-se o Conselho Ribeirinho, constituído por eles próprios e reconhecido como competência coletiva “para enfrentar o desafio do reordenamento territorial de forma participativa e digna.” (PONTES, 2017, p. 9).

A partir de então o Conselho Ribeirinho realizou inúmeras reuniões para reconhecimento de suas características como população tradicional ribeirinha, na qual eles relatavam suas histórias vivenciadas por muitos anos enquanto moradores dos beiradões do Xingu, conforme traz o Relatório do Processo de Reconhecimento Social, organizado pelo Grupo de Acompanhamento Interinstitucional (2017).

Para contar histórias, é preciso ter história, isto é, viver no beiradão, conhecer os lugares para estabelecer moradia, saber fazer a moradia, a roça e as ferramentas para operá-la, bem como os lugares de pesca e de extrativismo, quando se fizer necessário. Tem de saber andar de canoa, elemento básico para viver na beira do rio. Mas, acima de tudo, tem de respeitar a natureza, que é princípio moral e prático para o ribeirinho. A natureza tem de ser utilizada na medida da conservação para esta e as futuras gerações. Com naturalidade os conselheiros relataram como viviam e o que entendem como seu modo de vida. As informações foram sendo sistematizadas em cartolinas, com auxílio do Grupo de Apoio Interinstitucional, para ao final serem condensadas em critérios de reconhecimento. (GRUPO DE ACOMPANHAMENTO INTERINSTITUCIONAL, 2017, p. 15).

Deve-se esclarecer que o relatório aponta ainda que este auto reconhecimento não surgiu como uma lista definitiva, mas como um meio de mapear os ribeirinhos, para que a empresa Norte Energia minimizasse os impactos de Belo Monte em suas vidas, reconhecendo-os como população tradicional e fazendo com que eles obtivessem uma área de moradia que se localizasse novamente próxima ao rio, evitando assim a perda de suas identidades culturais e seus costumes. Neste contexto, os tópicos seguintes do capítulo continuarão abordando estas questões, entendendo como os ribeirinhos se sentem atualmente, levando em consideração as áreas em que habitam após a implementação da UHBM.

3.2 – PREFEITURA DE ALTAMIRA, NORTE ENERGIA E SEUS PONTOS DE VISTA

Como estabelecido no início do capítulo, abordamos na pesquisa de campo todos os entes e atores envolvidos neste contexto de reassentados de Belo Monte. Mediante a isto, neste tópico debateremos as conversas com o Governo Municipal de Altamira – Secretaria Municipal de Integração Social (SEMIS); com o ente construtor – a empresa Norte Energia e também mostraremos o funcionamento do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu – o PDRSX, que compreende a implementação de políticas públicas para mitigação de impactos na região.

Sabemos que o Governo Municipal de Altamira assumiu e ainda assume um papel de grande responsabilidade sobre os impactos de Belo Monte, juntamente com a empresa Norte Energia. É um dos municípios afetados diretamente pela hidrelétrica, em um total de doze⁵, que também experimentou as diversas situações advindas desta obra.

Em entrevista na Secretaria de Integração Social do município, a entrevistada A⁶ relatou que no período de implementação da Usina, a cidade de Altamira sofreu grande inchaço populacional devido a muitos trabalhadores que vieram de outros

⁵ Municípios atingidos por Belo Monte: Altamira; Anapu; Brasil Novo; Gurupá; Medicilândia; Pacajá; Placas; Porto de Moz; São Félix do Xingu; Senador José Porfírio; Uruará e Vitória do Xingu.

⁶ Entrevistada A. **Entrevista Prefeitura – Secretaria de Integração Social.** [jan. 2019]. Entrevistadora: Sandra Karolline de Melo Batista Pontes. Altamira, 2019. 1 arquivo .mp3 (28 min.).

lugares do estado e do país para trabalhar nesta construção. **“Os canteiros da cidade ficavam lotados de muitas pessoas, eles moravam aqui no começo, somente depois foram morar na vila, porque a Norte Energia ainda foi construir a vila.”**

Figura 3 – Entrevistada A:



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Deste modo, portanto, a entrevistada enfatizou que Altamira não possuía infraestrutura suficiente para receber uma obra como Belo Monte, de grande porte, por conta de que não houve nos governos anteriores um trabalho de planejamento eficaz para a cidade. Assim, as ruas ficaram esburacadas, tomadas de gente, com um trânsito caótico que levava à muitos acidentes, problemas de água e esgoto, hospitais lotados, violência e muitos outros problemas, dentre estes, salientamos, o deslocamento das populações que seriam atingidas de maneira direta ou indireta pelo empreendimento.

Segundo a entrevistada, a empresa Norte Energia foi a responsável por todo o processo de reassentamento destas famílias atingidas, desde o cadastramento, à

construção das casas, o desmonte das antigas casas habitadas e a transferência das famílias para o novo local. Ela informou ainda que a Prefeitura de Altamira não teve muito acesso ao deslocamento das famílias ribeirinhas, por ser um deslocamento que teve maior incumbência para a empresa. Sendo assim, eles então como governo municipal acompanharam de perto os reassentamentos e os deslocamentos das famílias que moravam em áreas urbanas, mas que também foram consideradas áreas afetadas pela Usina, como por exemplo os igarapés Ambé e Altamira e diversas outras áreas urbanas.

Em entrevista, questionou-se como acontece atualmente o apoio da Secretaria de Integração Social à estas famílias reassentadas, e nos foi informado que existe um acompanhamento feito com frequência, no qual se monitora como está a situação da família, depois que ela foi reassentada.

Figura 4 - Secretaria Municipal de Integração Social de Altamira:



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Neste monitoramento, a gente constata que muitos problemas apareceram, problemas psicológicos, emocionais, porque antes eles moravam em um local muito pior, eram casas de palafitas e em total precariedade, mas a gente sabe que a mudança acarreta uma série de traumas e outras coisas e a gente tem que trabalhar esse lado, eles tem que transformar aquele espaço num lugar bom. (ENTREVISTADA A, 2019).

A entrevistada explana também que em sua opinião, todas estas situações

psicológicas aconteceram, pelo fato de a empresa tardar a construção de equipamentos sociais e a falta de planejamento de uma estrutura melhor nos reassentamentos para os quais as pessoas foram levadas, ela diz: ***“Foram feitas as casas e foi colocado o pessoal lá, não tinha uma praça, não tinha uma árvore, não tinha quadra, não tinha nada.”***

Neste contexto, compreende-se que antes as pessoas viviam em situações precárias, no entanto, era o espaço deles, o qual estavam acostumados, era o lugar que eles tinham como casa, como lar, eram locais próximos aos rios, igarapés, centro da cidade, escolas, hospitais e outros.

Os meninos viviam naquele local ruim, mas eles tinham uma escola, chegavam da escola, não tiravam nem a farda, se jogavam no rio, tomavam banho no rio, porque eles moravam em cima do rio, e brincavam. Lá para onde eles foram, não tinha nada. Eles começaram a procurar algo pra fazer e normalmente era importunar o vizinho, era quebrar a vidraça do outro e aí começaram os problemas, aí eles [Norte Energia] entenderam que eles tinham que cuidar e fazer as coisas. (ENTREVISTADA A, 2019).

A partir de então, a Norte Energia construiu escola, posto de saúde e outros equipamentos para estas famílias reassentadas e firmou alguns convênios com a SEMIS, que leva atendimentos sociais e culturais, por meio dos serviços de convivência, com atividades de esporte, dança, música e artesanato, principalmente para as crianças, além do atendimento à população nas unidades dos Centros de Referência de Assistência Social municipais, os chamados CRAS. Logo, compreendemos portanto, que a população recebe diversos atendimentos que buscam tornar essa nova vivência mais harmoniosa, de modo que os impactos sejam reduzidos ou pelo menos minimizados. Todavia, precisamos frisar que todos esses atendimentos sociais feitos pelo município, acontecem para as famílias reassentadas nas áreas urbanas, como dito *a priori*. À vista disso, todo o acompanhamento às famílias ribeirinhas é realizado pela empresa responsável por Belo Monte.

Desta maneira, em entrevista à Norte Energia, foi possível conversar com a Entrevistada B⁷, responsável pelos projetos socioambientais da empresa e que trata diretamente sobre Belo Monte e as populações que foram atingidas e reassentadas em outras áreas, como é o caso dos ribeirinhos.

⁷ Entrevistada B. **Entrevista Norte Energia** [jan. 2019]. Entrevistadora: Sandra Karolline de Melo Batista Pontes. Altamira, 2019. 1 arquivo .mp3 (58 min.).

Figura 5 – Entrevistada B - empresa Norte Energia:



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A entrevistada nos comenta que no início da construção da Usina de Belo Monte, não se tinham estudos específicos sobre populações ribeirinhas, sendo assim, eles foram reconhecidos no âmbito do Plano Básico Ambiental – PBA como populações rurais e receberam então o tratamento que havia sido estabelecido no Plano para estas populações. Sendo assim, o processo aconteceu da seguinte maneira:

Foi feito o cadastro socioeconômico da família, posteriormente o físico patrimonial da área, caso ele fosse proprietário da área, ele poderia optar por indenização, carta de crédito ou reassentamento. [...] E o processo seguiu, quem optou por reassentamento foi levado aos reassentamentos que a Norte Energia construiu em área rural, que foram dois, o Reassentamento Rural Coletivo e o Reassentamento em Áreas Remanescentes. (ENTREVISTADA B, 2019).

No entanto, depois de todo este cadastramento realizado pela empresa, no início de 2015 surgiram inúmeros debates e discussões quanto ao contexto das famílias ribeirinhas e de sua vivência próxima ao rio. A partir disto, a Norte Energia começou a buscar e pesquisar sobre quem seriam estas pessoas, foi então quando a empresa aglutinou o seu banco de dados, em que constavam as famílias

reassentadas e fez o cruzamento com famílias que moravam à beira do rio e que obtinham o Termo de Autorização de Uso Sustentável – TAUS, entendendo que as famílias que detinham deste termo, eram famílias pescadoras, que possuíam atividades voltadas a utilização do rio.

Isto posto, a Norte Energia chegou à um número total de 121 famílias ribeirinhas, que precisariam receber um novo tipo de tratamento, de modo que a sua identidade enquanto população tradicional vivente à beira do rio, não viesse a se perder, assim, foi feito um novo plano de reassentamento para estas pessoas, alcançando autorização do IBAMA, para levá-los à uma área de proteção permanente – APP, pois era a área que se encontrava disponível próxima ao rio.

Em tal caso, a entrevistada nos retratou como foi implementado este plano de reassentamento, ela relata que nas APPs, foram analisados e definidos junto com as famílias, qual seria o ponto de localização para cada casa, sempre levando em consideração o nível de cheia do rio e demais questões de segurança.

No plano de reassentamento dessas famílias a gente disponibilizou o kit ribeirinho, onde como um processo de auto construção, a gente forneceu um kit de madeiras que daria para construir uma casa com 63m², além de todos os outros itens, telhas, instalações hidráulicas e tudo aquilo que é necessário para se construir uma casa, a qual ficava a critério deles, a nossa única observação era o ponto de instalação da casa, considerando o nível de cheia máxima do rio. (ENTREVISTADA B, 2019).

Entendendo, portanto esta conjuntura, estes ribeirinhos receberam os kits e iniciaram a construção de suas casas à beira do rio, todavia, no final de 2016, foi instituído o Conselho Ribeirinho, formado por famílias moradoras do rio Xingu, eles então fizeram uma reunião e estabeleceram que para se dizer quem é ribeirinho, somente o próprio ribeirinho, assim, eles fizeram uma listagem de auto reconhecimento de famílias que se consideravam ribeirinhas.

Neste momento, a Defensoria Pública da União – DPU também entregou a Norte Energia uma outra listagem de famílias, o que levou à uma análise técnica, no qual foi possível compreender que algumas das famílias constavam na primeira listagem feita pela Norte Energia, porém, outras ainda não constavam. Logo, o Ministério Público Federal – MPF e o IBAMA, decidiram que a empresa deveria incluir estas outras famílias, o que totalizou em um quantitativo de 313, das quais, algumas se encontram em seus pontos de ocupação próximos ao rio e outras ainda estão aguardando a sua volta para esta localidade.

Questionada sobre a Ilha do Triunfo, a entrevistada ressaltou que a maioria das famílias optou pela indenização, logo, compreende-se que a população antes moradora da Ilha, passou a ter uma nova vida, quiçá seja no ambiente rural ou urbano, em Altamira ou outro município, pois optaram pelo recebimento de uma quantia em espécie, que não se sabe se foi suficiente para eles adquirirem um novo local a ponto de seguir a sua vida após a construção da Usina de Belo Monte. Assim, a expectativa destas pessoas terem continuado em áreas rurais e próximas ao rio é muito baixa, o que os leva a deixar o modo de vida tradicional e ribeirinho para trás, originando uma ruptura da identidade cultural e dos costumes que pertenciam somente a eles.

Apesar disso, diversos moradores de outras ilhas optaram pelo reassentamento, o que levou a empresa à implementar projetos que haviam sido planejados logo no período de construção da Usina, no PBA de Belo Monte.

Não vou falar de políticas sociais, mas vou falar dos projetos do PBA de Belo Monte. Hoje os ribeirinhos estão enquadrados no processo de reassentamento rural e as famílias que foram beneficiadas, também se enquadram para serem beneficiadas por outros projetos, os quais são: projeto de reparação rural, projeto de assistência técnica social rural, projetos de acompanhamento social e projeto da pesca. (ENTREVISTADA B, 2019).

Estes projetos giram em torno do fortalecimento das famílias, sua geração de renda e os seus vínculos culturais, como o projeto de reparação rural, que tem a finalidade de tentar reestabelecer o modo de vida tradicional destas pessoas sobre novas bases, então os projetos ajudam na construção de hortas, galinheiros, além de possuírem um viés cultural, resgatando atividades e festejos que com as mudanças possam ter se perdido, a fim de buscar uma reparação para esta população tradicional.

Ademais, a Norte Energia apresenta ainda dois projetos com o objetivo de monitorar a vida das populações atingidas pelo entorno da obra, os quais decorrem através de visitas semestrais e aplicação de questionários sociais que identificam possíveis dificuldades pelas quais as famílias possam estar passando, logo, a partir do momento em que se verificam estas situações, a família é encaminhada para a realização de atendimentos e consultas psicológicas, apoiados pelo convênio com a SEMIS, como informado anteriormente pela entrevistada A.

Entende-se portanto que este monitoramento é de grande importância para a

população ribeirinha, que passa por angústias advindas da implementação da Usina, deste modo, a entrevistada B sublinha que o olhar dos empreendedores e instituições para estas pessoas surge com as discussões de Belo Monte, pois antes não se debatiam populações ribeirinhas, tampouco um reassentamento específico para essa categoria. **“É uma discussão nova, agora todos os processos de licenciamento ambiental relacionados a projetos hidrelétricos na região terão que seguir essa linha que Belo Monte vem traçando”**.

Nesta perspectiva, se vê que o monitoramento necessita de uma continuidade, e para isso foi criado em 2009 o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu – PDRSX, que passou a atuar de fato em 2011, com o intuito de implementar políticas públicas capazes de mitigar os impactos causados pela hidrelétrica, destarte, percebemos sua importância e buscamos entender melhor um pouco mais sobre o PDRSX em conversa com a Entrevistada C⁸, que trabalha no escritório do plano em Altamira.

O PDRSX é um plano federal, criado com o objetivo de mitigar as problemáticas criadas com a implementação de Belo monte, tem a participação do governo federal, estadual e municipal e também a sociedade civil, que engloba associações, cooperativas, conselhos escolares e demais instituições. (ENTREVISTADA C, 2019).

Estes envolvidos no plano são divididos entre as oito Câmaras Técnicas – CT⁹, cada uma com a sua especificação, dentre as áreas de saúde, educação, infraestrutura e outras, que recebem propostas para a instalação de projetos que venham trazer algum benefício para a população afetada direta ou indiretamente, pois o plano se faz presente nos doze municípios da área de abrangência da Usina de Belo Monte.

Os projetos são propostos através de editais e passam por todo um processo que verifica diversos pontos, dentre eles a viabilidade do projeto e o valor necessário para a realização dele. Para a implementação destes projetos, foi destinado ao plano um montante da Norte Energia no valor de R\$ 500 milhões de reais, que deve ser utilizado em um período de vinte anos, desta forma, a empresa faz uma projeção

⁸ Entrevistada C. **Entrevista PDRSX [jan. 2019]**. Entrevistadora: Sandra Karolline de Melo Batista Pontes. Altamira, 2019. 1 arquivo .mp3 (34 min.).

⁹ As Câmaras Técnicas do PDRSX são: CT 1 Ordenamento Territorial; CT 2 Infraestrutura para o desenvolvimento; CT 3 Fomento às atividades produtivas sustentáveis; CT 4 Inclusão Social e Cidadania; CT 5 Monitoramento e acompanhamento das condicionantes previstas no Licenciamento Ambiental; CT 6 Povos indígenas e populações tradicionais; CT 7 Saúde e CT 8 Educação.

anual dos gastos, sendo possível ter um conhecimento sobre os valores utilizados. Entretanto, de acordo com a entrevistada, passaram-se apenas oito anos do início do plano e mais da metade do recurso já foi utilizado, assim, se ele acabar não se sabe se a Norte Energia destinará mais recursos para estes projetos continuarem.

O que na realidade se pode compreender, é que o PDRSX assume um importante papel na redução dos impactos negativos para a população, neste sentido, todos os projetos em execução e aqueles implementados são significativos. Igualmente, o plano também é um espaço aberto tanto para o governo, quanto para empresas e a sociedade civil, podendo ter um alcance maior e uma melhor eficiência dos projetos executados.

Acredito que é importante para fortalecer as associações e também pra prestar assistência para os beneficiários, como por exemplo as CT's de 5 à 8, que tem muitos projetos que beneficiam as famílias. As comunidades pedem que se construam galpões pra eles guardarem seus produtos, no próximo projeto já solicitam máquinas, no outro pedem cursos de profissionalização, então a gente percebe que tem uma relação com os demais projetos, não são coisas soltas. Acredito que isso gera fortalecimento e empoderamento das populações. (ENTREVISTADA C, 2019).

Constata-se, portanto que a construção da Usina de Belo Monte ocasionou mudanças profundas não somente para a população, mas também reforçou que governo e empresas precisam dar um destaque maior para as populações tradicionais – indígenas, ribeirinhos, dentre outros. Logo, se entende que a Amazônia é uma região diferenciada, com um povo que vive uma cultura singular e que não suportaria uma adaptação a novos modelos de vida, porque isso causaria a perda de suas identidades. A entrevistada conclui que essa proposta de mitigação do plano trouxe muitos benefícios para a população, **“apesar das problemáticas que existem está sendo uma forma de ter alguma melhoria por aquilo que foi retirado, a gente sabe que os danos não serão ressarcidos com isso, mas já tem ajudado bastante”**.

3.3 – MOVIMENTO SOCIAL, ISA E SEUS PANORAMAS

Neste tópico, entenderemos como o Movimento Xingu Vivo Para Sempre – MXVPS, continua em luta e resistência mesmo depois da construção e operação da Usina de Belo Monte. Antes, a luta era para que a hidrelétrica não fosse construída, no entanto, não foi suficiente e a usina foi implementada. Hoje, a luta é pelos

atingidos, pelas populações tradicionais, ribeirinhos, indígenas, quilombolas e todos aqueles que foram afetados direta ou indiretamente por este empreendimento. Isto posto, durante a pesquisa de campo foi possível conversar com a entrevistada D¹⁰, coordenadora geral do movimento e também atingida por Belo Monte, que nos mostrou como tem sido o enfrentamento de todas as situações.

A entrevistada enfatizou que o movimento busca dar voz aquelas pessoas que não são ouvidas pelas autoridades e pelas empresas, então o trabalho deles é denunciar irregularidades, cobrar e pressionar, além de ouvir as populações, acolhê-las e ajudá-las a serem protagonistas de suas histórias e de seus direitos.

Figura 6 – Entrevistada D - Coordenadora Geral do Movimento Xingu Vivo para Sempre:



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Questionamos então, como aconteceu o deslocamento das populações ribeirinhas e em seu relato, ela contou a história de muitas famílias que foram atingidas.

Algumas famílias foram comunicadas, passaram nas casas fazendo

¹⁰ Entrevistada D. **Entrevista Movimento Xingu Vivo** [jan. 2019]. Entrevistadora: Sandra Karolline de Melo Batista Pontes. Altamira, 2019. 1 arquivo .mp3 (31 min.).

um cadastramento mal feito, porque não levaram em conta os direitos dos filhos e famílias que moravam nos mesmos terrenos. Outros não foram comunicados, vinham pra cidade vender seu peixe e as frutas que produziam e quando voltavam as casas estavam queimadas com tudo dentro, um total desrespeito e um crime contra essas famílias. (ENTREVISTADA D, 2019).

O cadastramento ao qual a entrevistada se refere, foi realizado pela Norte Energia – especificado *a priori* – entretanto, a referência à ele foi feita de modo ríspido, pois neste cadastro a empresa contabilizou apenas com uma família moradora de cada terreno, ocasionando a situação a seguir, em nossa região é muito comum que os filhos casados vivam em uma outra casa, porém no mesmo terreno dos pais, deste modo, a Norte Energia não considerou por exemplo, os filhos que moravam nas demais casas, o que deixou muitas famílias de fora deste reconhecimento e foi exatamente neste momento que criou-se o Conselho Ribeirinho, com o intuito de solucionar questões como estas.

Outro questionamento levantado pela entrevistada faz referência à dupla moradia vivenciada pelas populações ribeirinhas, categoria esta que a empresa, o IBAMA e outros órgãos e instituições tiveram que considerar de maneira diferenciada, afinal, ribeirinhos são como o ponto forte da cultura amazônica e possuem seus modos tradicionais de vida, conforme observamos no tópico inicial.

Destarte, a luta do movimento agora é para que todos os ribeirinhos listados pelo Conselho consigam voltar para moradias próximas ao rio, pois ainda existem famílias aguardando liberação da Norte Energia para este novo modelo de reassentamento, a entrevistada salientou que espera que o retorno destas famílias seja muito em breve, para que eles possam retomar pelo menos um pouco da vida que tinham.

No entanto, a coordenadora do Xingu Vivo evidencia que as minimizações são como uma ilusão, pois não é possível reduzir estes efeitos, segundo ela então, as políticas públicas sociais existentes não possuem eficiência e relata que até hoje Belo Monte representa a destruição das culturas.

Políticas sociais não conseguem minimizar os impactos deixados pelos projetos, não melhoram nada, porque você perde o rio, os peixes, as comidas dos peixes, então o que vai minimizar? [...] os ribeirinhos dizem: nós éramos ricos, nunca andei na porta de ninguém pedindo farinha ou feijão e agora me obrigam a isso, porque não temos mais o nosso peixe para vender. Nada minimiza, as necessidades da população aumentam muito, porque eles perderam tudo. (ENTREVISTADA D, 2019).

Toda essa complexidade relatada a ela pelos ribeirinhos refere-se às situações pelas quais eles passam após a construção da Usina, sobretudo pertinente a perda de peixes, que precisam deslocar-se pelas turbinas principalmente no seu período de desova e nunca sabem o momento adequado para voltar, deste modo, eles são sugados pelas máquinas e acabam morrendo neste processo.¹¹

Além disto, os projetos que a coordenadora do movimento menciona, relacionam-se aos muitos que foram e continuam sendo implementados e planejados para a região amazônica, como a hidrelétrica de Belo Monte foi e como o projeto de mineração da empresa Belo Sun vem sendo idealizado também no rio Xingu.

Figura 7 - Faixa exposta no Movimento Xingu Vivo, mostrando sempre a defesa ao Rio Xingu e as populações da região:



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Nesta perspectiva, percebe-se que o Movimento Xingu Vivo continua em luta pelas defesas dos povos, a entrevistada relatou que Belo Monte deixou na região

¹¹ RODRIGUES, Sabrina. Belo Monte terá que instalar grades para impedir morte de peixes. O Eco. Rio de Janeiro, 28 de março de 2018. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/belo-monte-tera-que-instalar-grades-para-impedir-morte-de-peixes/>. Acesso em: 19/03/2019.

muitos impactos e efeitos negativos, e a implementação de um outro projeto agora só iria causar ainda mais danos às populações e ao meio ambiente. **“As pessoas tem seus modos de vida, elas só querem ser respeitadas, elas só querem investimentos públicos para melhorar sua condição de vida, só isso, mas isso nunca foi respeitado”**.

Com o intuito de investigar ainda mais o objeto de estudo, foi possível conversar com o Instituto Socioambiental – ISA, representado na conversa pela Entrevistada E¹², que trabalha dentro do Instituto no auxílio ao Conselho Ribeirinho.

A entrevistada nos informou que a competência do ISA se trata de acompanhar e monitorar as famílias ribeirinhas que foram afetadas pela Usina. Este monitoramento se potencializou em 2015, quando o Instituto reuniu diversas organizações, como a Universidade Federal do Pará – UFPA; o Xingu Vivo; MPF; DPU, dentre outras e produziram um relatório, elaborado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, salientando que os impactos aos ribeirinhos eram reais e que poderiam ser reduzidos, a partir da estruturação dos reassentamentos próximos ao rio.

Foi a partir de então que o ISA e o Xingu Vivo passaram a acompanhar as famílias de modo direto, e assim será até que todas as famílias sejam reassentadas. Depois disto, iniciará uma outra luta, para que estas famílias tenham mais direitos, para que consigam ter seus territórios garantidos e que políticas públicas eficazes sejam implementadas.

Ela esclarece ainda que o estudo da SBPC e a criação do Conselho Ribeirinho, permitiram com que houvesse pela primeira vez um momento de escuta por parte dos atingidos, pois desde que Belo Monte começou a ser planejada e construída, estas pessoas não conseguiam apresentar suas necessidades, tendo em conta que não eram percebidos pelos órgãos e instituições.

Isso foi muito importante porque deu voz pra quem tinha sido há tanto tempo ignorado pelo processo, foi a partir de janeiro de 2017 que o IBAMA começou a receber as listas [de reconhecimento de ribeirinhos]. Porque antes eles recebiam, só que não levavam em consideração, mas depois que a presidente do IBAMA reconheceu a existência do conselho, foi quando os ribeirinhos começaram a ter voz. (ENTREVISTADA E, 2019).

¹² Entrevistada E. **Entrevista Instituto Socioambiental** [jan. 2019]. Entrevistadora: Sandra Karolline de Melo Batista Pontes. Altamira, 2019. 1 arquivo .mp3 (27 min.).

Observa-se portanto que o Instituto e demais movimentos buscam auxiliar as populações atingidas, pois são pessoas que não possuem recursos financeiros, nem poderes políticos, na maioria das vezes não possuem nem estudos, sem embargo, possuem direitos e precisam dispor do atendimento de seus interesses, são pais e mães de família, que buscam a subsistência de seus filhos, uma educação melhor para eles e que principalmente, buscam o reconhecimento de suas identidades culturais.

Figura 8 – Entrevistadas E e F:



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

3.4 – A NARRATIVA RIBEIRINHA

Nos tópicos acima podemos conhecer e analisar as ideias formadas por diferentes atores envolvidos nos inúmeros debates sobre Belo Monte. Conversamos com empresa, governo, movimentos sociais e à eles perguntamos sobre o grupo que é nosso objeto de estudo: os ribeirinhos.

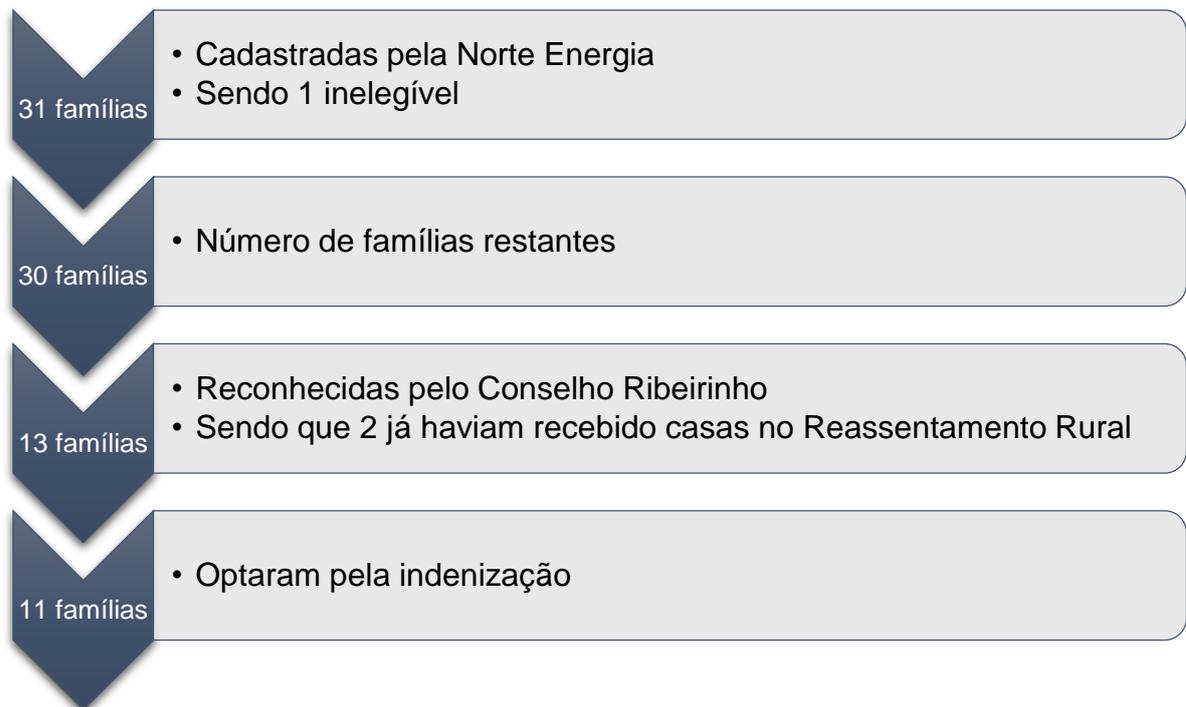
Todavia, agora é necessário ouvir diretamente este grupo. Como enfatizado anteriormente, somente eles mesmos conseguem expressar-se e falar sobre si. A partir disto, entenderemos todo o processo de deslocamento, os debates sobre

reassentamento e a efetivação das políticas públicas pelo olhar deles próprios: os ribeirinhos do Xingu.

Inicialmente, precisamos ressaltar o nosso público alvo - os moradores da Ilha do Triunfo, porém, enfatizamos que as informações sobre eles são limitadas e um pouco escassas, tanto em material teórico, quanto na prática, *in loco*.

Segundo a entrevistada B, a Ilha do Triunfo localizava-se próxima a região do Trindade, nas áreas de rios, à uma certa distância do município de Altamira, abrigando famílias que se utilizavam principalmente da pesca como fonte de subsistência. Com a implementação da Usina, eles foram cadastrados pela Norte Energia, assim como foi feito com todos, no entanto, nota-se no esquema abaixo que a maioria das famílias da ilha optaram pelo recebimento da indenização, o que tornou inviável o contato direto com eles.

Esquema 1 - Quantidade de famílias da Ilha do Triunfo:



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Contudo, apesar de não ter obtido este contato direto, foi plausível analisar o Relatório de Inspeção Interinstitucional, organizado pelo Ministério Público Federal em 2015, que trazem alguns relatos de moradores da Ilha, abordando a escolha pela

indenização e não pelas casas nos reassentamentos.

Em concordância com o Relatório, conta-se a história do senhor José Rodrigues do Nascimento, o senhor Dedé como era conhecido, morador da Ilha do Triunfo desde 1993. Ele informa que de início não tinha sido caracterizado pela Norte Energia como um atingido, entretanto após muito debate com a empresa, foi oferecido à ele o valor de R\$ 34 mil de indenização pela sua casa, o que era um valor muito baixo, ele então negociou mais e conseguiu subir para R\$ 54 mil, aceitou, porém, para ele continuou não sendo satisfatório e afirmou que com este valor não seria possível nem construir uma outra casa.

Questionado sobre como se sentiu nesse momento, e como se sente, [sr. Dedé] afirmou: Eu me sinto como se tivesse voltado o tempo de 1888 [...] 1888 era o tempo da escravidão e esse tempo aturou até hoje! Eu me senti como um escravo, como uma coisa que você tira daqui e leva pra lá. Fui enxotado igual você enxota um cachorro, uma galinha, um animal". Questionado sobre o que e por que ele assinou e ele responde: "era o jeito, né...não tinha escolha como diz...era pegar ou largar". (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2015, p. 30).

Desta maneira, vimos o quão árduo e complicado foi este momento para os moradores da Ilha. Para eles, a sua terra, a casa, a canoa, o rio, a natureza, representavam tudo. Senhor Dedé declara que "a roça do pescador é o rio. A fazenda do pescador é o rio", de acordo com o Ministério Público Federal (2015, p. 30).

O grupo passou, então, a ouvir o Sr. Amado, que informou que ofereceram a ele um reassentamento no travessão 27, com casa, água, energia e estrada. Sobre essa opção, afirmou: "vida inteira fui pescador, não tenho como trabalhar na terra. Só não fiz nascer no porão de uma canoa. Aprendi a pescar com meu pai." Afirma que pediu à Norte Energia uma indenização, que lhe permitisse recomeçar a vida em outro lugar onde pudesse continuar pescando, mas ofereceram a ele R\$ 22 mil, o que não seria suficiente. Ele negociou, mas o máximo que lhe ofertaram foi R\$ 32 mil. Afirma que se viu, então, obrigado a aceitar. Com esse dinheiro comprou um terreno de 50 X 50m na cidade e umas madeiras para fazer uma casa. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2015, p. 32).

Assim constatamos que os moradores da Ilha do Triunfo, em sua maioria, não conseguiram dar continuidade à vida ribeirinha, pois os valores indenizatórios eram baixos e a especulação imobiliária em Altamira – e arredores – nesta época, era altíssima. Precisa-se recordar também que neste momento os ribeirinhos ainda estavam caracterizados apenas como moradores de área rural e não se tinha a ideia da construção de reassentamentos próximos ao rio, além disso, a Norte Energia precisava seguir com o deslocamento deles para dar continuidade ao processo de

instalação e operação da Usina, o que os fez entender que não teriam outra opção a não ser aceitar a indenização e passar a viver uma vida até então desconhecida para eles.

Visto então que não tivemos acesso diretamente aos residentes da Ilha, sucedeu a oportunidade de conhecer a entrevistada F¹³, ribeirinha, moradora de uma das muitas ilhas existentes na região do rio Xingu, apresentada na figura 08, junto com a entrevistada E do ISA. Nesta conversa foi possível conhecer e identificar o que representou Belo Monte na vida destas populações e o quanto foi e continua sendo difícil para eles, que vêem cada momento como um novo desafio para a garantia de seus direitos.

A ribeirinha destaca que desde a sua infância já ouvia seu avô comentar sobre a construção de uma hidrelétrica na região, pois neste período existiam diversos estudos para o empreendimento, entretanto, eles não imaginavam que tudo aconteceria da forma como foi e principalmente que eles teriam que desocupar o espaço onde moravam e sair das ilhas. Ela conta que a Norte Energia começou a realizar visitas e organizou um cadastro de todas as famílias, informando a eles que a partir daquele momento não poderiam mais fazer nenhuma benfeitoria na ilha, dado que eles seriam retirados dali, e caso fizessem, deixariam de ser incluídos no cadastramento.

Indagada então sobre como ocorreu o desmembramento destas famílias e a escolha por reassentamentos ou indenização, ela explica que os ribeirinhos que tinham dupla moradia (uma casa na ilha e outra na cidade, em uma área que alagava) receberam uma casa no reassentamento urbano e outros que possuíam moradia somente nas ilhas, receberam uma quantia em dinheiro ou foram para o reassentamento rural coletivo.

Dos que receberam esse dinheiro, alguns conseguiram comprar uma casa, outros não conseguiram, tem gente que vive na casa dos outros emprestada, tem gente que mora de aluguel, tem outros que tem casa no reassentamento urbano, tem gente que foi embora, tem gente que morreu, são diversas situações, eu mesma moro de casa alugada. (ENTREVISTADA F, 2019).

Ela aponta que o seu pai era pescador, no entanto, não conseguiu se manter como tal e agora vive na área urbana de Altamira.

¹³ Entrevistada F. **Entrevista Ribeirinha** [jan. 2019]. Entrevistadora: Sandra Karolline de Melo Batista Pontes. Altamira, 2019. 1 arquivo .mp3 (27 min.).

O meu pai recebeu uma casa no reassentamento urbano porque foi um caso específico, a indenização dele não dava pra fazer nada, não dava nem pra comprar uma terra, nem uma casa, nada. Então a gente entrou pela Defensoria Pública da União, a mulher dele tem problemas psicológicos também e então foi como a gente conseguiu uma casa pra ele no RUC Laranjeiras, [...] ou era o dinheiro ou era um reassentamento rural coletivo no km 27, no qual não oferecia nenhuma possibilidade dele acessar o rio, porque ele era pescador, então a gente não aceitou e por isso ficamos lutando por essa casa, passamos quase 2 anos pra poder conseguir. (ENTREVISTADA F, 2019).

À vista disso, perguntamos se as famílias que iriam para o reassentamento tiveram alguma participação no processo, e a entrevistada relata que eles tiveram acesso as áreas que seriam colocados, porém, não tiveram a escolha de ficar em uma área que eles gostariam.

Porque o reassentamento foi pensado por eles mesmos [empresa], agora de como seria melhor para os ribeirinhos, eles não tiveram isso não. Agora que tá tendo essa conversa, o ISA construiu com a gente o mapa do território ribeirinho e como que seriam as áreas pra plantação e tudo mais, semelhante à como era antes, mas antes não teve isso não. (ENTREVISTADA F, 2019).

Identifica-se então um processo que deixou as populações ribeirinhas avessas à todas as decisões, pois entende-se que há uma diferenciação entre mostrar o espaço onde eles iriam habitar e perguntá-los se era realmente naquele lugar que eles escolheriam ficar. Para mais, verifica-se que existe uma descontinuidade da cultura ribeirinha, haja visto que a atividade principal de trabalho e subsistência, a pesca, foi afetada também. A ribeirinha afirma, ***“a pesca foi totalmente impactada, hoje os ribeirinhos tão praticamente passando fome, porque não tem a terra. Esses que estão reassentados, eles não podem produzir da forma que faziam antes.”*** Entendemos então que os peixes sumiram, desapareceram, conseguir tirar o peixe para comer e para vender, é hoje um sacrifício. ***“Muitos vão pro rio, fazem uma despesa de 300 reais, voltam aí não conseguem fazer nem 100 reais de lucro.”***

Uma vez que Belo Monte deixou tantas mazelas, será que as políticas públicas implementadas estão de fato sendo eficazes para a mitigação dos impactos destas populações? A entrevistada alega que existem algumas políticas, mas sublinha que elas não são eficazes. Os reassentamentos urbanos possuem escola para as crianças, todavia, apenas alguns contam com Unidades Básicas de Saúde – UBS, o que deixa a população vulnerável, tendo que se deslocar à um outro reassentamento para buscar atendimento.

Quando se fala das comunidades ribeirinhas que já estão nas áreas do novo reassentamento, oferecido pela Norte Energia, ela assegura que eles não possuem nenhum tipo de atendimento, ela inclusive informou que já foi solicitado no Conselho de Saúde, a construção de duas unidades básicas e vê-se a promessa de duas ambulanchas¹⁴, no entanto, isso ainda não aconteceu. A mesma luta foi travada com a empresa e a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, intentando a construção de três escolas nestas áreas – que só foram possíveis pelo apoio dos movimentos sociais e instituições – às quais foram construídas pelos próprios ribeirinhos, a entrevistada diz: **“a Norte Energia só forneceu o material e eles foram tirando do suor deles pra poder construir.”**

Neste sentido, podemos constatar que ela é uma das ribeirinhas que foi afetada por Belo Monte, mas que continua no processo, sendo a conexão entre os ribeirinhos e as organizações, movimentos e instituições que buscam auxiliá-los da melhor forma, afinal, é certo de que eles sozinhos infelizmente não teriam obtido muitas coisas, em razão de que não tinham vez, nem voz. Investigamos então porque a ribeirinha mora de aluguel e não está em uma das áreas próximas ao rio, já que foi reconhecida pelo Conselho Ribeirinho, e ela completa dizendo que está na lista de espera, aguardando seu reassentamento – que não tem uma data prevista – assim como muitos ainda estão, inclusive familiares seus.

À vista disso, para finalizar a longa e produtiva conversa com a entrevistada F, ela foi questionada sobre o que Belo Monte representava para ela, e com uma rápida, porém impressionante resposta, com a voz embargada, trazendo um sentimento de angústia e tristeza, ela disse: **“A destruição de tudo o que a gente tinha. Destruição da família, da vida, dos laços de parentesco, de tudo.”**

3.5 – ALÉM DOS RIBEIRINHOS

Observa-se durante a pesquisa, que o objeto principal de estudo são os ribeirinhos, entretanto, no decorrer da visitação *in loco* à Altamira, notou-se a

¹⁴Ambulancha: viatura aquática (lança) equipada especialmente para atender e transportar enfermos e feridos; lanca equipada com serviço de ambulância para atendimento médico e transporte de pacientes. [...] Este tipo de veículo assistencial médico é assaz empregado na Amazônia. Fonte: <https://www.dicionarioinformal.com.br/diferenca-entre/ambulancha/ambulancia/>. Acesso em: 29/03/2019.

necessidade de agregar, apresentar e conhecer também os moradores dos RUC's, dado que eles também foram afetados pela Usina e sofrem com os impactos, assim como os ribeirinhos.

Desta maneira, foi possível visitar o RUC Água Azul e conversar com vinte moradores, que apresentaram as mais diversas opiniões sobre a hidrelétrica, sobre o reassentamento e a sua nova vida. O RUC Água Azul conta com aproximadamente 775 lotes, segundo Moreira e Herrera (2018) e se localiza à uma distância de 6,86 quilômetros do centro de Altamira, como se pode observar no mapa abaixo.

Mapa 3 – Distância entre o RUC Água Azul e o centro de Altamira – PA:



Fonte: Google Earth, 2019.

Entende-se portanto que é uma distância muito grande que dificulta a locomoção das pessoas, que não contam nos reassentamentos com serviços para sua utilização diária e precisam se deslocar até o centro, porém, muitas vezes essas não possuem o valor da passagem do transporte coletivo e nem transporte particular

e acabam vivenciando a impossibilidade de chegar até o centro de Altamira para realizar suas atividades.

Nesta área de reassentamento, encontram-se pessoas de diversos espaços da zona urbana de Altamira e também aqueles que moravam próximos aos igarapés da região, Ambé e Altamira. Ao conversar com estas pessoas e indagá-las sobre o processo de deslocamento, eles afirmam que a Norte Energia chegou até o lugar onde moravam, informando que na área seria construída uma Usina Hidrelétrica e que eles iriam sair dali para um outro lugar, determinado pela própria empresa.

O reconhecimento da localização do RUC e das casas só ocorreu depois que tudo estava pronto. A Norte Energia levava então as famílias para ver como seria esta nova moradia, sem embargo, muitos declaram que não apreciaram o local, pois era longe do centro e de tudo aquilo que eles tinham. Ademais, no início deste processo não existiam escolas para as crianças, tampouco outros tipos de serviços, e Altamira também não possuía transporte público, dificultando a situação, porém, estas eram as opções dadas a eles.

Portanto, mesmo com a precariedade, estes atingidos aceitaram o reassentamento e se mudaram para lá. Atualmente, o RUC Água Azul conta com uma escola, com estação de tratamento de esgoto e com o transporte público que a Prefeitura Municipal disponibiliza para facilitar o acesso destes ao centro, no entanto, muitas destas pessoas estão desempregadas ou retiram sua renda apenas de auxílio do Governo Federal, como o Bolsa Família e aposentadorias, o que os deixa à margem da economia e geralmente impede o deslocamento no transporte público, pela falta do dinheiro para a passagem. O RUC não oferece também uma Unidade Básica de Saúde, logo, quando doentes, as pessoas precisam deslocar-se ao reassentamento mais próximo ou se dirigir aos hospitais no centro da cidade. Também não conta com praças, agências bancárias, supermercados e o policiamento não é constante, enfim, as pessoas não são atendidas com serviços necessários.

Conquanto, nos demais cenários do reassentamento, percebe-se uma grande área, com muitas casas, porém com pouca infraestrutura e sem os serviços, de longe, pode-se até pensar que é uma área inabitada (Fig. 9), desta maneira, identifica-se que o reassentamento não foi planejado e projetado da maneira correta, se pode imaginar que foi construído às pressas, para que as pessoas pudessem

morar na área, liberando os demais espaços que seriam atingidos para a construção de Belo Monte, sem interrupções.

Figura 9 – Áreas do RUC Água Azul:



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Compreende-se portanto que Belo Monte afetou à muitos que não conseguiram fazer sua voz ressoar dentre as empresas e o governo e por isso se viram em situações de extrema adversidade. No RUC Água Azul, além de todos os problemas, as pessoas precisam lidar ainda com a falta de infraestrutura das casas construídas pela Norte Energia. Como é o caso do seu Raimundo Silva¹⁵, que tem 66 anos, é aposentado e nos mostrou com lágrimas nos olhos a situação da sua casa, com o piso destruído e soltando, trazendo muita água para dentro da casa (Fig. 10). Indagado se Belo Monte havia trazido algum benefício para sua vida,

¹⁵ Nome fictício.

rapidamente ele respondeu que não e enfatizou que na realidade a usina só trouxe destruição.

Figura 10 – Casa do Seu Raimundo:



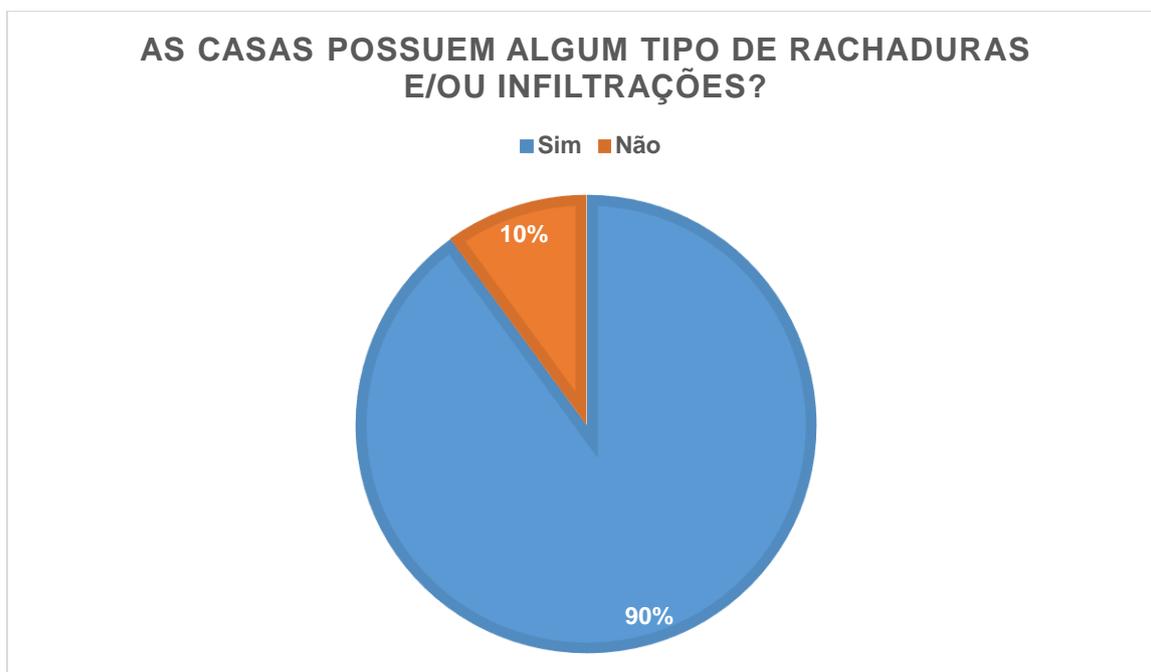
Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Constatamos portanto, que o contexto vai além das dificuldades que se imaginavam, ficamos preocupados com o caso acima e logo contatamos o presidente do bairro (RUC) para contarmos a situação. Seu Raimundo também nos informou que já havia ido à Norte Energia comunicar e estava à espera da equipe técnica para realizar a manutenção ainda no mesmo dia.

Em consequência a isso, investigamos com os entrevistados se existiam rachaduras, infiltrações e outros problemas em suas casas, 18 pessoas responderam que sim, representando 90%, como podemos verificar no gráfico abaixo, e apenas 2 pessoas disseram que não (10%), sendo que, uma destas duas enfatizou que a sua casa apresentou problemas, porém a Norte Energia estava

reformando, ou seja, se formos analisar de fato, apenas 1 casa não apresentou nenhum tipo de problema estrutural.

Gráfico 1 – Quantitativo de casas com problemas estruturais:



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

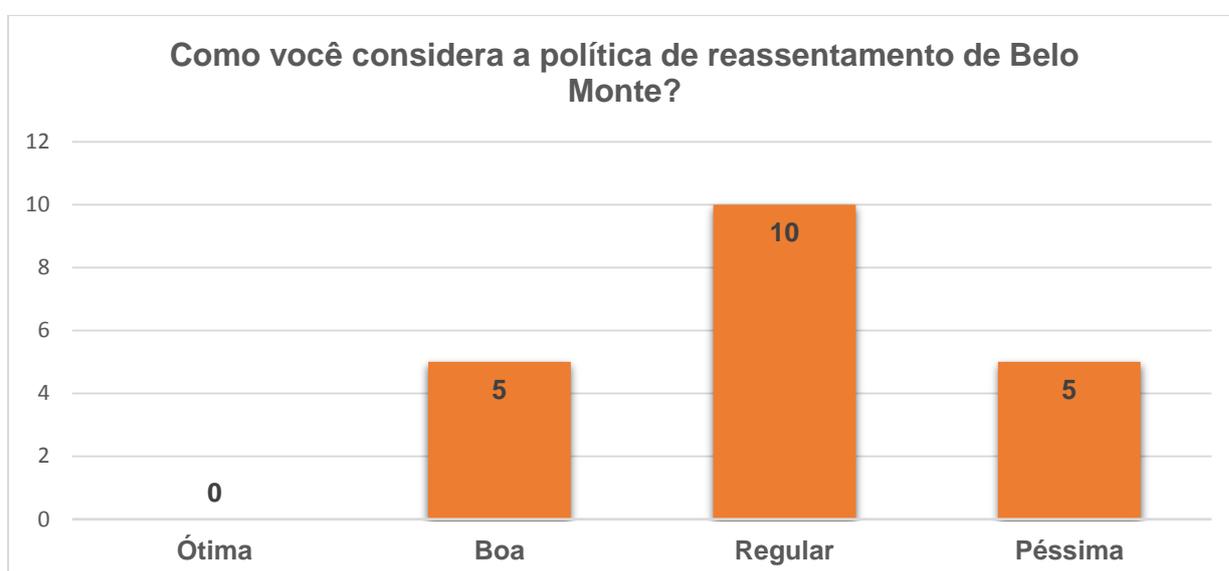
Visto este quantitativo, questionou-se o que a Norte Energia faz em relação a estes problemas estruturais e os entrevistados disseram que os técnicos da empresa vão analisar as condições da casa e realizam então a reforma, porém, é de se refletir sobre todo o valor investido nas reformas destas casas, levando a pensar que os investimentos anteriores não foram bem aplicados. A única certeza é de que os atingidos, até os dias de hoje precisam suportar desagradáveis episódios, pela ausência de planejamento de uma obra tão grandiosa. Para além disso, afirmam sentir falta da vida que tinham antes, de suas casas, seus vizinhos e também dos pequenos empreendimentos que possuíam.

Durante as entrevistas, foi possível assimilar que estas pessoas não se consideram atendidas pelas políticas públicas implementadas no município e realçam sempre a falta de serviços prestados à eles, bem como, destacam que de tempos em tempos eles recebem a visita de assistentes sociais em suas casas,

porém, isto não possui uma frequência, o que faz com que eles se sintam desamparados por estas políticas.

Tal qual, os moradores do RUC Água Azul, enfatizaram ainda que a política de reassentamento não possui suficiente eficácia e ao longo da conversa, a maioria à categorizou como uma política regular, como se pode observar no gráfico abaixo, no qual 10 pessoas classificaram como regular, 5 como péssima e as outras 5 pessoas qualificaram como uma política boa. Nenhum dos entrevistados identificou como uma política ótima, pelos inúmeros dilemas já discursados.

Gráfico 2 – Consideração da Política de Reassentamento:



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Deste modo, observamos que os reassentamentos urbanos não estão bem estruturados e acabam privando a população de ter uma vida mais digna e de qualidade. A Norte Energia evidencia o fato destas pessoas não precisarem mais morar próximos aos igarapés, o que em época de cheia, fazia as casas alagarem no centro da cidade de Altamira, entretanto, para estas pessoas era o lugar em que estavam acostumados, as crianças brincavam no rio, os atendimentos eram mais fáceis porque estavam bem próximos e para eles estava tudo certo. Hoje o que eles apontam, é que os problemas são maiores do que eles tinham antes e a empresa não os soluciona, ou então quando soluciona surgem mais problemas e vai girando como um grande círculo infundável.

Neste sentido, podemos constatar que a pesquisa retratou ribeirinhos e urbanos que atualmente vivem com as mazelas advindas da construção da Usina de Belo Monte. Logo, vimos então que ambos estão lidando com inconvenientes que não deveriam, estão preocupando-se com problemas que não eram seus e que até alguns anos atrás, não existiam.

Percebemos deste modo que as políticas implementadas na Amazônia desde a década de 1960 e 1970, foram efetivadas com a idealização de trazer um desenvolvimento para a região e seus habitantes, entretanto, este desenvolvimento não veio como deveria. Quando olhamos para todos os problemas provenientes de Belo Monte, compreendemos que as pessoas atingidas foram os maiores impactados, porque precisaram sair dos lugares em que moravam e deixar para trás todos os seus costumes, culturas e identidades que se formaram ao longo dos anos vivenciados no seu ambiente, tenham sido eles na zona urbana ou na beira do rio.

Em vista disso, ponderamos qual a real finalidade de Belo Monte e para quê ela foi construída, ou melhor, para quem? A realidade é que a usina foi construída para beneficiar grandes empresas nacionais e também estrangeiras que percorrem a Amazônia conhecendo e utilizando-se dos recursos naturais existentes. Desta forma, notamos que estes atingidos estudados precisaram lidar com a incerteza do futuro e para eles, foi apenas isso que chegou. A única certeza que se tem é a de que eles ainda experimentam o sabor de uma época difícil, sem saber quando ela irá terminar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo proporcionou realizar uma análise do processo de reassentamento vivenciado pelas famílias impactadas através da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, tendo como cenário a Ilha do Triunfo e sua população ribeirinha. Neste sentido, foi possível compreender o processo de ordenamento territorial, as políticas públicas executadas e o processo

de efetivação destas políticas, que de certa maneira, envolvem as populações reassentadas.

Percebemos na pesquisa, que a partir da implementação da Usina, muitos moradores tiveram que deixar as ilhas em que moravam e os seus espaços, pois os locais foram completamente inundados, como aconteceu com as famílias que moravam na Ilha do Triunfo.

A maioria das famílias da Ilha optaram pelo recebimento de uma indenização ao invés do reassentamento, não por ser melhor, mas por imaginarem que eles não teriam uma outra opção de viverem próximos ao rio, pois no momento inicial do cadastramento realizado pela Norte Energia, eles ainda não haviam sido reconhecidos como população ribeirinha e se mantinham na categoria de população rural, logo, não teriam como viver novamente próximos ao rio, como pescadores ribeirinhos.

Situação modificada posteriormente, após a luta e instituição do Conselho Ribeirinho, reconhecido pelo IBAMA, que garantiu a construção de reassentamentos especiais para as populações ribeirinhas. Deste modo, constatou-se com o estudo, que diversas destas famílias estão vivendo nestes reassentamentos, bem perto do rio, entretanto, em relatos de próprios ribeirinhos, a vida é difícil porque a pesca foi impactada com a implementação da Usina, os peixes desapareceram e é necessário que se busquem novas alternativas para viver. Além disso, estas pessoas não são atendidas por políticas públicas sociais, principalmente quando se refere à saúde e assistência social. Em relação a educação, as escolas construídas só foram possíveis porque os ribeirinhos contaram com apoio de movimentos sociais e instituições que pleitearam com eles a construção.

Ademais, vale ressaltar que ainda existem diversas famílias na fila de espera aguardando por uma área neste reassentamento para os ribeirinhos, enquanto isso, moram de aluguel, em casas emprestadas ou de favores para alguém. Desta forma, compreende-se que a vida destas pessoas não tem sido muito fácil desde o início da construção de Belo Monte. Eles se submeteram à muitos efeitos, em sua maioria, negativos, mudaram suas vidas e mesmo com a volta para o rio – daquelas famílias que retornaram – nada é como antes, porque eles não estão no mesmo lugar em que moravam, a nova área é designada pela própria Norte Energia, com uma

pequena participação da família, apenas para identificar se aceita ou não aquela área como sua nova casa, sem ter a família e os amigos por perto.

Isto posto, e analisando todas as falas coletadas in loco, nota-se que os objetivos da pesquisa foram devidamente alcançados e abordaram cenários além do proposto, como por exemplo as situações das populações urbanas, que vivem em contextos precários nos reassentamentos urbanos coletivos de Altamira, aguardando sempre uma reforma na casa em que moram ou um apoio maior da Norte Energia.

Seguindo nesta perspectiva, compreende-se que durante o estudo, foi possível entender como aconteceu o processo de reassentamento das famílias atingidas pela Hidrelétrica de Belo Monte, voltando-se ao cenário das populações tradicionais, como os ribeirinhos, assim, verificamos que a questão problema da pesquisa foi respondida de maneira satisfatória, bem como as questões norteadoras da investigação.

Pensando deste modo e conhecendo a importância do tema, faz-se necessário o desenvolvimento de estudos posteriores e pesquisas que busquem analisar mais a fundo as condições de cada uma destas populações ribeirinhas e o modo como elas tem vivenciado a moradia nestes novos locais adjacentes ao rio, assegurando a execução de políticas públicas ou projetos que visem o melhoramento de suas vidas e não os deixem à margem dos efeitos sequenciais que passaram a existir a partir da implementação da Usina.

Com este estudo, portanto, concluímos que os atingidos por Belo Monte vivenciam até hoje as consequências dessa implementação, são pessoas que mudaram de vida contra suas próprias vontades e deixaram para trás o valor simbólico de suas terras e do rio. Deixaram a pesca e os peixes, a sua história, família e vizinhos. Além disto, não são atendidos por políticas públicas e precisam permanecer em um cenário incompreensível. Logo, constata-se que Belo Monte foi implementada para atender à interesses de muitas pessoas, no entanto, estas pessoas estão longe de ser a população atingida da região do rio Xingu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCOFORADO, Fernando. **A Política Energética Sustentável Requerida para o Brasil**. In: Nexos Econômicos – CME – UFBA, v. 6, n. 2, p. 121-143, dez. 2012.

ALLEGRETTI, Mary. **A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros**. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008.

ALMEIDA, Flávio Gomes de. **O ordenamento territorial e a geografia física no processo de gestão ambiental**. In: Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro, Editora Lamparina, 3ª ed. 2007.

ALVES, Paulo Vicente. **Gestão Pública Contemporânea**. Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2015.

BARRETO, Andréia Macedo. **Reassentamento Coletivo Rural para os atingidos por Belo Monte: Realidade ou Ficção?** In: Vozes do Xingu: Coletânea de artigos para o Dossiê Belo Monte. São Paulo (SP), Instituto Socioambiental, 2015.

BECKER, Bertha. **Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas**. In: Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010.

_____. **Reflexões sobre hidrelétricas na Amazônia: água, energia e desenvolvimento**. In: Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 7, n. 3, p. 783-790, set.- dez. 2012.

BEHRING, Elaine; BOSCHETT, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, v. 2, 6ª edição, 2009.

BERMANN, Celio. **O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma**. In: Novos Cadernos NAEA, v. 15, n. 1, p. 5-23, jun. 2012, ISSN 1516-6481.

BOHRER, Cláudio Belmonte de Athayde; DUTRA, Luiz Eduardo Duque. **A Diversidade Biológica e o Ordenamento Territorial Brasileiro**. In: Ordenamento Territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BONNEMAISON, Joël; CAMBRÉZY, Luc. **Le lien territorial: entre frontières et Identités**. In: Géographies et Cultures (Le Territoire). n. 20. Paris: L'Harmattan, 1996.

BONNEMAISON, Joël. **La Géographie culturelle**. Paris: Éditions du CTHS, 2000.
CAMARGO, Luiz Henrique Ramos de. **Ordenamento Territorial e Complexidade: Por uma reestruturação do espaço social**. In: Ordenamento Territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CARVALHO, Joaquim Francisco de. **O declínio da era do petróleo e a transição da matriz energética brasileira para um modelo sustentável.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Energia. Universidade de São Paulo. 2009. 146 f.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Edna; et al. **Hidrelétricas na Amazônia e Grandes Dilemas postos à sociedade no Século XXI.** In: Papers do NAEA, n. 343, ISSN: 15169111. Belém, dez. 2014.

CASTRO, Edna. **Políticas de Ordenamento Territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira.** In: Novos Cadernos NAEA, v. 10, n. 2, p. 105-126, dez. 2007.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **Reterritorialização e Identidade Territorial.** In: Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22(1):165-180, abr. 2010.

CLAVAL, Paul. **O Território na Transição da Pós-Modernidade.** In: GEOgraphia – Ano 1 – n. 2 – 1999.

_____. **“A Volta do Cultural” na Geografia.** In: Mercator – Revista de Geografia da UFC. Fortaleza, v. 1, n. 1, jan. 2002. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/192>. Acesso em: 09/05/ 2018.

COELHO, Maria Célia; MONTEIRO, Maurílio. Verticalização da produção e variedade de situações sociais no espaço funcional do alumínio nos baixos vales do Amazonas e Tocantins. In: **Revista Território**, ano VII – nº 11, 12 e 13. Rio de Janeiro, set./out., 2003.

COELHO, Maria Célia Nunes et al. **Questão energética na Amazônia: disputa em torno de um novo padrão de desenvolvimento econômico e social.** In: Novos Cadernos NAEA, v. 13, n. 2, p. 83-102, dez. 2010, ISSN 1516-6481.

COSTA, Wanderley Messias da. Subsídios para uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: **Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial.** Brasília: Ministério da Integração Nacional - Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2005. Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=3fc31d16-e5f7-46fb-b8cc-0fb2ae176171&groupId=24915 Acesso em: 16/05/2018.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico.** São Paulo: Atlas, 2013, 1ª ed. 11ª reimpressão.

FAINGUELERNT, Maíra Borges. **A Trajetória Histórica do Processo de Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.** In: Ambiente & Sociedade. São Paulo v. XIX, n. 2, p. 247-266, abr.-jun. 2016.

FEARNSIDE, Philip M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Vol. 2.** Manaus: Editora do INPA, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios.** In: Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo: Expressão Popular – UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

FERRAÇO, Anaide Luzia. **Transição Energética no Brasil: Entraves e Possibilidades no Âmbito Institucional.** Dissertação de Mestrado. Departamento de Estudos Latino Americanos. Universidade de Leiden. 2016. 82 f.

FIGUEIREDO, Adma Harmam de. O que é ordenamento territorial. In: **Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial.** Brasília: Ministério da Integração Nacional - Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2005. Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=3fc31d16-e5f7-46fb-b8cc-0fb2ae176171&groupId=24915 Acesso em: 16/05/2018.

FRANCESCO, Ana de; CARNEIRO, Cristiane. **Atlas dos impactos da UHE Belo Monte sobre a pesca.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2015.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental.** In: Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas. Brasília: IPEA, 2015.

GODELIER, Maurice. **Lo ideal y lo material: Pensamiento, economías, sociedades.** Versión castellana de A. J. Desmont. Madrid: Taurus Humanidades, 1989.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

GONÇALVES, Alícia Ferreira. **Políticas públicas, etnografia e a construção dos indicadores socioculturais.** In: Artigos Inéditos. Jan/Jun 2008.

GONÇALVES, Amanda Cristina Oliveira, et al. Médio Xingu. In: **A Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia.** Editora IPEA, 2016.

GROSS, Patricio. **Ordenamiento Territorial: El Manejo de Los Espacios Rurales.** In: EURE – Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal, vol. XXIV, núm. 73, diciembre, 1998, Santiago, Chile.

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO INTERINSTITUCIONAL. **Relatório do Processo de Reconhecimento Social.** Altamira, 2017.

HAESBAERT, Rógerio. **Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial.** In: Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo: Expressão Popular – UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia,

2009.

_____. **Território e Multiterritorialidade: Um Debate.** In: GEOgraphia – Rio de Janeiro, Ano IX, N. 17, 2007. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/213/205>. Acesso em: 16/04/2018.

_____. **Concepções de território para entender a desterritorialização.** In: Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro, Editora Lamparina, 3ª ed. 2007.

_____. **Identidades territoriais.** In: Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999, p. 169 - 190.

_____. **O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Ordenamento Territorial.** In: Boletim Goiano de Geografia – Instituto de Estudos Socio-ambientais, Universidade Federal de Goiás, v. 26, n. 1, jan/jun 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3371/337127144003.pdf>. Acesso em: 25/04/2018.

HEIDEMANN, Francisco. **Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento.** In: Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

HERNANDEZ, Francisco Del Moral. **Hidrelétricas na Amazônia: renovabilidade e não renovabilidade da política energética. Se é desejável a renovabilidade das formas de conversão de energia, por que não é desejável renovar a política energética?** In: Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 7, n. 3, p. 791-811, set.- dez. 2012.

HERRERA, José Antônio; et al. **Construção da UHE Belo Monte e a comunidade ribeirinha de Santo Antônio em Vitória do Xingu/Pará.** In: Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, abril-junio, 2016, ISSN: 1988-7833.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais.** In: Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

KARPINSKI, Cezar. **Política energética e construção de hidrelétricas na primeira metade do Século XX: reflexões sobre o caso paranaense.** In: Antíteses, v. 10, n. 20, p. 961-978, jun/dez. 2017.

KRÄUTLER, Erwin. O “brado retumbante” às margens do Xingu. In: **Chegou o inv(f)erno.** Editora Outras Expressões, São Paulo, 2013.

LAHERA, Eugenio. Encuentros y desencuentros entre política y políticas públicas. In: **Política y políticas públicas en los procesos de reforma de América Latina.** Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: 2006.

LEITE, Letícia. **Dossiê Belo Monte: remoção das famílias provoca perda do modo de vida ribeirinho**. Instituto Socioambiental – ISA, 2015. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/dossie-belo-monte-remocao-das-familias-provoca-perda-do-modo-de-vida-ribeirinho>. Acesso em: 06/12/2018.

LEITE, Márcia da Silva Pereira. **Políticas Sociais e Cidadania**. In: *PHYSIS - Revista de Saúde Coletiva*, Vol. I, Número I, 1991.

LIMA, José Alberto Braz de, et al. **Desterritorialização dos Moradores da Ilha do Triunfo como impacto da Instalação da Hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira, Pará**. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)*, Belém, v. 03, n. 02, p. 13-29, jul./dez. 2016.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política**. In: *Revista Interações*, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

MACHADO, Mônica Sampaio. **Geografia e Epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade**. In: *Revista GeoUERJ*: Rio de Janeiro, n.1, Janeiro de 1997, p. 17-32. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/21750>. Acesso em: 03/04/2018.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Introdução – a voz dos Ribeirinhos Expulsos**. In: *A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: Relatório da SBPC*: [livro eletrônico]. São Paulo: SBPC, 2017.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Território, espaço de identidade**. In: *Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos*. São Paulo: Expressão Popular – UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Relatório de Inspeção Interinstitucional: áreas ribeirinhas atingidas pelo processo de remoção compulsória da UHE Belo Monte**. Altamira, 2015. Disponível em: http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/arquivos/Relatorio_inspecao_ribeirinhos_Belo_Monte_junho_2015.pdf. Acesso em: 22/03/2019.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ordenamento Territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico**. In: **Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional - Secretaria de

Políticas de Desenvolvimento Regional, 2005. Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=3fc31d16-e5f7-46fb-b8cc-0fb2ae176171&groupId=24915 Acesso em: 16/05/2018.

MOREIRA, Rodolfo Pragana; HERRERA, José Antônio. ORDENAMENTO TERRITORIAL E CRIAÇÃO DOS RUC: Uma leitura geográfica a partir dos impactos no Baixão do Tufi em Altamira – Pará. In: **InterEspaço – Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**. Grajaú/MA, v.4, n. 12, Jan. 2018, p. 32-44.

MOREIRA, Ruy. **O círculo e a espiral**. Rio de Janeiro: Ed. Obra Aberta, 1993.

_____. **O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado ao público na ordem espacial burguesa**. In: Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MORIN, Edgard. **O método 4: As ideias: habitat, vida, costumes, organização**. Porto Alegre: Sulina, 1998.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A Análise das Políticas Públicas** [traduzido por Agemir Bavaresco e Alceu R. Ferraro]. Pelotas – RS, Editora Educat, 2002.

NASCIMENTO, Alexandre Sabino do. **Usinas Hidroelétricas em Tempos de Crise do Capital: Belo Monte, entre o mito da necessidade constante de energia e a produção de capital fixo em larga escala como um grande negócio no setor elétrico do Brasil**. In: IV Simpósio Internacional sobre História de la Electrificación - La electrificación y El Territorio: Historia y Futuro. Universitat de Barcelona, 2017.

NETO, José Queiroz de Miranda. Reassentamento da população urbana diretamente afetada pelo empreendimento hidrelétrico de Belo Monte em Altamira-PA. In: **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 02, n. 13, 2014, p. 43-57.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Análise de conteúdo, análise de discurso: questões teórico-metodológicas. In: **Revista de Educação – PUC Campinas**. Campinas, n. 13, p. 21-30, novembro/2002.

PINTO, Isabela Cardoso de Matos. Mudanças nas Políticas Públicas: A Perspectiva do Ciclo de Política. In: **Revista Políticas Públicas**. São Luis, v. 12, n. 1, p. 27-36, jan./jun. 2008.

PINTO, Lúcio Flávio. **Hidrelétricas na Amazônia: predestinação, fatalidade ou engodo?** Belém: Edição Jornal Pessoa, 2002.

POLLICE, Fábio. **O papel da Identidade Territorial nos Processos de Desenvolvimento Local**. Trad: Andrea Galhardi de Oliveira; Renato Crioni; Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira. In: Espaço e Cultura, UERJ, RJ, n. 27, p. 7-23, Jan./Jun. de 2010. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3539>. Acesso em:

13/04/2018.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A Luta dos Ribeirinhos do Rio Xingu, na Amazônia Brasileira e o Sucesso do Autogoverno, no Território Zapatista Mexicano.** In: Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, v. 6, n. 2, p. 7-18, 2017.

RAEDER, Savio. **Ciclo de Políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas.** In: Revista Perspectivas em Políticas Públicas. Belo Horizonte, vol. VII, nº 13, p. 121-146, jan/jun 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** Trad: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993.

RAMOS, Marília; SCHABBACH, Letícia. **O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil.** In: Rev. Adm. Pública. Rio de Janeiro, v. 46, p. 271-294, set./out. 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 2014, 3ª ed., 15ª reimpressão.

RODRIGUES, Sabrina. **Belo Monte terá que instalar grades para impedir morte de peixes.** O Eco. Rio de Janeiro, 28 de março de 2018. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/belo-monte-tera-que-instalar-grades-para-impedir-morte-de-peixes/>. Acesso em: 19/03/2019.

SANTOS, Cássio Rogério Graças dos; et al. **Ribeirinhos da Amazônia: Modo de vida e relação com a natureza.** In: V Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais: políticas públicas e caminhos para o desenvolvimento. São Paulo: UNIARA, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: EDUSP. 2002.

SANTOS, Thereza Carvalho. Algumas considerações preliminares sobre Ordenamento Territorial. In: **Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial.** Brasília: Ministério da Integração Nacional - Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2005. Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=3fc31d16-e5f7-46fb-b8cc-0fb2ae176171&groupId=24915 Acesso em: 17/05/2018.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial.** In: Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo: Expressão Popular – UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SIEBEN, Airton e JÚNIOR, João Cleps. **Política energética na Amazônia: a UHE Estreito e os camponeses tradicionais de Palmatuba/Babaçulândia (TO).** In: Revista Soc. & Nat., Uberlândia, ano 24 n. 2, 183-196, mai/ago. 2012.

SILVA, Iêda Rodrigues da. **Modo de vida ribeirinho: construção da identidade amazônica**. In: VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. Maranhão: JOINPP, 2017, p. 1-12. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo12/mododevidaribeirinhoconstrucaodaidentidadeamazonica.pdf>. Acesso em: 31/01/2019.

SILVA, Liana Amim Lima da, et al. **Dos direitos dos ribeirinhos atingidos por barragens**. In: A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: Relatório da SBPC: [livro eletrônico]. São Paulo: SBPC, 2017.

SILVA, Sandro Pereira. A Abordagem Territorial no Planejamento de Políticas Públicas e os Desafios para uma Nova Relação Entre Estado e Sociedade no Brasil. In: **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. São Paulo, v. 17, n. 60, Jan./Jun. 2012.

SILVEIRA, Missifany. **A implantação de Hidrelétricas na Amazônia brasileira, impactos socioambientais e à saúde com as transformações no território: O Caso da UHE de Belo Monte**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília. 2016. 211 f.

SOARES, Luiz Antônio Alves. **O enfoque sociológico e da teoria econômica no Ordenamento Territorial**. In: Ordenamento Territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **“Território” da Divergência (e da confusão): Em torno das Imprecisas Fronteiras de Um Conceito Fundamental**. In: Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo: Expressão Popular – UNESP, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Bahia: Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais, 2002.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael van. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção**. In: Revista da Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 42, p. 529-550, maio/jun. 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Território, Identidade, Paisagem e Governança no Pantanal Mato-Grossense: Um Caleidoscópio da Sustentabilidade Complexa**. 2006. 283 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

WORLD COMMISSION ON DAMS. **Dams and Development: A New Framework for Decision-Making**. Earthscan Publications Ltd, London and Sterling, VA, 2000. Disponível em: https://www.internationalrivers.org/sites/default/files/attached-files/world_commission_on_dams_final_report.pdf. Acesso em: 04/12/2018.

APÊNDICE A – Entrevista Secretaria de Integração Social de Altamira:

- 1) Qual a importância de Belo Monte para o desenvolvimento do município de Altamira?
- 2) Altamira estava preparada em termos de infraestrutura, saneamento e segurança, para receber uma obra de grande porte?
- 3) Como o governo municipal tem conseguido lidar com os impactos advindos da construção de Belo Monte?
- 4) Como aconteceu o processo de reassentamento das famílias ribeirinhas?
- 5) Como foram definidas as estruturas do reassentamento, área do terreno e distribuição dos lotes? A população teve alguma participação nessa tomada de decisão?
- 6) Como aconteceu o deslocamento dos moradores da Ilha do Triunfo?
- 7) O local ao qual eles foram reassentados conta com infraestrutura, saneamento, transporte, escolas, segurança, hospitais?
- 8) Atualmente, eles continuam tendo o modo de vida tradicional e ribeirinho que tinham antes?
- 9) A política de reassentamento implementada atendeu seu objetivo de mitigação?
- 10) Existem políticas sociais implementadas para essa população atingida, a ponto de minimizar um pouco mais os impactos para eles, que políticas são essas? Elas estão sendo eficazes?
- 11) Como o governo municipal auxilia na efetivação das políticas propostas no PDRS Xingu?
- 12) Qual o nível de relação entre o governo municipal com as famílias atingidas por Belo Monte?

APÊNDICE B – Entrevista Norte Energia:

- 1) Como aconteceu o processo de reassentamento de famílias ribeirinhas atingidas pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte?
- 2) Como foram definidas as estruturas do reassentamento, como local, área do terreno e distribuição dos lotes?
- 3) A população teve alguma participação nessas definições sobre a área reassentada?
- 4) Como aconteceu o deslocamento dos moradores da Ilha do Triunfo?
- 5) Todos os moradores da ilha já foram compensados, seja com indenização ou reassentamento?
- 6) O local ao qual eles foram reassentados conta com infraestrutura, saneamento, transporte, escolas, segurança, hospitais?
- 7) A política de reassentamento implementada atendeu seu objetivo de mitigação?
- 8) Existem políticas sociais implementadas para essa população atingida, em especial os ribeirinhos, a ponto de minimizar um pouco mais os impactos para eles, que políticas são essas?
- 9) Estas políticas estão sendo eficazes?
- 10) Como acontece o monitoramento e avaliação destas políticas?
- 11) Qual a importância do PDRS Xingu?
- 12) Qual o papel da empresa após o período de construção da hidrelétrica, na vida da população atingida?

APÊNDICE C – Entrevista PDRSX:

- 1) O que é o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu?
- 2) Qual a importância dele para a população impactada por Belo Monte?
- 3) Quais as políticas públicas que atendem especificamente os ribeirinhos da região que foram atingidos por Belo Monte?
- 4) Como acontece o monitoramento e avaliação destas políticas?
- 5) Como o Governo Municipal e a Norte Energia auxiliam na efetivação das políticas propostas pelo PDRSX?
- 6) Desde que o plano foi implementado até hoje, já se consegue visualizar melhorias na qualidade de vida da população? Se sim, quais?
- 7) Existem espaços de diálogo entre o Comitê Gestor do Plano e a população?
- 8) Com que frequência acontecem esses diálogos?

APÊNDICE D – Entrevista Movimento Xingu Vivo:

- 1) Qual o papel dos movimentos sociais na luta em favor das populações atingidas por Belo Monte?
- 2) Você conhece a respeito e sabe como aconteceu o deslocamento dos moradores da Ilha do Triunfo?
- 3) Todos os moradores da ilha já foram compensados, com indenização ou reassentamento?
- 4) A população teve alguma participação nas tomadas de decisão para a construção dos reassentamentos, seja quanto a definição do local do reassentamento, área do terreno ou distribuição dos lotes?
- 5) O local ao qual eles foram reassentados conta com infraestrutura, saneamento, transporte, escolas, hospitais?
- 6) Atualmente eles possuem a vida tradicional e ribeirinha que tinham antes?
- 7) Você considera então que a política de reassentamento implementada atendeu seu objetivo de mitigação?
- 8) Existem políticas sociais implementadas para essa população atingida, a ponto de minimizar um pouco mais os impactos para eles?
- 9) Se sim, você acha que estas políticas estão sendo eficazes?
- 10) Para você, o que Belo Monte representa para essas pessoas, principalmente para os ribeirinhos?

APÊNDICE E – Entrevista Instituto Socioambiental e Ribeirinha atingida:

- 1) Qual o papel do Instituto no apoio as populações atingidas por Belo Monte?
- 2) Você conhece a respeito e sabe como aconteceu o deslocamento dos moradores da Ilha do Triunfo?
- 3) Todos os moradores da ilha já foram compensados, com indenização ou reassentamento?
- 4) A população teve alguma participação nas tomadas de decisão para a construção dos reassentamentos, seja quanto a definição do local do reassentamento, área do terreno ou distribuição dos lotes?
- 5) O local ao qual eles foram reassentados conta com infraestrutura, saneamento, transporte, escolas, hospitais?
- 6) Atualmente eles possuem a vida tradicional e ribeirinha que tinham antes?
- 7) Você considera então que a política de reassentamento implementada atendeu seu objetivo de mitigação?
- 8) Existem políticas sociais implementadas para essa população atingida, a ponto de minimizar um pouco mais os impactos para eles?
- 9) Se sim, você acha que estas políticas estão sendo eficazes?
- 10) Para você, o que Belo Monte representa para essas pessoas, principalmente para os ribeirinhos?

APÊNDICE F – Questionário Moradores:

Nome: _____ Idade: _____

- 1) Qual era a sua profissão antes da Hidrelétrica:
 Pescador Agricultor Extrativista Outro: _____
- 2) Qual foi a forma de compensação que você escolheu:
 Indenização em dinheiro Carta de crédito Reassentamento
- 3) Você participou de algum debate, conversa ou audiência sobre o reassentamento, antes do deslocamento? Sim Não
- 4) Como você soube que precisaria ser deslocado para outra área por causa da construção de Belo Monte?

- 5) E sobre o local que você iria ser reassentado, você sabia aonde ficava e como seriam as casas? Sim Não
- 6) As casas possuem uma boa estrutura física? Sim Não
- 7) Possuem algum tipo de rachaduras ou infiltrações? Sim Não
- 8) E no reassentamento, possui saneamento básico? Sim Não
- 9) Possui posto de saúde? Sim Não
- 10) Possui escolas ou creches? Sim Não
- 11) Possui transporte público? Sim Não
- 12) Possui policiamento? Sim Não
- 13) Como você considera a política de reassentamento de Belo Monte?
 Ótima Boa Regular Péssima
- 14) O que você considera que mudou na sua vida depois que você saiu da Ilha do Triunfo?

- 15) Com todas essas mudanças, você ainda considera que possui o mesmo modo de vida tradicional que tinha antes? Sim Não
- 16) Atualmente, a sua renda é proveniente de que?

() Pesca () Agricultura () Extrativismo () Trabalho remunerado () Trabalho autônomo () Bolsa Família () Aposentadoria () Outro: _____

17) Existem políticas públicas voltadas especificamente para os reassentados?
() Sim () Não. Se sim, quais?

18) Você se considera atendido pelas políticas públicas municipais?
() Sim () Não. Se não, porque?

19) Do que mais você sente falta da Ilha do Triunfo?

20) Você considera que Belo Monte trouxe benefícios para sua vida?

APÊNDICE G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE:

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa é sobre **Políticas Públicas Sociais: um olhar sobre os reassentados de Belo Monte** e está sendo desenvolvida por **Sandra Karolline de Melo Batista Pontes**, do Curso de Mestrado em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará, sob a orientação da Professora Ednéa do Nascimento Carvalho.

Os objetivos do estudo são: Identificar o planejamento das políticas públicas brasileiras quanto a construção de hidrelétricas; caracterizar o processo de ordenamento territorial voltados a política de reassentamento implementada para os atingidos da Usina; entender sobre o processo de efetivação de políticas públicas sociais que envolvem os reassentados de Belo Monte. A finalidade deste trabalho é contribuir para melhor entender as populações reassentadas e as suas maneiras de lidar com a implementação de Belo Monte e seus impactos, como por exemplo o deslocamento de suas casas, além de buscar analisar como Governo e Empresa tem contribuído para reduzir esses impactos através da implementação de políticas públicas.

Solicitamos a sua colaboração para responder este(a) questionário ou entrevista, com duração média de 20 minutos (ou mais, se for entrevista), como também sua autorização para gravar a entrevista, coletar fotos e documentos, caso necessário, e apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Ciências Sociais e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto e só será divulgado, se assim for permitido. Informamos que essa pesquisa pode demandar de seu tempo, entretanto, é um estudo de muita relevância para a sociedade e também para os órgãos gestores que estão à frente da Usina de Belo Monte, sendo possível assegurar um olhar à mais para a população atingida, garantindo uma melhoria de vida e conseqüentemente a minimização dos impactos causados.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. A pesquisadora estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Assinatura da pesquisadora responsável

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação e dos procedimentos deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Altamira, ____ de _____ de _____

Assinatura do participante ou responsável legal

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora: Sandra Karolline Pontes – (93) 99182-3001 – Mestrado em Ciências da Sociedade – Universidade Federal do Oeste do Pará – Santarém – Pará.